

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

POSSIBILIDADES E OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO POLÍTICA:

**Estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo
de reivindicação por cotas de ingresso na UFRGS.**

FELIPE PROLO

Porto Alegre

Dezembro de 2011

POSSIBILIDADES E OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO POLÍTICA:

Estudo sobre a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas no processo de reivindicação por cotas de ingresso na UFRGS.

FELIPE PROLO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador:

Prof. Dr. Renato de Oliveira

Porto Alegre

Novembro de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FELIPE PROLO

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito final para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em ____ de _____ de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Renato de Oliveira
(Orientador)

Dr. Marcelo Kunrath Silva
(Membro)

Dr. Carlos Naujorks
(Membro externo)

Dr. Raul Enrique Rojo
(Membro)

AGRADECIMENTOS

Deixo registrados meus agradecimentos a todos e a todas que de alguma forma contribuíram não somente para a realização deste trabalho, como também para o amadurecimento pessoal e profissional que me foi proporcionado durante a experiência no curso de Mestrado.

Ao professor Renato, que me orientou na execução deste trabalho e mostrou-se aberto às minhas propostas para sua realização.

Aos demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelos ensinamentos em suas disciplinas durante o curso, bem como às funcionárias da secretaria do programa, pelo serviço prestado no tocante às necessidades de caráter administrativo.

Aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo (inclusive ao terem que ouvir minhas queixas e resmungos) e pela troca de idéias e de experiências, contribuições não só para a pesquisa, como também para um amadurecimento que foi além.

Aos meus pais e meu irmão, pelo suporte dado quando necessário, pelo apoio, carinho e consideração.

A CAPES e CNPq, pelo provimento de bolsa durante parte da realização do curso, que promoveu a viabilidade de realização deste trabalho.

À minha chefe Márcia e aos demais do Centro De Processamento de Dados da UFRGS, pelo acolhimento nos períodos em que não possui bolsa e pela compreensão das minhas necessidades acadêmicas.

Aos meus amigos, em especial ao João e ao Diogo, que com suas amizades contribuíram para que esta fase fosse menos estressante.

E a minha namorada Gislaine, que me acompanhou na reta final da realização deste trabalho, pelo respeito, compreensão, ajuda, companheirismo, afeto e motivação dada.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema o processo de formação de um coletivo de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), que se propôs a estudar e reivindicar a implementação do sistema de cotas, nas modalidades étnico-racial e socioeconômica, na referida universidade. O intuito foi o de investigar tal processo, buscando fatores que explicassem sua ocorrência no contexto estudado, envolvendo os indivíduos participantes, o período histórico e as condições estruturais da instituição que permitiram seu surgimento. Aliando propostas teóricas sobre a ação social a partir da constituição de “projetos” individuais e coletivos e de estudos sobre ações coletivas a partir da noção de “estrutura de oportunidades políticas”, interrogou-se o objeto de estudo para captar o que concedeu sustentação a esta organização. A conclusão a que chegou-se é a de que a pauta cotas, menos do que por seu conteúdo intrínseco, foi adotada pelos membros do grupo como forma de atribuírem significados às suas atuações enquanto graduandos, face à disponibilidade encontrada para tal proposta, demonstrando que são nas “situações sociais” que produzem-se os fundamentos para o surgimento de ações políticas que buscam suas transformações.

Palavras-chave: Ações afirmativas, cotas, projeto, estrutura de oportunidades, ação coletiva, ação social.

ABSTRACT

The theme of this essay is the process of forming a collective of students from the Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entitled Working Group on Affirmative Action (GTAA), which proposed to study and claim the implementation of the quota system, in modalities ethnic-racial and socioeconomic, at that university. The aim was to investigate this process, seeking factors that explain its occurrence in the context studied, involving individuals who participated, the historical period and the frame conditions of the institution that allowed its emergence. Combining theoretical proposals about the social action from the constitution of "projects" individual and collective and studies about collective action based on the notion of "political opportunity frames," the object of study was questioned to find what gave sustention to this organization. The conclusion arrived is that the agenda of quotas, less than its intrinsic content, was adopted by the group members as a way to assign meanings to their actions as graduates, given the availability found for this proposal, showing that are in the "social situations" that are produced the elements for the emergence of political actions that seek their transformations.

Key words: Affirmative action, quotas, project, political opportunity frames, collective action, social action.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASSURGS - Associação dos Servidores da UFRGS

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CMR - Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

CODENE - Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

CONSUN - Conselho Universitário

CPERS - Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DEDS - Departamento de Educação e Desenvolvimento Social

GTAA – Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas

IACOREQ - Instituto De Assessoria Às Comunidades Remanescentes de Quilombos

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LPJ - Levante Popular da Juventude

MEC - Ministério da Educação

MEL - Movimento Estudantil Liberdade

MNU - Movimento Negro Unificado

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NIT - Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PROEXT - Pró-reitoria de Extensão

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados Sobre Origem Social	56
Tabela 2: Perspectivas	59
Tabela 3: Experiências	60
Tabela 4: Inserção	63
Tabela 5: Posição Sobre Cotas e Atuação no Grupo	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Ações Afirmativas e Política De Cotas.....	11
1.2	O GTAA Enquanto Objeto de Estudo	18
2	A NOÇÃO DE PROJETO E AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS	23
2.1	Estudos Sobre o Movimento Estudantil Brasileiro.....	23
2.2	A Questão de Classe	24
2.3	A Noção de “Projeto”	28
2.4	Sobre a Tipologia de Ação.....	33
2.5	A Questão Estudantil Atualmente.....	34
2.6	As Estruturas de Oportunidades Políticas.....	40
2.7	Síntese Do Capítulo Teórico.....	50
3	ANÁLISE SOBRE O GTAA.....	53
3.1	Parâmetros Metodológicos	53
3.2	Universitários e Suas Experiências.....	57
3.3	Formação do GTAA	63
3.4	Estratégias, Aliados e Opositores	64
3.5	Síntese.....	75
3.6	GTAA: Possibilidades e Oportunidades	77
4	CONCLUSÃO	82
5	REFERÊNCIAS	86
6	ANEXO I: RESUMOS SOBRE AS TRAJETÓRIAS E POSICIONAMENTOS DOS ENTREVISTADOS.....	90
7	ANEXO II: TABELA DE CITAÇÕES	128

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como cenário o debate em torno da adoção ou não de uma política de reserva de vagas, para negros e estudantes oriundos de escola pública, no concurso vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Situando no tempo, foi algo que ocorreu entre final do ano de 2005 até fins de 2007, quando foi aprovada tal medida.

A observação realizada pelo pesquisador durante o período de vivência no meio acadêmico no período possibilitou a apreensão de determinados aspectos sobre o ocorrido, como também suscitou questões. A política de reserva de vagas, ou simplesmente política de cotas, é uma das medidas classificadas dentro do que se consideram “ações afirmativas”. Tais medidas surgiram fora do contexto brasileiro, cada vez mais suscitando debates no nosso país, como será visto mais adiante.

De forma mais específica, este trabalho relaciona-se com a compreensão dos processos de implementação deste tipo de política, como no caso brasileiro. O objeto de estudo foi o processo de organização por parte de determinados atores, no caso, estudantes da universidade mencionada, com o intuito de propor e debater uma política de reserva de vagas de caráter étnico/racial no concurso vestibular.

Esta pesquisa não visou debater a questão de ações afirmativas, sua viabilidade ou inviabilidade, tampouco tratar sobre os conceitos que giram em torno desta questão, como “igualdade” e “raça”. A presente abordagem também não pretende avaliar a organização que pleiteou cotas na UFRGS em termos da sua eficácia ou influência na aprovação do sistema na referida universidade.

1.1 Ações Afirmativas e Política De Cotas

O tema da política de cotas étnico-raciais para o ensino superior não é novo. Sob a denominação de ações afirmativas ou discriminação positiva, está presente no debate público norteamericano e europeu pelo menos desde os anos 1960 (BELLINTANI, 2006). Conforme a autora:

as ações afirmativas consubstanciam-se, de modo genérico, em mecanismos públicos ou privados que possuem o condão de instituir na sociedade uma igualdade de oportunidades e de resultados entre os seus cidadãos. Esta denominação genérica utilizada para os mecanismos de inclusão social, portanto, abarca os mais diversos instrumentos de fomentação da igualdade, tenham eles cunho discriminatório ou não. Assim, todo aquele mecanismo, que tiver por escopo fomentar maior isonomia propiciando a aquisição igualitária dos bens da vida pode encaixar-se perfeitamente na conceituação de ação afirmativa. (BELLINTANI, 2006, p. 52)

A maioria dos estudiosos define os Estados Unidos como o “berço” das ações afirmativas, ao menos como as vemos atualmente¹. Um dos marcos foi a Lei dos Direitos Civis de 1964, documento que previa a redução das desigualdades sociais existentes no país. De início, o que se poderia identificar como ação afirmativa eram ações do governo visando encorajar a absorção das chamadas minorias em âmbitos como o mercado de trabalho, por exemplo, no caso de empresas contratadas pelo governo (BELLINTANI, 2006, OLIVEN, 2007). Tais medidas eram voltadas para a questão racial, sendo posteriormente considerados outros âmbitos onde era vista a ocorrência de desigualdades (BELLINTANI, 2006), como a questão de gênero, ainda na mesma década (OLIVEN, 2007).

Já no contexto europeu, pode-se dizer que as ações afirmativas emergiram em torno da questão da desigualdade de gênero, com ação focada na redução dessa desigualdade na participação política, o que iniciou em meados dos anos 1970, tendo como exemplo a diretiva 75/117 do Conselho das Comunidades Européias² (BELLINTANI, 2006). Foi na Europa que utilizou-se primeiramente o conceito de “discriminação positiva”³, para determinar as ações afirmativas que visavam a reserva de vagas em empresas e universidades, públicas ou privadas.

¹ Há referências de que a experiência mais antiga de ações afirmativas seja a indiana, a partir da constituição de 1950. Porém, eram medidas que visavam a distribuição, reparação e diversidade referentes às castas, como os *dalit*, entre outros segmentos sociais minoritários (JÚNIOR. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006).

² A diretiva tem o objeto de regulamentar a igualdade de remuneração entre trabalhadores de ambos os sexos dos países membros. Fonte: <http://www.secola.org/db/3_10-11/pt_75-117-ewg.pdf>, acessado em 17/01/2010.

³ “Discriminação positiva” seria nada menos do que formas de diferenciar os indivíduos buscando privilegiar aqueles em situação de inferioridade social, para que estes ascendam socialmente em direção à uma situação de “igualdade”. (Existe também um debate jurídico em relação à determinação do que pode

Porém, a adoção de ações afirmativas gerou um polêmico debate nos países em que foram propostas. Basicamente, a oposição despertada por sua adoção relacionava-se às normas estabelecidas pela Constituição de cada país, principalmente no que toca ao entendimento da idéia de “igualdade”, que dava lugar a dois tipos de medidas: as promotoras de “igualdade de oportunidades”, como os sistemas de preferência⁴, e as promotoras de “igualdades de resultados”⁵, como o caso do sistema de cotas. No caso dos Estados Unidos, houve a adoção dos dois tipos, sendo que a oposição foi maior em relação às políticas de cotas, como no caso da Universidade de Califórnia, que teve uma política de cotas da década de 1960 à de 1990 (OLIVEN, 2007).

No caso norte-americano, também vemos o papel das empresas privadas no apoio às medidas de ações afirmativas. Principalmente as multinacionais, que demonstraram apoio a essas medidas para acesso dos grupos minoritários nas universidades, visando uma melhor qualificação dos mesmos para o mercado de trabalho, pois esses compunham, em parte, seu quadro de funcionários⁶.

A discussão sobre ações afirmativas no Brasil ganha visibilidade durante a preparação para a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (CMR), realizada em Durban, África do Sul, no ano de 2001. Tratou-se de um evento organizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de reunir representantes dos diversos países que se dispuseram a discutir a questão da discriminação racial e seus efeitos. Previamente, houve conferências regionais nos seis continentes, nas quais discutiram-se as prioridades regionais em relação ao tema. Na conferência, os representantes

se entender por “igualdade”, até mesmo por ser uma discussão que envolve abordagens tanto universalistas como as que aliam pressupostos pluralistas na consideração dos indivíduos e comunidades nessas definições. Já “discriminação” no sentido negativo refere-se a comportamentos dados historicamente que colocaram determinadas categorias sociais em situações entendidas como de exclusão (BELLINTANI, 2006).

⁴ Sistemas de preferência definiam-se basicamente pelo uso de critérios como raça, etnia, gênero como critérios de desempate em seleções para empregos ou universidades, e não como fatores que contassem pontos adicionais em processos de seleção (BELLINTANI, 2006).

⁵ Um sistema de cotas é considerado como um promotor de “igualdade de resultados”, com o argumento de que as “oportunidades”, neste caso, seriam as relativas às condições de concorrer em uma situação de relativa igualdade com os demais (BELLINTANI, 2006).

⁶ Como foi o caso judicial *Barbara Grutter v. Lee Bolinger*, que envolveu um processo movido por estudantes brancos que alegaram a violação de seus direitos pelo sistema de cotas. Neste caso, além do governo norte americano, representantes de empresas (em maioria multinacionais) ingressaram na ação como *amicus curiae*, defendendo a necessidade de promoção da diversidade na formação acadêmica (BELLINTANI, 2006).

elaboraram uma agenda, comprometendo-se a adotar em seus países medidas sugeridas e voltadas para a promoção da igualdade racial e redução da discriminação racial. Entre as medidas sugeridas, estava a adoção de políticas de reservas de vagas de caráter étnico-racial em instituições públicas⁷.

Nas Américas, a conferência regional ocorreu no Chile em 2000, envolvendo representantes dos países do continente e de organizações internacionais. Já existia na região um ativismo em prol das questões de gênero e indígena, sendo esta última aliada à questão afro-americana, no sentido de “unir forças” entre os diferentes movimentos. Além deste objetivo, reuniões de organizações representativas desses grupos também procuravam o apoio de agências financiadoras⁸ (TURNER. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006).

Na CMR, os representantes da ONU e dos governos de diversos países aprovaram uma agenda com assinatura de acordos visando combater as desigualdades entre as populações branca e negra no Ocidente, cujas raízes foram creditadas à escravização de africanos durante o expansionismo europeu para o Novo Mundo. O combate ao racismo e à exclusão social dos negros, segundo a agenda aprovada, deveria se dar através da implementação de políticas que diminuíssem as desigualdades sociais decorrentes da discriminação étnico-racial.

Desde a preparação para a CMR houve um aumento do debate e das pressões políticas internas no Brasil, no sentido da adoção de reserva de vagas para os negros nos concursos públicos para ingresso em ministérios, universidades, dentre outras instituições. Pressões que já vinham sendo exercidas há algumas décadas por algumas organizações que se reclamavam do “movimento negro”⁹. Seria incorreto, portanto, considerar que somente a partir deste momento foram tomadas medidas consideradas

⁷ Fonte: <<http://www.un.org/wcar/coverage.htm>> (acesso em 20 de Maio de 2009).

⁸ Dentre as organizações representantes de movimentos afro-descendentes na América Latina podemos citar o Centro Cultural Caribenho/Instituto da Diáspora Africana Franklin H. Williams e o Global Afro-Latino and Caribbean Initiative (GALCI). Em 1999, um encontro do Centro Cultural Caribenho contou com a presença de representantes do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundação Interamericana, do Diálogo Interamericano e da Fundação Ford (TURNER. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006).

⁹ Trata-se aqui de “movimento negro” de uma forma geral, considerando os vários movimentos, clubes, entidades, ONGs, etc., que se propõem a reivindicar por demandas referentes à situação considerada de desigualdade da população negra no Brasil. Existe uma série de entidades representativas neste todo, não se considerando aqui quais são, nem seus posicionamentos específicos em relação às ações afirmativas e especificamente sobre a política de cotas.

como ações afirmativas. Como afirma Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, “Apenas para citar um exemplo, o Decreto-Lei nº5.452, de 1º de Março de 1943, a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), previa, no seu artigo 354, cota de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas.” (PINTO. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006). Outros exemplos são a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização e Promoção da População Negra, em 1995, e o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Neste mesmo ano, o Ministério da Justiça promoveu o seminário “Multiculturalismo e Racismo”, reunindo acadêmicos brasileiros e estrangeiros (PINTO. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006. P. 146).

Com base nestas afirmações, este autor afirma que a discussão sobre ações afirmativas no Brasil caracteriza-se por considerar apenas a política de cotas e pela dicotomização entre as posições dos defensores e opositores deste tipo de política, principalmente quanto à questão racial/étnica atual (PINTO. In: JÚNIOR E ZONINSEN (Orgs.), 2006. P. 146). Por seu lado, Oliven considera que a discussão se pauta num discurso mais amplo, inserido em protocolos internacionais, dentro de uma visão de direitos humanos e das diversidades culturais (OLIVEN, 2007 pg. 21).

Hofbauer (2006) também aponta esta dicotomização a que se referiu Pinto (2006), que envolve, de um lado, os defensores de um *ethos* e de outro, os defensores de um grupo específico, o que seria um resultado das divergências entre a tradição sociológica e antropológica brasileiras. Conforme o autor, do lado da sociologia, sob a influência de teorias e metodologias da Escola de Chicago, expressou-se o que foi denominado como sociologia das relações raciais através de estudos promovidos pela UNESCO a partir da década de 1950, com trabalhos de pesquisadores como Otávio Ianni, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Segundo Hofbauer, foi uma vertente que ligou o problema das desigualdades raciais como consequentes de desigualdades socioeconômicas, perspectiva que posteriormente foi afastada por Hasenbalg, ao defender que a discriminação e preconceito raciais se transformaram juntamente com as estruturas sociais, não sendo heranças intactas do passado e nem decorrentes de outros processos de diferenciação social. Buscou-se usar na sociologia brasileira o conceito de “raça” a partir de pressupostos sociais e não biológicos, embora Hofbauer aponte que nunca houve consenso sobre a determinação deste conceito, o que acarretou forte influência no seu uso político. O mesmo autor coloca que, por outro

lado, na tradição antropológica, depois de derrubados os pressupostos da antropologia física e da genética sobre determinações raciais, o termo “raça” foi em geral afastado pelos estudiosos da área, que alertavam dos riscos deste tipo de denominação, que poderia provocar uma “divisão” na sociedade brasileira, influenciada por pressupostos científicos, propondo-se então que a questão do preconceito e discriminação fosse visto através da perspectiva étnica.

Ainda no processo preparatório para a Conferência de Durban, no Brasil o assunto não só ganhou visibilidade pela discussão aliada à mobilização das organizações do movimento negro, como pela atuação de algumas instâncias ligadas ao governo. Foi o caso do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que divulgou uma pesquisa com dados que tiveram a intenção de mostrar o nível de desigualdades raciais no Brasil (HERINGER, 2002).

Após a Conferência de Durban, no relatório oficial do governo brasileiro constava a recomendação da adoção de política de reserva de vagas nas universidades. Entre os anos de 2001 e 2002, surgiram várias projetos de políticas de reserva de vagas¹⁰ em instituições públicas, incluindo ministérios, universidades e prefeituras, inclusive para mulheres e portadores de deficiência¹¹ (HERINGER, 2002).

Desde a III CMR, cerca de 30 universidades brasileiras adotaram o sistema de cotas em seus processos seletivos. No período entre Setembro de 2001 e Junho de 2002, as primeiras a adotarem essa medida foram a Universidade Estadual do Rio De Janeiro – UERJ, a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Estadual da Bahia – Uneb e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (HERINGER, 2002). Além disto, foi criado em 2005 o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que visa à inserção de

¹⁰ Propostas como as relativas a certos órgãos federais, como o Supremo Tribunal Federal, Ministério da Justiça e Ministério do Desenvolvimento agrário, entre Setembro de 2001 e Junho de 2002, nos quais visou-se a reserva de 20% das vagas para negros, 20% para mulheres e 5% para portadores de necessidades especiais, para concursados, funcionários comissionados e de empresas prestadoras de serviços dos órgãos. (HERINGER, 2002).

¹¹ Considerando que medidas deste tipo para as categorias gênero e portadores de deficiência não datam deste momento, como por exemplo, o caso da reserva de um percentual mínimo e máximo para pessoas de cada sexo em partidos políticos. Também nas determinações de necessidade de incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho e de tempo de contribuição para aposentadoria menor do que dos homens (BELLINTANI, 2006). A Constituição Federal também prevê, através do artigo 37, inciso VIII, a reserva de vagas para portadores de deficiência em cargos e empregos públicos (BELLINTANI, 2006), e posteriormente na Lei 8.213/91 prevê o mesmo tipo de reserva em empresas privadas (OLIVEN, 2007).

estudantes oriundos de escolas públicas em instituições privadas de ensino superior (OLIVEN, 2007).

No caso da UFRGS, há indícios de que um debate mais visível a respeito do tema iniciou-se em 2005. No final daquele ano, um grupo de estudantes de diferentes cursos de graduação se constituiu para debater a questão da relação da universidade com o restante da sociedade, formando um grupo de trabalho, num primeiro momento informal, que logo adotou como pauta principal a proposta de ações afirmativas. Este agrupamento, denominado Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA) transformou-se no ano de 2006 em um Projeto de Extensão na universidade¹² (SITO, FERREIRA E RODRIGUES. In: TETTAMANZY, BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT E CARDOSO (Orgs.). 2008).

Ainda no ano de 2005, este grupo buscou articulação com instâncias tanto da universidade como de entidades organizadas da sociedade civil. Houve articulação com os programas “Educação Anti-Racista no Cotidiano Escolar Acadêmico”¹³ e o Programa “Conexões de Saberes: Diálogos Entre a Universidade e as Comunidades Populares”¹⁴. Também houve articulação com o Diretório Central dos Estudantes – DCE da UFRGS, entidades dos movimentos sociais, cursinhos pré-vestibular populares, lideranças indígenas, dentre outros (SITO, FERREIRA E RODRIGUES. In:

¹² O GTAA foi organizado como projeto de extensão com a mesma proposta inicial: discutir a relação entre universidade e sociedade civil, bem como elaborar uma proposta e propor um debate sobre a implementação de ações afirmativas na universidade. É possível ver detalhes do projeto no catálogo disponível no site da Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT), em: <http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao=7155>.

¹³ Programa de Extensão que surgiu no ano de 2004 com a proposta de formular planos de ação referentes à Lei Federal 10.639 de 2003 (SITO, FERREIRA E RODRIGUES. In: TETTAMANZY, BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT E CARDOSO (Orgs.). 2008). Esta lei tornou obrigatória a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

¹⁴ O Programa Conexões de Saberes faz parte de um programa em âmbito nacional, criado e regulado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), a age em parceria com o Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, voltado para a questão das ações afirmativas e no diálogo sobre questões que envolvam a relação entre universidade e sociedade civil. Na UFRGS, o programa iniciou em 2005, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e coordenado pela Faculdade de Educação. Em 2006, passou a ser coordenado pelo Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da UFRGS (BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT, CARDOSO. In: TETTAMANZY, BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT E CARDOSO (Orgs.). 2008).

TETTAMANZY, BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT E CARDOSO (Orgs.). 2008).

Como resultado dessas articulações, foi criada a *Comissão Especial Ações Afirmativas*, composta por membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e por membros do Conselho Universitário (CONSUN). Esta comissão teve por finalidade elaborar uma proposta de ações afirmativas para ser levada à universidade, com base na avaliação das propostas surgidas no debate sobre cotas (SITO, FERREIRA E RODRIGUES. In: TETTAMANZY, BERGAMASCHI, SANTOS, ARENHALDT E CARDOSO (Orgs.). 2008). A proposta inicial era de uma reserva de vagas, no concurso vestibular, de 20% para estudantes negros e 20% para estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas, além de vagas extras, em número não definido, para indígenas, por um período de 10 anos, com avaliações do processo durante esse período.

Por fim, após um período de cerca de dois anos, foi aprovada a Decisão nº 134 de 2007 pelo CONSUN, determinando a reserva de vagas nos exames vestibulares a partir de 2008. O que mudou, relativamente à proposta inicial, foi a determinação de que 30% das vagas seriam reservadas, metade para pessoas oriundas de escolas públicas nas quais tenham cursado no mínimo a metade do ensino fundamental e todo o ensino médio, e metade para pessoas autodeclaradas negras, que também preencham os requisitos exigidos referentes à escola pública, acrescentando-se ainda 10 vagas para indígenas (número fixado apenas para o ano de 2008, podendo haver alterações nos seguintes), por um prazo de duração de cinco anos, podendo haver prorrogação.

1.2 O GTAA Enquanto Objeto de Estudo

A convivência do pesquisador no âmbito da UFRGS entre os anos de 2005 e 2007, entrevistas abertas realizadas pelo mesmo com membros do GTAA no 2º semestre de 2008¹⁵, com o objetivo de realização de trabalho de conclusão de curso de bacharelado em Ciências Sociais (PROLO, 2008) e entrevistas realizadas em 2010 para a presente pesquisa suscitaram questões que motivaram a busca pela problematização

¹⁵ Estas entrevistas foram realizadas naquele momento com o intuito de obter informações sobre a ligação do GTAA com entidades dos movimentos sociais.

do fenômeno considerado. As informações coletadas permitiram perceber características do GTAA consideradas relevantes para o problema levantado.

A primeira característica que chamou a atenção referiu-se à composição do GTAA em relação à razão de existência explicitada por membros deste. Tratou-se de uma forma de organização voltada para a reivindicação de uma política direcionada ao processo seletivo da universidade em questão para um público alvo específico (negros e egressos de escolas públicas), sendo que esta organização era formada, quase que em sua totalidade, por estudantes já ingressos na universidade (sendo alguns negros e negras que estudaram, somente ou em parte, em escolas públicas). Ou seja, o GTAA apresentou uma proposta que não beneficiaria seus integrantes, não estando clara, tampouco, sua relação com os grupos sociais que em tese sairiam beneficiados. Conforme observado, o GTAA foi composto em sua maioria por estudantes da instituição, sendo que parte possuía alguma forma de ligação com determinadas entidades dos movimentos sociais, como Instituto De Assessoria Às Comunidades Remanescentes de Quilombos - IACOREQ, Via Campesina e movimentos de cursos pré-vestibular populares. Não se sabe qual o número total de membros que compuseram o GTAA, bem como proporções de estudantes da UFRGS e de membros não vinculados formalmente à universidade. O fato é que as informações passadas continham a de que havia membros não vinculados à universidade.

A segunda referiu-se à duração da ação do GTAA, aliada a uma justificativa para a não continuidade da mobilização, dada por ex-integrantes. Essa organização atuou até a aprovação da proposta e desfez-se em seguida, pois, conforme ex-membros entrevistados, além do desgaste cotidiano pelo envolvimento com o grupo, paralelamente a outras atividades, houve tensões nas relações entre os membros que defendiam o enfoque da reivindicação nas cotas de caráter étnico/racial e os que consideraram as cotas de cunho social como de maior importância.

Uma terceira característica foi a relação do GTAA com determinadas organizações dos movimentos sociais que se reivindicam enquanto representantes dos grupos-alvo da política de cotas. Conforme exposto pelos ex-integrantes entrevistados, não foi uma representação de alguma dessas organizações que apresentou a proposta, naquele momento, aos que tornar-se-iam membros do GTAA, bem como não houve participação de militantes das referidas organizações enquanto representantes destas.

Pelo contrário, relatos informam que a partir da formação do GTAA, seus membros procuraram entidades dos movimentos sociais (não especificadas), buscando ter conhecimento de suas reivindicações e de obter uma espécie de suporte para a formulação da proposta a ser apresentada pelo GTAA ao CONSUN.

A quarta característica que chamou a atenção do pesquisador refere-se ao espaço em que foi realizada a ação do GTAA, bem como o momento em que a mesma ocorreu. O GTAA obteve acesso ao uso de recursos da própria universidade. Conforme os relatos obtidos, o GTAA não se resumiu ao projeto de extensão. Na verdade, este último foi um processo paralelo, que envolveu a obtenção de verba para pesquisa para a formulação da proposta e para a busca da promoção do debate por parte dos membros do GTAA. A organização não ficou, conforme informado pelos entrevistados, limitada ao projeto de extensão, transcendendo-o.

Indagou-se também sobre o momento do desencadeamento da mobilização. À parte os membros desta organização não serem parte do público alvo da política, pensou-se sobre o fato de o GTAA ter surgido somente em final de 2005, sendo que a discussão sobre ações afirmativas no Brasil, que será posteriormente apresentada de forma breve, iniciou-se ainda durante a década de 1990, e as primeiras universidades a adotarem a política de cotas o fizeram entre os anos de 2001 e 2002. Esta observação encontra-se relacionada às motivações dos membros que compuseram o GTAA para engajarem-se apenas naquele determinado momento.

Em suma, as dúvidas sobre o surgimento do GTAA referiram-se à sua composição, processos interativos entre os atores envolvidos, duração da organização e contexto em que ocorreu. A finalidade deste estudo é buscar explicações sobre a ocorrência desta ação coletiva que envolveu tais características. Para definição, “ação coletiva” é, conforme Alberto Melucci, um sistema de ação que envolve um conjunto de atores com um propósito, dispondo de certos recursos e limites para a ação, inserido em contexto de correlação de forças (MELUCCI, 2004).

Para buscar tais explicações, indagou-se sobre as motivações para o engajamento e as condições para o exercício da mobilização. Temos então, de um lado, a dúvida sobre quais eram as motivações dos indivíduos membros do grupo em momento anterior à mobilização, ou seja, expressas em suas trajetórias individuais, constituindo suas expectativas e percepções sobre a universidade e contribuindo para a interpretação

sobre a finalidade de suas atuações no meio acadêmico; de outro, como estas motivações propiciaram determinadas interações e puderam ser manifestadas, levando a outras interações voltadas para a mobilização do grupo em questão. Questionou-se neste trabalho as oportunidades de ação por parte do GTAA, que propiciaram ao grupo a possibilidade de agir dentro e através da instituição acadêmica. Conforme Sidney Tarrow, movimentos contestatórios não surgem somente em função da vontade dos indivíduos em se mobilizarem. Para que uma mobilização consiga surgir e agir, precisa haver o que o autor define como “estrutura de oportunidades políticas”. Segundo Tarrow, seria a estrutura de condições para a ação contestatória, resultantes de processos históricos, que cria ambientes de oportunidades para determinadas formas de ação política. Estas condições só são aproveitadas quando determinados atores sociais “percebem” estas oportunidades e procuram mobilizar outros atores para a causa, ou mesmo quando uma forma de mobilização consegue criar espaços de ação, modificando esta estrutura (TARROW, 2009). Ou seja, para que exista uma ação coletiva contestatória, precisa haver motivações individuais voltadas para o engajamento, abertura política que viabilize a manifestação e a percepção deste “momento político” por parte de atores que se encarreguem de ativar redes de relações com o intuito de mobilizar aqueles que possuem inclinações para o engajamento.

Em termos teóricos, o questionamento feito neste estudo é sobre a combinação de uma estrutura de oportunidades para a contestação e de motivações individuais que propiciaram a ativação de uma determinada rede de relações sociais voltada para um processo de contestação no interior de uma instituição, a partir de reivindicações originariamente externas a esta última. Para tanto, buscou-se relatos destes estudantes que participaram do GTAA, de forma a obter dados relativos a essas duas dimensões: motivações e oportunidades de ação política.

Em pesquisa exploratória, viu-se que os estudos sobre a questão das ações afirmativas centram-se em avaliações do sistema. Não encontrou-se material sobre uma análise do processo de mobilização a favor de tal medida. O fenômeno chama a atenção por tratar-se de algo que comumente não é visto nas abordagens sobre ações coletivas (que em geral focam os movimentos sociais consolidados): agrupamentos que não se tornam de fato “movimentos sociais”, não possuindo uma formação de identidade própria e, neste caso, em um processo de reivindicação no qual quem reivindicou não

fazia parte dos grupos sociais que se beneficiariam com a política. Aliás, conforme já assinalado, estes grupos, através das suas organizações civis, não estiveram presentes na origem da reivindicação e praticamente não participaram do debate que culminou na proposta aprovada pela instância máxima da Universidade. Trata-se, portanto, pelo menos a princípio, de algo distinto do fenômeno “movimentos sociais”, tal como a literatura sociológica tem se referido ao tema.

As ações coletivas e seus significados variam de acordo com o sistema de relações sociais nos quais estão inscritos (MELLUCI, 2001, p. 32), que torna este trabalho também útil no sentido de afastar considerações maniqueístas sobre o processo de discussão de uma política relacionada a um tema que gerou e ainda gera polêmica.

O argumento principal desta pesquisa é de que é na situação social (da forma definida no próximo capítulo) que surgem os fundamentos para a atuação política que busca sua transformação. A situação social, enquanto ponto de convergência de relações no contexto e influenciada por dinâmicas externas, constitui-se como algo que não independe de outros contextos nem é condicionado por estes. Os fundamentos para a atuação política, neste sentido, são os fatores que conferem sustentação à ação coletiva, resultantes dos processos que envolvem as experiências dos indivíduos que interagem em tal situação, na construção do sentido de suas atuações políticas; e das oportunidades de atuação resultantes dos processos interativos que convergem na situação social.

2 A NOÇÃO DE PROJETO E AS ESTRUTURAS DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS

2.1 Estudos Sobre o Movimento Estudantil Brasileiro

O questionamento que motivou a execução da presente pesquisa foi sobre o surgimento de uma ação coletiva em torno de uma proposta de sistema de cotas na UFRGS, identificado como GTAA. O fato de tal organização ter sido composta quase que em sua totalidade por estudantes da própria instituição tornou pertinente a busca por referências de análises sobre engajamento estudantil, principalmente sobre o fenômeno no Brasil. A seguir, serão apresentadas as análises de J. A. Guilhon de Albuquerque (1977a, 1977b) e de Marialice Foracchi (1965), centradas na análise do movimento estudantil em sua atuação no período que envolveu a transição para a própria ditadura militar; e de Mortada (2009) e Sposito (1999), que apresentaram alguns pontos de reflexão sobre o novo cenário do engajamento estudantil após a abertura democrática.

J. A. Guilhon de Albuquerque realizou uma análise do movimento estudantil, partindo da influência da teoria “acionalista” de Alain Touraine (ALBUQUERQUE, 1977a, 1977b). Contrapõe-se, nesse caminho, a um viés “funcionalista” da ação social, em que esta limitar-se-ia a uma resposta às normas colocadas ao ator social em uma situação social. Albuquerque utiliza uma concepção da ação como não sendo limitada a uma “resposta”, mas sim envolvendo um conjunto de valores e interpretações do ator em relação a uma determinada situação social, onde a ação social, ao dirigir-se a esta situação, a transcende. Para o autor, portanto, as normas sociais não determinam, em si, as ações dos indivíduos, mas servem de referência para essas e, dessa forma, servem para o pesquisador enquanto uma forma de captar as motivações dos atores sociais para agirem.

Por “situação”, da forma utilizada por Albuquerque, tem-se um recorte da realidade social, que serve de referência para a ação do ator social (individual ou coletivo). Como o indivíduo age diante de “situações”, que envolvem suas experiências e a sociedade que, em sua totalidade, não expressa uma situação, não sendo portanto

objeto de experiência, Albuquerque aponta que “o estudo da ação só pode se referir a ela [sociedade global] através da experiência de uma situação particular.” (ALBUQUERQUE, 1977a, p. 38). Esta será a forma de consideração do termo no decorrer do texto.

Albuquerque realizou estudos sobre a questão dos movimentos estudantis latino-americanos, inclusive buscando pontos comparativos com movimentos estudantis europeus (ALBUQUERQUE, 1977a), como também especificamente sobre o caso do movimento estudantil brasileiro, envolvendo o período da discussão sobre a “reforma universitária” e a transição para o período do regime militar, bem como as diferentes fases de atuação durante este último período (ALBUQUERQUE, 1977a,1977b).

Marialice Foracchi realizou um estudo, especificamente sobre o caso do movimento estudantil brasileiro, em que tomou como principal exemplo o caso do debate sobre a Reforma Universitária. Em sua análise, buscou explicar como os jovens tornam-se estudantes e como esse processo pode levar a ações de contraposição ao sistema social vigente.

Ambos os autores realizaram pesquisas que possuem aproximações. O princípio das análises foi de que, para a formação de um movimento estudantil, que atuou politicamente, foram necessárias: a) determinadas condições sociais para o engajamento, e b) as experiências, reflexões e valores dos atores que os levaram a atuar dentro de tais condições. Tanto Albuquerque como Foracchi analisaram o fenômeno utilizando para cada um dos fatores acima mencionados, respectivamente, as noções de “classe social” e a de “projeto”.

2.2 A Questão de Classe

Albuquerque associa a constituição do movimento estudantil, a partir da década de 1950, à própria constituição das classes sociais médias nos países latino-americanos. O processo de constituição dessas classes seria um fator explicativo para a diferenciação entre os movimentos estudantis latino-americanos e europeus quanto às suas distintas

tipologias de ação política e aos conteúdos e efeitos sociais de suas reivindicações (ALBUQUERQUE, 1977a, 1977b).

A diferenciação inicial que Albuquerque fez entre o caso europeu e o latino-americano foi em relação ao “passado de classe”. Na Europa, os membros da classe média urbana, tendo um passado de classe, possuíam um modelo de atuação social e de percepção sobre as suas posições sociais enquanto produtores independentes (como exemplo, profissionais liberais e intelectuais). Tal passado, que já lhes conferia um “lugar” na sociedade, apresentou-se como fator gerador de oposição à constituição da sociedade industrial européia, resultando, de forma geral, em movimentos de “defesa”. Na América Latina, a denominada “classe média urbana”, surgida no processo de industrialização, encontrava-se, naquele momento, como destituída de um “passado de classe”, e passava por um processo de “proletarização”, de constituição enquanto classe assalariada em situação de dependência em relação à classe industrial. Portanto, foi característica dos movimentos sociais oriundos de segmentos das classes médias urbanas latino-americanas a reivindicação de seus espaços enquanto produtores independentes e, junto a isto, enquanto produtores políticos, ao proporem a transformação dos mecanismos de organização da sociedade.

Albuquerque propõe então que, enquanto no caso europeu houve uma recusa, por parte da classe média urbana, baseada em seu modelo ideológico de sociedade, à sociedade industrial que lhe era apresentada, nos casos latino-americanos houve um engajamento com vistas à transformação desta sociedade industrial que estava se formando. Mas como se apresenta a questão do movimento estudantil neste panorama de distintas configurações de classes médias? Albuquerque coloca o fenômeno da atuação estudantil, enquanto processo de formação profissional e de atuação política, como um fenômeno de classe média. O estudante universitário exerce uma preparação, com vistas a uma carreira, ou seja, uma atuação de preparo com vistas ao ingresso no sistema econômico enquanto trabalhador assalariado, enquanto produtor (podendo ser ou não independente, como na distinção entre os casos europeus e latino-americanos). Neste sentido, a atuação do universitário envolve sua atuação enquanto membro das classes médias urbanas.

Pelo fato de as perspectivas profissionais (e conseqüentemente, sua reivindicação de posição na estrutura da sociedade) estarem relacionadas aos mecanismos de organização social é que a atuação dos membros dos movimentos estudantis, tanto da América Latina como da Europa, apresentaram como traço característico a atuação em relação a questões extra universitárias¹⁶. Mas, no caso latino-americano, além da questão da formação profissional ser relacionada à problemática do desenvolvimento da sociedade, a inexistência de um passado de classe por parte deste segmento das camadas médias urbanas as privou de uma base social que lhe propusesse um modelo de reivindicação, como mencionado anteriormente. Em uma ausência de base social definida, as demandas de outros segmentos da sociedade apresentaram-se também como modelos possíveis de atuação. Desta forma, a análise de Albuquerque aponta que o engajamento de estudantes no denominado movimento estudantil é resultante da inconsistência do segmento do qual fazem parte, motivando a busca por uma definição de atuação social e política.

Marialice Foracchi, mesmo tendo analisado o engajamento estudantil por um viés diferenciado, possui pontos centrais de aproximação com a perspectiva analítica de Albuquerque, e centrou-se, na bibliografia que serviu de base para este trabalho, no caso brasileiro. A principal proximidade refere-se à noção de classe social como fator de referência para a atuação política e sobre as características das classes médias urbanas brasileiras. Assim como Albuquerque, Foracchi apontou o caráter instável e contraditório da classe média brasileira, identificada com as camadas populares pela condição de assalariada como também relacionada com as classes industriais em uma relação de dependência. Este segmento de classe média seria o de origem dos estudantes universitários, na época da Reforma Universitária, o que aponta, conforme mencionado anteriormente, que a atuação do movimento estudantil foi uma questão de atuação a partir da condição de classe na qual seus membros se situavam na sociedade, em um processo de formação de um modelo de atuação social e política.

De forma mais específica, Foracchi analisa as condições sociais que a classe social do estudante lhe proporciona para sua atuação no contexto universitário, fazendo referência à esfera familiar. Por este caminho, a autora relaciona a transformação do

¹⁶ Entendeu-se que uma dimensão “extra-universitária” foi apontada pelo autor não como algo alheio à dimensão da universidade, mas algo que a transcende ao mesmo tempo em que a envolve.

estudante em “sujeito político” como conseqüente ao processo que transforma o “jovem” em “estudante”.

A esfera familiar atua exercendo uma cobrança no jovem quanto à sua carreira profissional a partir de suas perspectivas de classe social. Da mesma forma, essa atuação sobre o jovem lhe fornece as possibilidades e significados de atuação, a partir da situação de classe em que se encontra. Sendo assim, o jovem, ao ingressar na universidade, o faz com referência à manutenção das condições que sua situação de classe já lhe proporciona e a um projeto de emancipação desta condição.

Para Foracchi, a passagem do jovem à condição de estudante envolve uma situação de contradição. A formação profissional é tida pelo jovem como fator que lhe proporcionará autonomia em relação à sua dependência da esfera familiar. Essa autonomia é, conforme a autora, ilusória, pois o rumo tomado pelo jovem para sua formação profissional, bem como a construção do significado tanto desta formação como da função da instituição acadêmica, proveio da influência de classe da esfera familiar. Ou seja, na busca por um desvinculamento da dependência familiar, o jovem o faz em referência à família e, por isto, em relação à sua classe de origem.

Outro ponto da situação de contradição que ocorre é o conflito dos significados provindos da situação de origem com o contexto acadêmico encontrado pelo jovem. Uma desconexão entre a situação de origem e a situação acadêmica leva o estudante a repensar o sentido de sua atuação profissional e, por conseguinte, sua posição de classe. Uma atuação “radical” do estudante, em sua atuação política, pode ter seu pressuposto entendido como a percepção de sua situação enquanto dominado em relação à outra classe. Para o estudante, a universidade aparece como um espaço de “politização”, onde atribui significado à sua condição social e política.

Mesmo partindo de pontos distintos, as abordagens de Albuquerque e Foracchi apresentam claras aproximações. A partir das perspectivas apontadas, percebe-se que a condição de estudante universitário o coloca, em relação a outros momentos de vida, no ápice da sua contradição de classe. Mesmo que esta condição o leve a refletir sobre a mesma, a situação de classe aparece como fator que atribui condições e limites de atuação política, no caso, do estudante universitário. Para os dois autores, a forma como

a atuação do jovem conecta-se às possibilidades provindas da situação de classe ocorre através da constituição de um “projeto” por parte do indivíduo.

2.3 A Noção de “Projeto”

A noção de “projeto” foi utilizada pelos autores citados anteriormente para referir-se à conduta, individual e em grupo, em relação à determinada situação social, envolvendo as motivações do indivíduo para agir referindo-se a esta, com determinados objetivos. No sentido que nos traz Albuquerque, que parte da concepção tourainiana de ação social, existe um “projeto” quando os objetivos e motivações do ator social têm correlação com o significado social da ação (ALBUQUERQUE, 1977a). Ou seja, quando o significado da ação não encerra-se no indivíduo.

Por envolver uma atitude referida à situação social, a constituição de um “projeto” envolve a dimensão das relações sociais. Desta forma, envolve não somente as possibilidades de o ator agir com determinados objetivos, como também tais relações influenciam na própria construção dos objetivos que levam à ação social. Mas a forma como as situações do contexto afetam o indivíduo dependem das percepções que este faz de tais situações, baseadas em suas experiências prévias.

Se entendermos que os efeitos das relações sociais expressos e percebidos nas situações sociais confrontam-se com os valores do indivíduo, que são formados através de suas experiências prévias, e que estas experiências são múltiplas, logo, pensa-se em uma dimensão de interpretações variadas construídas pelo indivíduo em relação à situação social. Nesse sentido, a situação social apresenta-se não de forma determinista, mas apresentando “possibilidades” para a ação. É a noção de “projeto” utilizada por Gilberto Velho, sintetizada abaixo:

Beneficiei-me das obras de diversos autores, mas vem principalmente de A. Schutz a influência principal nessa direção. *Projeto*, nos termos deste autor, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência

individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sócio-cultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de *projeto* e *campo de possibilidades* podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 1999,p. 40)

Ao considerar-se que o “projeto”, na perspectiva de ação social, depende dos significados decorrentes da experiência do indivíduo e da referência à situação, sua noção, aliada à noção de “campo de possibilidades”, ao mesmo tempo em que envolve uma variedade de opções, tem-se que estas não são infinitas. Por este viés, pode-se considerar que a constituição de um “projeto” ocorre dentro dos limites colocados pela situação social, em uma perspectiva de “opções possíveis” dadas pelo contexto.

Para Albuquerque e Foracchi, a principal dimensão constituída das possibilidades e limitações para a formação do projeto do estudante universitário é a da classe social. Pelo fato da dimensão de classe ser a que posiciona o indivíduo socialmente e ser referência para a construção dos valores que fundamentam suas condutas, através da esfera familiar e/ou das perspectivas de atuação profissional; ambos os autores apontam que a forma de engajamento estudantil brasileiro que ocorreu durante a década de 1950 em diante, transformando-se no decorrer do regime militar, dependeu do processo de constituição das classes médias urbanas brasileiras.

Mas pensar que a condição de classe serve de referência para a ação social do indivíduo não é o mesmo que definir os limites dos resultados da ação dentro das normas de tal condição. O pressuposto sobre as “possibilidades” provindas da situação ocorrem em outro sentido, em que, como no caso dos estudantes universitários brasileiros, a situação social é referência para a constituição de valores, significados de atuação e, por conseguinte, tipologias de ação social dirigidas a esta situação, podendo (e mesmo visando) transformá-la em seus mecanismos de organização. É a perspectiva mencionada anteriormente da ação em relação à situação, mas transcendendo esta última. O processo de significação da condição de classe, por parte do estudante e a partir desta condição, serve de base para a criação de pressupostos que podem visar alterá-la. No caso da análise de Albuquerque, a percepção do estudante sobre a sua dependência, em relação a outros segmentos da sociedade que lhe impõem limites ao

seu projeto de carreira profissional, serve de pressuposto para que este venha a reivindicar a transformação de sua condição social enquanto produtor e sujeito político.

A análise, desenvolvida no capítulo anterior, nos fez atingir duas formulações complementares e aparentemente paradoxais, quais sejam, a de que as possibilidades de atuação só poderão concretizar-se nos limites da condição de estudante e a de que as proporções da ação, quando colocadas em termos de carreira, transcendem os limites socialmente definidos pela condição de estudante. (FORACCHI, 1965, p. 220).

Outra característica considerada na questão da constituição de um “projeto” é a condição heterogênea em relação à situação em que ele apresenta-se. Temos que a constituição do projeto ocorre baseada em relação às experiências do indivíduo e em referência a uma situação social. Um projeto profissional ou de carreira de um estudante ocorre em relação à sua situação enquanto membro discente de uma instituição de ensino superior. Mas a experiência deste estudante envolve outras situações sociais além da vivenciada no contexto acadêmico. Como apontou Foracchi, a vivência na esfera familiar propiciou ao jovem determinadas condições para dar um significado à sua futura condição de acadêmico, algo que relacionou-se às suas perspectivas profissionais. A situação vivenciada na academia, da mesma forma, colocou o já estudante em determinadas condições de pensar sobre si na sociedade, sem que se tenha excluído a influência prévia da situação familiar (situação que não tenha, necessariamente, deixado de existir). Ou seja, a constituição de um projeto envolve a vivência do indivíduo em distintas situações.

A pluralidade de situações vivenciadas pelo indivíduo leva a entender que “projeto” é uma noção dotada de heterogeneidade no momento em que depende de uma diversidade de situações; e a situação, que engloba um “campo de possibilidades”, também define-se com este caráter heterogêneo, em função da multiplicidade de projetos possíveis que a ela refere-se.

Se temos que a constituição de um projeto depende, além da situação vivenciada anteriormente, de outra a qual o indivíduo passa a referir a sua ação, em uma “expressão sócio-histórica” (VELHO, 1999), temos que um projeto não depende unicamente de um

“passado”. Além disto, temos que o indivíduo vive diferentes situações simultaneamente. Ao ser estudante universitário, não convive unicamente no ambiente universitário. Mantém de forma paralela uma vivência familiar, por exemplo. Como nos mostra Foracchi, a transformação da condição de jovem à de estudante envolve as tensões que envolvem as duas esferas, transformando sua condição em relação a ambas. Dado que o indivíduo vive diferentes situações sociais paralelas e mesmo concorrentes, temos que:

Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios. Suas pertinência e relevância são definidas contextualmente. (VELHO, 1999, p. 46)

Assim como:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros *projetos* individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. (VELHO, 1999, p. 47)

Como caracterização de situações em que os indivíduos vivenciam e em relação às quais são constituídos projetos – que apresentam “campos de possibilidades” - Gilberto Velho utilizou a noção de “províncias de significados”. São “espaços” que envolvem o compartilhamento de determinados significados em relação à atuação nesses, influenciado pelas experiências dos indivíduos em “espaços” distintos. O resultado deste processo de “trânsito” do indivíduo entre estas diferentes “províncias de significados” foi nomeado pelo autor como “metamorfose” (VELHO, 1999). Neste

sentido, as “possibilidades” do “campo” envolvem o jogo de negociações entre distintos projetos que convergem nesses “espaços”. Com tais concepções, o autor propõe a fuga de uma visão linear da experiência individual, ao mesmo tempo em que define que as possibilidades de constituição de um projeto e de uma atuação nesse sentido dependem de projetos paralelos e/ou concorrentes, dando um caráter mutável à constituição destes “campos de possibilidades”.

Mas a noção de projeto não envolve somente a dimensão individual. Em uma perspectiva de ação coletiva, onde o ator social, que não resume-se a esfera individual, mas a envolve e a transcende; a convergência de projetos individuais, com o compartilhamento de determinados significados, leva à constituição de um “projeto coletivo”. É a perspectiva de projeto vivido em uma ação coletiva, com elementos em comum entre os indivíduos constituintes, quanto às motivações e objetivos do grupo, mas também envolvendo diferenciações. “Um *projeto* coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido a particularidades de status, trajetória e, no caso de uma família, de gênero e geração.” (VELHO, 1999, p. 41). Ou seja, o projeto coletivo é heterogêneo, pois o ator coletivo o é.

Considerando os fatores mencionados, temos “projeto” enquanto um componente que pode vincular experiências individuais com experiências coletivas. A constituição de uma ação coletiva, como o movimento estudantil, pode ser entendida como resultado de processos de negociações entre distintos e diversos projetos individuais, em determinados aspectos, em relação a condições contextuais. Em referência ao contexto, não somente a convergência, mas também a divergência entre os significados partilhados no contexto influenciam nas possibilidades de constituição tanto de projetos individuais como de projetos coletivos. Ou seja, as possibilidades de constituição de um projeto envolvem tanto o compartilhamento como as tensões entre os diversos atores sociais que atuam no contexto e os significados que possuem em relação a este.

Através deste ponto de vinculação, Albuquerque faz distinção entre “projeto individual” e o que chamou de “projeto societal”. O indivíduo participa de um projeto societal se a ação efetuada com relação a determinados objetivos - que se configura, no

caso estudado pelo autor, como projeto profissional - vincula-se à problemática da sociedade. Ao fazer alusão ao conceito de “ação social” utilizado, como mencionado anteriormente, a ação social refere-se à norma que lhe é colocada (e, pelo ator, percebida) em determinada situação social. A partir da referência à norma, o ator social, dentro das condições de possibilidades de constituição de um projeto, pode agir com o intuito de alterar os mecanismos que regem o funcionamento das relações sociais naquela determinada situação. Ou seja, quando o ator social refere-se à norma, visando alterá-la. É neste sentido que Albuquerque coloca a existência de um “projeto societal”, enquanto referência à problemática da sociedade. Foi através desta noção de “projeto” que Albuquerque caracterizou a tipologia de ação política do movimento estudantil brasileiro, em contraposição ao modelo percebido pelo autor sobre o tipo de organização semelhante na Europa.

Sintetizando os fatores mencionados sobre o conceito, temos então, seguindo a definição de Gilberto Velho, que “projeto” é uma ação visando objetivos específicos, de forma individual e/ou coletiva. Logo, “projeto” não detém-se no campo das “expectativas” do ator social, de forma que torna-se manifesta na prática social deste último. “Situação” é a dimensão em que são, e em relação à qual, expressos e percebidos os projetos. Ao não tratar-se da sociedade em sua totalidade, a “situação” existe em pluralidade e historicamente, de forma que na análise em relação à determinada “situação” deve-se considerar a multiplicidade de “situações” vivenciadas pelo ator, que correlacionam-se à situação estudada, através da constituição do “projeto” do ator social. Desta forma, pode-se considerar a questão da experiência do ator por uma perspectiva de trajetória de vida, na formação de seu “projeto”. Ao constituir-se enquanto ação por parte do ator com objetivos em relação a uma situação (envolvendo outros atores e suas práticas), a partir de suas experiências, “projeto” é dotado de significado social.

2.4 Sobre a Tipologia de Ação

Ao diferenciar a situação social com que se depararam os estudantes universitários em ambos os continentes, influenciada pela situação de classe,

Albuquerque aponta que tais distinções resultaram em tipologias de ação e, conseqüentemente, significados sociais da ação diferentes entre tais contextos. O resultado de tais diferenças entre os casos levou o autor a diferenciar entre o que chamou de “questionamento de sistema” e “questionamento de sociedade” e entre “contestação” e “ação política” (ALBUQUERQUE, 1977b).

Albuquerque faz uma distinção entre “ação política” e “contestação”. Nesta perspectiva, “ação política” dirige-se aos resultados sociais de determinadas posturas. Resultados, no momento em que a ação, praticada, provoca efeitos e, conseqüentemente, significados sociais. De outra forma, a “contestação” ocorre ao nível do discurso. Como exemplificou Albuquerque, “(...) a discriminação racista pode ser combatida em seus resultados ou em suas determinações, o que pode ser *contestado* é o discurso racista” (ALBUQUERQUE, 1977b, p. 127). Neste sentido, “contestação” é parte da “ação política” e não algo equivalente. Por este viés o autor define o tipo de movimento estudantil encontrado na Europa por ter se detido mais no plano da contestação, possuindo um efeito mais “simbólico” do que propriamente na alteração dos mecanismos de funcionamento da sociedade. Houve uma desconexão entre os objetivos destas organizações e os significados resultantes de suas atuações. Este último efeito encaixa-se no que o autor define como “questionamento de sociedade”, enquanto que o anterior, como “questionamento de sistema” (ALBUQUERQUE, 1977b). Para Albuquerque, o movimento estudantil brasileiro estudado caracterizou-se por exercer um “questionamento de sociedade”. Tem-se, por este caminho de análise, a possibilidade de inferir sobre as questões que conectam o indivíduo à ação coletiva, em uma atuação engajada, a partir de sua referência à norma social, ou seja, em relação ao significado social que a ação gera no contexto.

2.5 A Questão Estudantil Atualmente

E em relação ao momento do engajamento estudantil no Brasil pós-ditadura militar? Conforme Mortada, foi constatado o caráter nostálgico contido em trabalhos que buscaram uma comparação entre o movimento estudantil durante e após o regime militar, identificando um caráter despolitizado do estudante universitário que surgiu

após a abertura democrática e uma organização estudantil longe de ter a mesma consistência de tempos passados. Aponta-se um caráter contraditório do posicionamento do jovem estudante, que valorizaria a importância da luta pela mudança social, mas atuaria passivamente ao não buscar uma participação política com este intuito. Combinado a essa contradição, uma descrença em relação às organizações tradicionais de mobilização, tais como partidos políticos e centros acadêmicos (MORTADA, 2009). Mortada aponta um problema nessas abordagens por serem descoladas de um contexto histórico e por mencionarem uma apatia política por parte de uma parcela dos jovens que talvez tenha ocorrido de forma proporcional em tempos passados. Também em relação a este cenário, Sposito aponta as alterações da sociedade em geral e especificamente no campo universitário. A condição do jovem brasileiro, em geral, alterou-se, em função da sua forma de acesso ao trabalho, mais restrita, e caracterizada também por uma menor vinculação à atuação sindical (SPOSITO, 2000). Em relação ao modelo de universidade no Brasil, Mortada indica que a estrutura da universidade também se alterou, assemelhando-se em determinados aspectos ao modelo universitário norte-americano, como na valorização do aspecto “quantitativo” (MORTADA, 2009). Entendeu-se que trata-se de “quantitativo” no sentido de maior valorização do número de instituições de ensino superior, vagas oferecidas e volume de produção como indicadores de qualidade das universidades, mais do que condições e resultados das diversas experiências acadêmicas. Neste cenário, envolvendo também o surgimento de um número variado de instituições de ensino superior privadas, Mortada aponta o posicionamento do jovem estudante universitário enquanto “consumidor” (MORTADA, 2009).

Os aspectos mencionados no parágrafo acima (restrição de acesso ao mercado de trabalho, descrença em relação a determinadas formas de atuação política e universidade como prestadora de “serviços” para “consumidores”) sugerem que o ambiente acadêmico deixou de ser (ou passou a ser em menor medida) um espaço em que os ingressantes encontram mecanismos legítimos de atuação política dentre os mecanismos de participação enquanto universitários. Ou seja, sugere-se que reduziu-se o aspecto “politizador” do ambiente acadêmico, aspecto este que foi apontado por Albuquerque (1977a, 1977b) e Foracchi (1965) como resultante da atuação do indivíduo enquanto estudante universitário, o que ocorreria de forma atrelada à perspectiva profissional,

constatado no estudo feito por estes dois autores. Tendo em vista estes elementos, pode-se pensar que a mudança na forma de participação política por parte de estudantes universitários, no Brasil, alterou-se após o período da ditadura militar devido a: (1) alteração da condição social dos estudantes universitários, em geral, em relação à atuação profissional e política, sendo estes elementos da trajetória anterior à experiência universitária, basicamente, e (2) transformações estruturais nas instituições de ensino superior, gerando outro contexto social que serve de referência para a atuação do estudante universitário. Estes dois aspectos referem-se ao argumento principal desta pesquisa, de que a ação coletiva produz-se na relação entre experiência e situação social. Neste caso, “condição social” deve abarcar a existência da multiplicidade de experiências sociais, o que não permite uma definição cristalizada de possibilidades de atuação política de todos os indivíduos que podem ser situados na categoria “estudante universitário”.

O projeto de um ator social, como nos diz Gilberto Velho (1999), delineia-se na sua trajetória. Determinada ação social refere-se a uma determinada situação. A relação entre ambas envolve o significado social desenvolvido a partir de outras experiências do ator, em outras situações. Essa relação, então, revela o caráter sócio-histórico da constituição de “projeto” e da “ação social”. Se “situação”, como foi dito, não expressa a sociedade em sua totalidade, sendo um recorte vivenciado pelo ator, e que as situações coexistem em multiplicidade e heterogeneidade, de forma linear, paralela ou mesmo concorrente; não há como pressupor, de antemão, quais experiências são as relevantes para a constituição do projeto de um ator em relação à situação estudada. Desta forma, a perspectiva sócio-histórica relevante para a constituição de um projeto deve ser buscada no ator social e em sua relação com a situação. Propor a dimensão do trabalho ou mesmo de classe social como matriz para o delineamento do projeto pode somar limitações analíticas às limitações do contexto sócio-histórico. Tomar a dimensão da perspectiva profissional como ponto de partida para a busca de variáveis obviamente pode ter sua pertinência considerada, mas vê-se limitações para buscar a correlação entre experiência e ação social. Nesse sentido, considera-se que a busca não deva partir da norma social, mas da forma como os indivíduos agem em referência a esta. Como nos diz Alberto Melucci sobre a questão do engajamento juvenil:

A interrogação implícita nas diversas pesquisas sobre a condição juvenil é se os jovens são sujeitos potenciais de ação coletiva antagonista. A pretensão ou a esperança é de encontrar resposta para esta interrogação a partir de uma compreensão aprofundada da condição e da cultura juvenil na sociedade contemporânea. Uma similar esperança é, porém, desiludir-se porque se encontra com um problema insolúvel: como se passa da condição para a ação, como se forma um movimento que tem por atores os jovens?

Não se sai do impasse senão invertendo os termos do problema. A ação não se deduz pela condição social. Ocorre, ao contrário, mudar completamente o procedimento. É necessário identificar em nível sistêmico os problemas que estão no centro dos conflitos sociais, os campos sobre os quais se joga o confronto para o controle de recursos decisivos. Só a partir daqui é possível perguntar-se quais elementos da condição juvenil são suscetíveis de ativar, em certas condições conjunturais, uma ação coletiva, transformando este grupo em ator de conflitos. (MELUCCI, 2001, p. 84)

Se temos, como colocado acima, que “a ação não se deduz pela condição”, não pode-se resumir uma alteração no padrão de engajamento estudantil às mudanças na condição social padrão dos jovens universitários. Obviamente que as experiências dos jovens, em função de suas condições sociais, exercem influência para os caminhos que seguirão, mas pensa-se que deve ser considerado o fato de que “condição social do jovem” não foi o único elemento que alterou-se no processo histórico. As configurações de “situações” com as quais se deparam e a forma como vêm a se confrontar também podem ter se alterado. Pensa-se na obrigatoriedade de considerar que na atualidade brasileira há outro modelo de universidade e de sociedade, o que transcende a dimensão da categoria discente universitária, que expandiu-se, pluralizou-se ou mesmo manteve padrões de décadas passadas.

A diferenciação entre “contestação” e “ação política” também é interessante para a consideração dos tipos de “objetos” envolvidos no exercício da ação coletiva e questão da referência à “situação”. Se “contestação” refere-se ao contexto, temos este último como seu objeto. Se a “ação política” gera efeitos sociais, o que transcende o campo do discurso e foge ao controle absoluto de quem pratica a ação, pois seu resultado não depende em absoluto deste, temos tais efeitos como seu objeto de referência. Quando se tem uma ação política, esta transcende o terreno da contestação e

ocorre visando uma alteração na sociedade, ou seja, tem-se uma proposta alternativa. Albuquerque expõe que a ação política envolve as situações de “referência” (afirmação) e “exigência” (reivindicação) (ALBUQUERQUE, 1977a). Ou seja, a reivindicação não resume-se ao seu conteúdo simbólico, pois não resume-se à contestação (logo, não sendo seu objeto), nem é o objeto de referência da ação política, que são os efeitos sociais aos quais se contrapõe. Podemos considerar que “reivindicação” possui como objetos “o que se reivindica” e “a forma como é feita a reivindicação”. Se “reivindicação” existe enquanto meio para conectar a contestação aos resultados políticos, tem-se-a enquanto “instrumento” da ação política.

A partir do que já foi visto até o momento, a constituição de projetos em relação a uma determinada situação ocorre de forma variada. Tanto Foracchi como Albuquerque mencionaram o caráter heterogêneo da constituição das camadas médias brasileiras, o que ocorreu, logo, também na composição do corpo discente universitário e, conseqüentemente, mesmo nas organizações de movimento estudantil. Albuquerque, em seu estudo, apontou esse caráter heterogêneo quanto aos objetivos dos participantes destas organizações. Dois tipos de objetivos que expôs foram os de caráter *ideológico* e os de tipo *organizacionais*. Parte destas considerações surgiram da exploração sobre a dimensão de satisfação dos membros quanto às formas de atuação e objetivos do grupo manifestos (ALBUQUERQUE, 1977a). Tem-se aqui a questão de uma variedade de objetivos que convergem em uma forma de atuação, em torno de um *instrumento* de ação coletiva. Considerar a convergência de distintas motivações e objetivos dos membros que compõem uma ação coletiva em torno deste *instrumento*, leva a pensar sobre características que atribuem determinada unicidade a este.

Esta forma de diferenciação dos termos que compõe a noção de ação política faz-se pertinente para definir-se, no caso do estudo do GTAA, a representatividade da pauta “cotas” para o estudo da referida mobilização. Pelo viés apresentado até aqui, não a temos enquanto “objeto de contestação” nem enquanto efeito de ação política. A pauta “cotas”, bem como os mecanismos utilizados para a reivindicação desta pauta situam-se enquanto “instrumentos” para a ação por parte do grupo estudado.

Tendo a situação enquanto referência para as possibilidades de atuação política, podemos colocar que os “instrumentos” utilizados, enquanto parte desta atuação, são

construídos também a partir de tais possibilidades, sendo estas disponibilizadas e limitadas pela situação. Desta maneira, podemos considerar que a forma e conteúdo da “reivindicação” dependem de variáveis relacionadas ao modelo de atuação disponível como possibilidade dentro do contexto, e encarado como possível em relação à situação. Com isto, faz-se a inferência de que o surgimento de uma reivindicação por um sistema de cotas na UFRGS ocorreu em *referência* e *a partir* da situação, assim como a construção do discurso contestatório. Ou seja, a situação, de certa forma, disponibiliza os instrumentos possíveis para sua transformação. A utilização, percepção e motivação para o uso destes instrumentos também dependerão da forma como a experiência do ator faz referência à situação.

Pode-se comparar dois exemplos, que indicam situações encontradas no campo empírico, como será visto posteriormente. Um indivíduo que teve, em sua trajetória, uma experiência de engajamento junto a uma determinada forma de ação coletiva, ao deparar-se com uma nova situação, na qual engaja-se com o intuito de transformá-la, adotará métodos para tanto levando em conta sua experiência política anterior. Porém, a escolha por uma tipologia de ação dependerá das possibilidades oferecidas pela situação. Um indivíduo que não teve esse tipo de experiência terá que construir este modelo no processo de engajamento, dentre as possibilidades oferecidas e percebidas na sua referência à situação, ou mesmo buscar outras experiências para contribuir nesta construção de um modelo de “o que” e “como” reivindicar.

Ao levar em conta a perspectiva de uma iniciativa do indivíduo (ou mesmo ator coletivo), na busca pela construção de uma tipologia de ação política, de instrumentos de reivindicação, temos que, apesar de a ação coletiva atuar em torno destes instrumentos, estes não constituem-se enquanto condição para a iniciativa de engajamento, ou seja, na configuração da “contestação”, mas sim na forma como tal engajamento se desenvolverá no processo. Logo, ao estudar uma mobilização pró-cotas, como é o caso desta pesquisa, tem-se como uma precipitação determinar a partir da pauta “cotas”, bem como da forma de reivindicação exercida, as motivações dos membros desta ação coletiva. Não vê-se a possibilidade de determinar-se o surgimento de uma ação coletiva em função de seus resultados políticos. Entende-se que é por este viés que deve-se pensar na variação regional e temporal dos processos de reivindicação por cotas em diversas universidades e demais instituições públicas brasileiras,

interrogando tais processos em relação aos contextos nos quais se desenvolveram e a quais atores sociais se referiram, com a finalidade de trazer à tona as condições sociais para a adoção desta pauta.

A partir do que foi visto até o momento, não se pode resumir o surgimento de ações coletivas em função da condição social de seus membros nem das formas de organização desenvolvidas. Por um lado, deve-se identificar quais são as motivações dos atores sociais envolvidos. De outro, quais as condições do contexto para que estas motivações sejam conectadas à prática. É preciso identificar a que aspectos da situação os atores agem em relação, dentro do contexto específico de estudo. A partir deste ponto, trazer à tona quais valores e interpretações da realidade são construídos e “ativados” nessa relação de referência, bem como as possibilidades da situação que permitam e/ou delimitem as formas de atuação possíveis.

2.6 As Estruturas de Oportunidades Políticas

Conforme desenvolvido até este ponto do texto, as ações coletivas não podem ser explicadas unicamente em função da condição social dos indivíduos que assumem uma postura de engajamento político. De forma adicional, as experiências desses indivíduos também contribuem para culminar em determinado tipo de ação em relação a uma situação social, através da constituição de um projeto. Porém, pelo fato de que o “projeto” depende de um “campo de possibilidades”, como apresentado por Gilberto Velho, deve-se pensar que a ação coletiva não pode surgir de qualquer maneira, de acordo com a imaginação de seus integrantes. Um determinado processo de ação coletiva depende do contexto sócio-histórico vivido pelos indivíduos que a integram. A partir deste ponto, será apresentada a proposta de análise de ações coletivas de Sidney Tarrow, visando posteriormente articular sua teoria com as perspectivas analíticas mencionadas anteriormente e ressaltar os elementos considerados pertinentes para o estudo do GTAA.

Pode-se pensar que as interações que convergem em determinado contexto de relações sociais não só contribuem para definir o que é “possível” de ser adotado pelo

ator social para agir, como também para tornar visível ou não tal possibilidade e oferecer noções de como pode ser aproveitada. Por este viés pode-se pensar que as escolhas de atuação política, dentre as possibilidades existentes, dependem de “oportunidades” constituídas no contexto para tanto. Baseando-se na obra de Sidney Tarrow, “*O Poder Em Movimento*” (2009), que servirá de referência neste capítulo, considerou-se pertinente compreender a idéia de “oportunidades de ação política” como dimensão a ser relacionada ao “campo de possibilidades” de atuação dos indivíduos em organizações de ação coletiva, como apresentado anteriormente.

Tarrow propôs uma tipologia de análise de ações coletivas (centrando-se na questão de movimentos sociais) que visou acrescentar elementos para o estudo deste tipo de fenômeno em relação a teorias sociológicas prévias. Dentre os elementos resgatados pelo autor, estão: (1) a questão do “interesse” ou “descontentamento”; (2) um determinado “consenso” em torno dos significados dados aos objetivos das organizações; (3) a “escolha racional”, que envolve uma idéia de “cálculo de custos” para o engajamento; e (4) os recursos de que as organizações coletivas dispõem para exercer uma reivindicação. Somado a esses fatores, Tarrow acrescenta que as ações coletivas também dependem de uma configuração do contexto entre oportunidades e restrições políticas para formarem-se.

A questão do “descontentamento” foi apresentada pelo autor como tendo origem na tradição marxista, em que o processo de divisão na sociedade capitalista produziria insatisfações que levariam à mobilização ao alcançarem determinado estágio. Porém, pode-se pensar que insatisfações, em si, não explicam as tipologias de organização por parte de ações coletivas. Da mesma forma, há interpretações acerca da ação, em que, para tornarem-se elementos que levem ao engajamento coletivo, precisam de determinado nível de convergência, o que faz com que as formas de interação e o compartilhamento de significados sejam fatores relevantes. Nas palavras do autor:

O denominador mais comum dos movimentos sociais é, portanto, o “interesse”, mas este não é nada mais do que uma categoria objetiva imposta pelo observador. O que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns. (TARROW, 2009, p. 22).

A questão do reconhecimento leva à idéia da necessidade de uma convergência dos significados atribuídos à ação coletiva. Por isso, uma organização de ação coletiva depende de interações que sustentem uma cooperação necessária para a ação. Neste ponto, traz-se a noção de uma “solidariedade” como um fator de sustentação de ações coletivas, transcendendo a esfera do “descontentamento” e dos objetivos dos indivíduos envolvidos. Este reconhecimento coletivo de diretrizes da ação política insere-se no conceito apresentado pelo autor, enquanto componente de sua tipologia de análise proposta, de “enquadramento interpretativo da ação”, conceito cujas especificidades serão desenvolvidas mais adiante.

Pode-se pensar que o compartilhamento de significados não é o único fator que motiva os indivíduos a cooperarem coletivamente para o exercício de uma reivindicação. Para um indivíduo aderir a este processo, é necessário levar em conta como ele considera os efeitos que essa participação acarretará em sua vida. Por isso, além do descontentamento, há a percepção, por parte do indivíduo, dos “custos” de sua participação. Afinal, pensa-se na necessidade de considerar a dimensão reflexiva do indivíduo, que considerará o que tem a ganhar e a perder participando de uma ação coletiva. A questão da “escolha racional”, mencionada por Tarrow, contribui neste sentido, mas também há de se considerar que neste processo reflexivo influenciam os valores morais do indivíduo, bem como a questão da visibilidade de tais “custos”, o que remete à percepção de que há uma influência cultural e de que não há um conhecimento pleno acerca das possibilidades de agir e de seus efeitos.

Conforme Tarrow, além da questão da cooperação, baseada em laços de solidariedade e de compartilhamento de quadros de significados, foi desenvolvida nas Ciências Sociais uma teoria referente aos recursos que as organizações dispõem como elemento que também possui relevância para que uma ação coletiva ocorra, conhecida como teoria da “mobilização de recursos”. Por este viés, as ações coletivas também dependem de recursos, não só em termos simbólicos e relacionais, mas também materiais, para o exercício da mobilização. Sendo assim, “vontade” e “solidariedade” não bastam para que um grupo de indivíduos consiga organizar-se em uma ação coletiva.

A partir dos pressupostos apontados até aqui, tem-se fatores referentes à motivação do indivíduo para engajar-se politicamente em prol de determinada causa, aliados às condições sociais das organizações de ação coletiva que lhes permitem o exercício da reivindicação. Porém, conforme Tarrow, estes elementos ainda não seriam suficientes, pois não explicam como tais condições se desenvolvem, levando ao surgimento de ações coletivas em determinadas situações historicamente localizadas.

O que Sidney Tarrow propõe como acréscimo é que se faça também a análise dos recursos externos à organização que interferem nos variados contextos sociais que criam ou restringem oportunidades de surgimento de um engajamento coletivo. O argumento do autor é que as oportunidades de ação política são fruto das dinâmicas sociais que modificam as estruturas das sociedades, criando o que denominou como “ciclos de confronto”, que seriam momentos históricos oportunos para o surgimento de ações coletivas em determinados contextos. Conforme o autor, a ocorrência destas “brechas” no curso da história é motivada por fatores referentes a três dimensões: (1) a influência de repertórios de ação anteriores, (2) a disposição e a relação com as autoridades e (3) a existência de aliados que forneçam recursos (materiais ou simbólicos) para a organização.

Tarrow traz a noção de “repertório” enquanto componente que envolve “rotinas que são aprendidas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha” (TARROW, 2009, p. 51). Apesar de os repertórios de ação coletiva serem desenvolvidos nas formas percebidas em tais processos, através da análise, considera-se a influência de repertórios anteriores no desenvolvimento de novas formas de ação. O autor aponta que os efeitos de ações coletivas anteriores podem produzir efeitos que contribuem na abertura de oportunidades para novos atores que dispõem de poucos recursos para a mobilização, bem como fornecer modelos de atuação que podem servir como ponto de partida. A disposição de uma tipologia de ação política deixada como “herança”, que pode passar a ser utilizada por outras organizações, Tarrow chama de “ação coletiva modular”. Um maior peso de uma “herança” ou de uma “inovação” na constituição de um tipo de ação dependeria da forma como determinada organização se desenvolve. Porém, no tratamento que o autor confere à análise de “movimentos sociais”, sempre há uma construção particular de formas de atuação em cada caso, o que faz fugir da idéia de um “fatalismo” histórico.

Podemos considerar a obviedade deste elemento pelo fato de que os processos de interações sociais e seus efeitos alteram-se historicamente, fazendo com que “movimentos” se alterem e não se repitam, mesmo porque as próprias insatisfações e oportunidades ocorrem também a partir destes pressupostos históricos. De forma aliada, a adoção de tais repertórios ocorre através de um “aprendizado”, como citado pelo autor, o que pode ser considerado como fator dotado de flexibilidade.

Os fatores referentes às relações com autoridades expressam outra dimensão produtora de oportunidades e/ou restrições políticas. Os indícios para que autoridades criem oportunidades de ação envolvem suas possíveis divisões e fraquezas expostas. Além de serem um alvo para o processo de reivindicação, em função da posição em que se encontram nas situações sociais, as autoridades têm papel no processo de ação coletiva no momento em que posicionam-se em relação à ela, facilitando e/ou restringindo suas formas de reivindicação. As alterações relacionais concernentes às organizações de ações coletivas também provocam alterações nos posicionamentos das autoridades, que podem facilitar a atuação de outros grupos ou organizarem-se enquanto contramovimento. De forma aliada, a relação com as autoridades influencia na tipologia de ação política adotada pela organização de ação coletiva para exercer oposição, em função da forma de reivindicação vista como possível dentro das “regras do jogo”. Ou seja, as autoridades, enquanto opositores, também fornecem modelos de atuação para a constituição da ação política da organização que exerce a reivindicação. Neste sentido, Tarrow afirma que na atuação de movimentos sociais se “desenvolvem tipos de organização que frequentemente imitam as organizações às quais se opõem.” (TARROW, 2009, p. 45).

Da mesma forma que autoridade e/ou opositores, o surgimento de uma ação coletiva também envolve a possível existência e aliança com outros atores que atuam no mesmo contexto. Conforme Tarrow, a percepção da existência de possíveis aliados é fator adicional que contribui para a criação de oportunidades de ação política. Aliados não somente fornecem determinados recursos à organização, como também são atores com os quais a organização de ação coletiva deve negociar, o que exerce influência sobre as escolhas estratégicas e a própria estruturação da ação coletiva.

Em função da relação com opositores e aliados, Tarrow aponta que a configuração do processo de reivindicação por parte de uma ação coletiva constrói-se justamente na relação com estes outros atores sociais, e que as construções de posicionamentos, tipologias de ação e interpretações do processo ocorrem também com estes atores relacionados à organização que reivindica:

Quando a ação coletiva é iniciada numa parte de um sistema, em favor de um tipo de objetivo e por um grupo particular, o encontro entre aquele grupo e seus antagonistas fornece modelos de ação coletiva, quadros interpretativos principais e estruturas de mobilização que produzem novas oportunidades. Esses efeitos secundários assumem três formas gerais: expansão das próprias oportunidades de um grupo e aquelas de grupos cognatos; dialética entre movimentos e contramovimentos, e criação de oportunidades para elites e autoridades. (TARROW, 2009, p. 119)

A perspectiva histórica, expressa pelos repertórios de ação adotados, e a relacional, envolvendo interações com opositores e aliados, confere à ação coletiva um caráter processual. Tais características podem ser sintetizadas nas formulações feitas por Kunrath sobre a análise de processos de participação social:

À medida que buscamos apreender nossos “objetos” de pesquisa não como objetos pré-existentes às relações sociais, mas como resultados mesmos dessas relações, a estrutura de nossas análises se altera profundamente. (...) não se aceita a idéia de um “todo” que é somatório de partes passíveis de serem tomadas isoladamente (...) nem de “partes” que são determinadas por um “todo” pré-existente e autônomo. (SILVA, 2007, p. 478-479)

Esta ênfase em abordar os fenômenos sociais de forma processual está diretamente relacionada ao caráter histórico-contextual dos fenômenos sociais. Se a própria natureza dos fenômenos analisados pelo cientista social é definida pelo fato deles terem uma historicidade, ou seja, se produzem enquanto parte de um processo que se desdobra no fluxo do tempo, torna-se necessário, para compreendê-los, incorporar a perspectiva processual como um recurso metodológico central. (...) Ao tratar estes “objetos” como resultantes de relações que se desenvolvem numa trajetória temporal, constituintes de e constituídas por processos sócio-históricos, esta perspectiva auxilia na superação da tendência de tratar os “objetos” analisados como portadores de características intrínsecas e

independentes do campo dinâmico de relações no qual e pelo qual, de fato, se constituem. (SILVA, 2007, p. 480-481)

Pode-se também encontrar esta característica heterogênea e processual das ações coletivas no que foi escrito por Alberto Melucci, que pensa que devemos nos afastar da:

(...) idéia ingênua do agir coletivo como dado empírico unitário. É necessário, ao contrário, interrogar o dado para descobrir como é produzido e extrair dele a unidade para fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama ‘movimento’ e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos. Trata-se, pois, de entender como se forma a unidade e a que resultados diferenciados os diversos componentes podem dar lugar. (MELLUCI, 2001, p. 32)

Partindo desta perspectiva “processual” apresentada pelos autores citados neste capítulo, tem-se que o estudo de ações coletivas não deve resumir-se à análise de intencionalidades e escolhas estratégicas dos atores sociais envolvidos, embora sejam dimensões que também possuem relevância (SILVA, 2007). Conforme Tarrow, as dinâmicas relacionais, em determinados contextos, produzem oportunidades de ação política. Estas oportunidades são percebidas e aproveitadas por determinados atores sociais, que buscam organizar e mobilizar outros atores em prol do exercício de engajamento. O exercício da mobilização envolve a construção de “quadros interpretativos da ação política”, que constituem-se enquanto conjunto de significados que atribuem sentido e determinado “consenso” para a atuação política em determinado movimento e em relação ao contexto do confronto. Por isto, de acordo com o autor, a construção destes “quadros” envolvem, de uma parte, um protagonismo das lideranças da organização da ação coletiva, em que, conforme Snow, Benford, Worden e Rochford (1986), referências de Tarrow sobre o conceito de “enquadramento interpretativo” (TARROW, 2009), o discurso político das lideranças de movimentos pode ser construído de acordo com as estratégias da organização, como expandir os quadros

interpretativos, atribuindo questões mais gerais, para mobilizar um número diverso de indivíduos, ou reforçá-los para problemas mais específicos, ou conectando quadros existentes a questões particulares, ou mesmo visando uma transformação de quadros existentes, buscando uma mudança social mais ampla (TARROW, 2009, p. 144). De outra parte, a formação de quadros interpretativos depende também das tensões com quadros interpretativos já existentes, e das interpretações difundidas por outros atores sociais como, por exemplo, a mídia (TARROW, 2009).

Os “quadros interpretativos da ação coletiva” não constituem-se na reunião de elementos simbólicos pré-existentes ao contexto do confronto político (pois neste caso, os processos relacionais se manteriam, ao invés de modificarem-se permitindo ações coletivas), mas na construção de símbolos que atribuem significado à atuação na e da ação coletiva. Os “quadros interpretativos” tornam-se fatores mobilizadores no momento em que os significados envolvidos “alinham-se” aos valores e perspectivas de atuação de atores sociais com os quais entram em contato. Este alinhamento ocorre em relação a determinados descontentamentos difusos de indivíduos que não os direcionam para a ação política (TARROW, 2009; SNOW, BENFORD, WORDEN & ROCHFORD, 1986). Conforme Snow e Benford, os indivíduos que não dão este direcionamento às suas insatisfações, encontram-se no que os autores chamaram de *sentiment pools* (SNOW, BENFORD, WORDEN & ROCHFORD, 1986).

Da leitura feita sobre o exposto por Tarrow, tem-se que este compartilhamento de significados na forma de “quadros”, que confere determinada “sustentação” à ação coletiva, são relativos ao exercício da ação coletiva, porém não podem ser identificados como uma equiparação entre objetivos e motivações de todos os indivíduos envolvidos na organização, e nem entre estas questões individuais e as manifestadas coletivamente como finalidade da organização. Ao envolver insatisfações e aspirações difusas, a construção de quadros interpretativos não pressupõe um consenso sobre todos os aspectos que envolvem o exercício, as motivações e as finalidades da reivindicação, mas sim sobre determinados aspectos que motivam uma “solidariedade” que possibilita a ação conjunta. É neste sentido que Tarrow considera o processo de mobilização que forma uma ação coletiva.

A cultura da ação coletiva é feita de quadros interpretativos e de emoções que visam tirar as pessoas de sua submissão, mobilizando-as para a ação em cenários conflituosos. Os símbolos são extraídos de um reservatório cultural pelos líderes do movimento e combinamos a crenças orientadas para a ação, de modo a navegar estrategicamente em meio a um paralelogramo de atores, que vai desde estados e oponentes na sociedade até militantes e populações-alvo. O mais importante é que a eles é dada uma valência emocional que visa converter a passividade em ação (TARROW, 2009, p. 146)

De acordo com a perspectiva de Tarrow apresentada neste texto, tem-se o “enquadramento interpretativo da ação política” como fator que oferece “sustentação” à ação coletiva. Porém, da leitura feita nesta pesquisa sobre a teoria do autor, não pode-se resumir a explicação da ação coletiva somente em termos simbólicos, em uma dimensão discursiva: deve-se considerar que tais interpretações sobre a realidade são construídas em relação à própria realidade, socialmente, ou seja, cada indivíduo não confronta-se isoladamente com os aspectos que resultam na situação social. Neste ponto que o autor oferece como relevante os processos que envolvem as “estruturas de oportunidades políticas”, que não são resultados de interpretações isoladas de indivíduos, mas sim de processos interativos entre atores sociais. Desta forma, Tarrow propõe que a análise dos processos interpretativos, que compõem os processos interativos, deve responder a questão sobre “(...) como o discurso simbólico toma forma no processo de luta [...]” (TARROW, 2009, p. 141).

Neste ponto, considera-se necessário especificar o ponto de partida e o alcance da perspectiva analítica proposta por Tarrow. Este autor desenvolveu sua teoria sobre a “estrutura de oportunidades políticas” para a análise de organizações que, em sua concepção, constituem-se enquanto “movimentos sociais”¹⁷:

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e

¹⁷ A presente pesquisa não tem como objetivo analisar o que constitui-se ou não como “movimento social”. Desta forma, não viu-se a necessidade de realizar uma abordagem sobre este conceito, inclusive acreditando-se que poderia desviar o foco e a linha de raciocínio seguida. Será utilizado o tratamento teórico do autor em relação à conceituação mais ampla de “ação coletiva”.

usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa – embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. Em tais casos – e *apenas* em tais casos – estamos diante de um movimento social. (TARROW, 2009, p. 27)

Ao tratar de “movimentos sociais” como resultados de processos interativos no curso da história, não reduzidos a descontentamentos e condições sociais de atores sociais específicos, mas envolvendo momentos em que estas interações levam a processos que visam modificações na sociedade, Tarrow propõe uma concepção de “confronto” e “mobilização” como parte da estrutura social, e não como casos de “anomia” ou “desvio”:

Indignados com os excessos da turba e com os deslocamentos da industrialização, os primeiros estudiosos viram o confronto político como a expressão da mentalidade da multidão, da anomia e da privação. Mas até mesmo um exame superficial da história moderna mostra que o surgimento dos confrontos não pode ser derivado da privação sofrida pelas pessoas ou da desorganização de suas sociedades. Essas pré-condições são muito mais duradouras do que os movimentos que elas favorecem. O que varia muito no tempo e no espaço são os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade e ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações. (TARROW, 2009, p. 99)

Da leitura de Tarrow entendeu-se que a constituição do que pode ser chamado de um “movimento social” depende de seu “sucesso” na sustentação da organização. Porém, podemos pensar que o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, da forma apresentada pelo autor, permita a explicação de um processo de ação coletiva nos momentos de sua formação e sustentação, momentos que podem ser distinguidos apenas analiticamente, por ocorrerem de forma processual. Sendo assim, entendeu-se que o conceito do autor pode ser utilizado como ferramenta de análise para ações coletivas que não alcançam o grau de sustentação atribuído como capaz de tornar tais organizações, de fato, “movimentos sociais”. Afinal, como citado no início do

parágrafo, o aproveitamento e a forma que determinadas oportunidades políticas apresentam podem ou não levar à constituição de movimentos, mas não deixam de ser, em si, recursos que constituem-se enquanto “oportunidades” que levam da “passividade” a ação política.

2.7 Síntese Do Capítulo Teórico

Sidney Tarrow aponta que o aproveitamento de oportunidades de ação política depende da percepção de tais oportunidades por parte de atores sociais específicos, que buscam revelar as fraquezas dos opositores e construir estratégias de atuação política, bem como de mobilização de outros atores para exercer a reivindicação. O autor mostrou ter partido de um ponto em que já existem elementos dispostos através destes atores específicos (posicionados enquanto lideranças) que remetem à contestação e à motivação para reivindicar alguma demanda na sociedade.

A leitura da proposta teórica de Tarrow não revelou pistas sobre como surgem tais lideranças. Pode-se entender que este ponto de partida refere-se ao enfoque macrossociológico da perspectiva de análise do autor. Porém, para cumprir com a meta desta pesquisa, de explicar o surgimento do GTAA na UFRGS, não pode-se partir do mesmo ponto que o autor, mas extrair os elementos aplicáveis à análise de ações coletivas em geral. Ao estudar a formação do grupo, majoritariamente de estudantes, no qual não foram explicitadas nem mesmo identificadas lideranças fixadas (como será abordado no capítulo posterior), há necessidade de utilizar-se elementos para analisar o processo de formação partindo de um momento anterior deste processo do qual Tarrow propôs em seu método. Para tanto, entendeu-se como pertinente a utilização da perspectiva da experiência, através do conceito de “projeto”, apresentado no início deste capítulo, como elemento adicional para explicar o que suscitou o processo interativo que resultou na atuação do GTAA, dentro de uma determinada estrutura de oportunidades e restrições políticas.

Conforme apresentado até o momento, Sidney Tarrow propôs sua teoria considerando a perspectiva de “oportunidade” para o engajamento político. Gilberto

Velho aborda a noção de “projeto” partindo da concepção de “possibilidades” de constituição do projeto. Parece difícil a distinção entre “oportuno” e “possível” já que, pensando na análise do surgimento de ações coletivas, ambos os termos podem parecer sinônimos, na perspectiva de atuação conforme condições sociais para tanto. Tendo em vista as perspectivas de análise de ambos os autores, conforme mostrado, podemos considerar a do primeiro como em nível macrossociológico, como mencionado anteriormente, e a do segundo com em um nível microssociológico, partindo do nível individual. Seguindo a linha de abordagem de ambos os autores, entendeu-se como possível diferenciar os termos em função destas perspectivas, considerando “possibilidades” como envolvendo escolhas do indivíduo, ao relacionar suas experiências com as condições da situação social, e “oportunidades” como envolvendo a dimensão estratégica de grupo, envolvendo especificamente a atuação na forma de ação coletiva em determinado momento histórico, a partir de demandas já estabelecidas por determinados atores sociais. Entendeu-se que a perspectiva das “oportunidades”, ao depender de interações tanto internamente ao grupo como em relação a opositores, remete menos a “opções de engajamento” e mais a “engajar-se coletivamente ou não” diante de condições do contexto e da percepção de tais condições.

Pode-se entender a dimensão das possibilidades como inseridas na dinâmica das oportunidades, no estudo de ações coletivas. Justamente é fator influente na formação de uma organização que busca reivindicar por uma causa a multiplicidade de indivíduos com diversas motivações e objetivos (e pode-se dizer “projetos”) para atuarem politicamente, que afetam a forma como o grupo se constitui, sustentando-o enquanto ação coletiva por determinado período de tempo.

Alberto Melucci, em conformidade com Tarrow, indica que a ação coletiva explica-se pelos fatores que lhe conferem sustentação (MELUCCI, 1995, TARROW, 2009). Ou seja, não é o descontentamento, nem a fraqueza dos opositores ou baixa repressão por parte das autoridades que constituem fatores que por si explicam o fenômeno, mas são fatores que contribuem para possibilitar a formação de tais mecanismos que sustentam o grupo. Para uma organização coletiva manter-se, deve haver determinado grau de unicidade, onde a multiplicidade de concepções dos envolvidos é fator gerador de tensões que ameaçam a constituição do grupo (MELUCCI, 1995), o que coloca em questão os fatores internos da ação coletiva. É a

sustentação da organização, em meio a uma estrutura de oportunidades e restrições políticas, que constitui-se como fundamento que explica a ação coletiva. Logo, deve-se interrogar quais fatores conferem o que há de unitário na ação coletiva, dentre a multiplicidade de orientações de seus componentes, como apontou Melucci, já citado anteriormente (MELUCCI, 1995, 2001).

3 ANÁLISE SOBRE O GTAA

3.1 Parâmetros Metodológicos

Considerando as perspectivas discutidas até este momento, entendeu-se que para o estudo do GTAA foi necessário considerar as dinâmicas externas e internas ao grupo na referência à situação social contextualizada no ambiente acadêmico da UFRGS no período em que formou-se o grupo. Sendo assim, consideraram-se as experiências dos indivíduos participantes e a correlação destas com a situação da universidade e com a situação de reivindicação por cotas em meio à vivência acadêmica, com o objetivo de captar, nessa construção, qual ou quais fatores concederam unicidade à organização, sustentado-a até o momento da aprovação da política de cotas na referida universidade.

Para tratar da dimensão das experiências dos indivíduos em questão, buscou-se referência a aspectos das trajetórias dos membros do grupo que foram correlacionados com as experiências acadêmicas e com as experiências de engajamento político manifestas através do GTAA. Esta noção de trajetória foi utilizada de forma similar à proposta por Gabriel de Santis Feltran, como uma forma de apreender momentos históricos vividos pelos atores estudados, relacionando-os com experiências coletivas e com o contexto em que ocorreram, não detendo-se em uma reconstrução biográfica (FELTRAN, 2006). Partindo deste raciocínio, a investigação das experiências individuais teve como foco: 1) formação educacional, 2) experiências acadêmicas, incluindo as extracurriculares, 3) vínculos passados de militância, quando existentes, 4) origem social e profissão do entrevistado, se for o caso, 5) expectativas em relação à universidade (profissionais ou não), 6) contato e construção do posicionamento em relação à proposta de sistema de cotas. A captação de tais elementos teve em vista a análise de qual “projeto” de atuação no meio acadêmico estes indivíduos construíram e que foi correlacionado às suas atuações no GTAA.

As variáveis referentes às percepções sobre universidade e atuações nesta fazem parte dos elementos que também apontam indícios sobre as dinâmicas externas que convergem na configuração da situação social encontrada. Em relação a tais fatores externos, procurou-se também, através das narrativas dos indivíduos membros do

GTAA que reconstituíram o histórico do grupo, elementos sobre a percepção e interpretação das oportunidades e restrições políticas, referentes a: 1) definição dos opositores, 2) presença de aliados, 3) restrições e facilitações para atuação, obtidas na relação com os atores sociais indicados nos itens 1 e 2, 4) Os vínculos formados entre os membros, no processo de mobilização, o que envolve os tipos de vínculos e os posicionamentos destes indivíduos na instituição. Conjuntamente, as descrições do processo de atuação do GTAA contribuíram para revelar elementos sobre a atuação conjunta do grupo, em referência às experiências individuais anteriores e às condições encontradas para atuarem no meio acadêmico.

A partir da análise dos dados referentes às variáveis mencionadas nos parágrafos anteriores, buscou-se responder aos seguintes questionamentos: 1) quais as oportunidades políticas que estes indivíduos encontraram, permitindo a formação da mobilização e 2) qual fator ou quais fatores, compartilhados pelos membros do grupo, conferiram sustentação ao grupo durante o período de atuação. A resposta ao primeiro questionamento incide sobre o segundo, já que, se houve uma ação coletiva, tem-se que a existência de uma estrutura de oportunidades políticas seja um fator dado, mas sem ter-se conhecimento prévio de sua forma, esta que influencia na construção da ação coletiva, incluindo os elementos que sustentam sua unidade.

Dadas as variáveis estabelecidas, os indicadores selecionados para serem obtidos através da pesquisa empírica foram: 1) sexo, 2) raça/etnia/cor, 3) formação escolar, 4) profissão e formação dos pais, 5) condições de preparo para o vestibular e contribuição financeira de familiares para os estudos, 6) perspectivas profissionais, 7) expectativas em relação à universidade, 8) experiências prévias de engajamento político, 9) experiências universitárias (como participação em projetos de pesquisa e extensão) 10) contato e posicionamento em relação ao tema do sistema de cotas, 11) inserção no GTAA, 12), formação do GTAA e seus integrantes, 13) opositores, 14) aliados, 15) descrição e posicionamento em relação às estratégias do grupo, 16) aspectos facilitadores para a atuação do grupo, 17) aspectos restritivos para a atuação do grupo, 18) concepção de universidade (incluindo posicionamento sobre a relação desta com entidades de movimentos sociais). Entendeu-se que estes indicadores contemplam as informações referentes às variáveis selecionadas, embora viu-se a dificuldade de atribuir cada indicador a uma variável determinada.

Para a obtenção dos dados, a pesquisa de campo foi realizada através da execução de quatorze entrevistas. Dentre os(as) entrevistados(as), oito cederam informações por esta via em pesquisa anterior (PROLO, 2008), que foram aproveitadas, e foram procurados(as) para entrevistas complementares, realizadas em 2010, assim como no caso dos outros(as) seis entrevistados(as), que foram procurados(as) somente na situação da pesquisa atual. As entrevistas foram semi-estruturadas, com perguntas guia para a descrição do processo que envolveu o GTAA, e gravadas em áudio, com permissão do(a) entrevistado(a). As entrevistas duraram entre quarenta minutos e duas horas, sendo que a maior parte durou cerca de uma hora e trinta minutos. No total, foram mais de dezoito horas de áudio captadas. Após, as entrevistas foram transcritas em computador, resultando em cerca de duzentas e trinta páginas de informações. Posteriormente, no texto de cada entrevista foram destacados os pontos pertinentes e catalogados em arquivos de texto separados de acordo com as variáveis a serem exploradas.

Para a seleção dos(as) entrevistados(as), iniciou-se através de contato já existente entre pesquisador e uma das entrevistadas (através da atuação em mesmo curso de graduação) em relação à qual já se sabia, informalmente, de sua participação no GTAA. Tanto com o primeiro contato como em relação aos demais, as entrevistas tiveram duas funções básicas: obter conhecimento e contatos de outros participantes do grupo e obter as informações relativas às variáveis selecionadas. A partir das informações de cada entrevistado(a), buscou-se contato com outros(as) possíveis entrevistados(as), até o momento em que não houve mais informações novas nesse sentido. Os critérios para a seleção envolveram: 1) a disponibilidade das pessoas procuradas para tanto, 2) o fato de terem sido citadas em várias entrevistas¹⁸, 3) a forma como as indicações sobre relevância de suas participações foram expostas e 4) que os(as) indicados(as) tivessem vínculo como estudante da UFRGS (já que o problema de pesquisa questiona o processo em que estes vieram a organizarem-se coletivamente, em meio às suas vivências universitárias).

¹⁸ Este critério foi estabelecido ao final da execução das entrevistas, quando feita a avaliação da pertinência ou não de se procurarem novos contatos. Os(as) integrantes mais citados(as) foram mais facilmente contatados, dada a variedade de fontes de informações sobre formas de contato (como endereço de email e número de telefone).

Nas quatorze entrevistas, foram citados cinquenta nomes, sendo que desses, cinco foram de pessoas sem vínculo com a instituição, seis foram de funcionários(as) da universidade e vinte e três foram citados no máximo em duas situações de entrevista e sem menção de participação contínua no processo que envolveu o GTAA. As quatorze entrevistas foram realizadas com aqueles(as) cujos nomes foram citados entre quatro e doze vezes (de um total de quinze). As frequências de citações constam na **Tabela de Citações** (ver **Anexo II**). A tentativa de contato com quem foi citado três vezes e com uma das pessoas que foi citada quatro vezes não foi bem sucedida. Deve-se considerar que por vezes os nomes de certos(as) participantes do grupo não foram lembrados. O contato inicial foi com um dos citados quatro vezes.

Dado que uma ação coletiva não é um dado homogêneo e que uma exposição das variáveis de forma desconectada de cada um dos indivíduos geraria uma desvinculação entre os indicadores considerados, organizou-se as informações, em um primeiro momento, em relação a cada indivíduo entrevistado (ver **Anexo I**). Tais informações são referentes a: 1) origem social, 2) experiências prévias (de engajamento político e acadêmicas), 3) expectativas profissionais e em relação à universidade, 4) contato e posicionamento sobre o tema do sistema de cotas, 5) inserção no GTAA, 6) posicionamento em relação à atuação do grupo, 7) Concepção de universidade. Com a finalidade de não expor os verdadeiros nomes dos(as) entrevistados(as), utilizou-se de nomes fictícios para identificá-los(as). Trechos entre aspas são os atribuídos às falas dos(as) entrevistados(as).

Na próxima seção, serão apresentadas as informações resultantes da síntese dos dados referentes aos indicadores sobre a atuação do GTAA coletivamente. Esses dados serão descritos de acordo com os indicadores selecionados referentes a 1) formação do grupo, 2) atuação do grupo, 3) dinâmica das relações entre os membros do grupo, 4) aliados, 5) opositores, 6) aspectos facilitadores e restritivos.

Por fim, será realizada a síntese de tais informações, possibilitando a discussão destes dados com as definições teóricas abordadas no capítulo anterior.

3.2 Universitários e Suas Experiências

A partir das informações referentes às experiências e interpretações narradas pelos(as) entrevistados(as), que constam no **Anexo I** deste trabalho, faz-se uma síntese das informações para posterior reflexão.

Sobre panorama referente à origem destes membros do GTAA temos, conforme a **Tabela 1**: 1) nove mulheres e cinco homens, 2) nove pessoas brancas e cinco negras, 3) quatro com formação no ensino público, quatro no ensino privado e seis em parte no público e parte no privado, 4) Em onze casos, ao menos um dentre os pais teve experiência em instituição de ensino superior. De forma adicional, dez membros entrevistados apontaram que tiveram contribuição financeira dos pais para seguir os estudos acadêmicos.

Tabela 1: Dados Sobre Origem Social

NOME	COR/RAÇA/ETNIA	FORMAÇÃO ESCOLAR	FORMAÇÃO DOS PAIS
Amanda	Negra	Privada	Médio Completo / Fundamental Incompleto
Álvaro	Branco	Privada (c/ bolsa)	Superior Incompleto / Médio Completo
Carolina	Branca	Pública/privada	Superior Completo / Médio Completo
Dario	Branco	Pública/privada (supletivo)	Superior Completo (ambos)
Fernando	Branco	Privada	Superior Completo (ambos)
Juraci	Negra	Pública	Fundamental Incompleto / Fundamental Completo
Kátia	Negra	Pública/Privada (com bolsa)	Não informado
Letícia	Branca	Pública	Superior Completo / Superior Incompleto

Liara	Negra	Pública	Médio Completo / Superior Incompleto
Leonidas	Branco	Pública/particular	Não informado / Superior Completo
Lola	Branca	Pública/privada	Superior Completo / Não informado
Miriam	Branca	Privada	Superior Completo / Não informado
Tábata	Negra	Pública	Superior Completo / Não informado
Vladimir	Branco	Pública/privada	Superior Completo (ambos)

Fonte: elaboração do autor.

Conforme estudo sobre o perfil dos estudantes de graduação na UFRGS, publicado em 2003, a universidade era composta por 44.4% de estudantes do sexo feminino e 53.7% do sexo masculino (1.9% não responderam). Destes, 39.8% formou-se em escola pública, 56,4% formou-se em escola privada e 3.5% parte em ambos os tipos de escola (0.4% não responderam). Em relação à família, este estudo mostrou que 42.5% dos pais e 36.7% das mães destes estudantes tiveram experiência no ensino superior, concluindo-o ou não. Conforme esta pesquisa, 59.6% dos estudantes tinham a família como principal fonte de sustento. Não foram encontrados índices em relação à cor/etnia, porém, pode-se ter aqui como base o dado de 2005 de que, entre os universitários, 96% eram brancos, 3% negros e 1% amarelos (CARVALHO, 2005).

Confrontando estes dados, percebe-se então, no GTAA, em relação à média: 1) alta incidência de mulheres, 2) que apesar de brancos representarem maioria no grupo, a representatividade de negros é muito acima da média apresentada (cerca de 35% do grupo), 3) que a incidência de estudantes que tiveram participação no ensino público e no privado é pouco acima dos dados gerais da universidade, 4) alta incidência de pais com passagem pelo ensino superior e 5) contribuição financeira dos pais pouco acima da média geral da universidade.

A amostra selecionada é pouco expressiva para que se chegue a conclusões de caráter explicativo sobre a formação GTAA fazendo-se comparação com os perfis dos

estudantes da universidade em geral. Uma alta incidência de mulheres e de representatividade de negros não foram indícios sobre os quais chegou-se a uma conclusão concreta. Tem-se que todos os membros negros são do sexo feminino. Pressupõe-se que esta ocorrência seja em função das redes de relações informais através das quais formou-se o GTAA. O quesito “ser mulher” e/ou “ser negra” pode ter sido fator motivacional em alguns casos, mas não explicou a constituição do grupo como um todo. O que esta comparação estatística mostra é que este grupo teve uma formação escolar semelhante ao quadro discente geral da universidade, demonstrando uma maior ocorrência de experiência parcial na escola pública, e que não tem, em sua origem, de forma geral, traços distintos do corpo estudantil da UFRGS. Não são estudantes alheios à experiência familiar vinculada à universidade (salvo em alguns casos) e distintos da média em relação à forma de sustento. Vê-se que esta comparação não explica a formação do GTAA por uma composição de membros de condição social distinta dos parâmetros gerais da universidade. Ou seja, dado o fato de o GTAA ter sido constituído por um grupo reduzido de estudantes - o total de alunos matriculados no segundo semestre de 2010 foi 17.748 (UFRGS, 2003) -, e o de que estes não eram público-alvo da demanda reivindicada, a condição social de origem destes não mostrou-se enquanto fator explicativo para a formação do grupo.

Seguindo na exposição dos dados sobre as experiências dos membros do GTAA, temos as informações dispostas que constam na **Tabela 2**. Aliada à característica geral sobre a experiência acadêmica inserida no contexto familiar, os membros do GTAA manifestaram duas disposições centrais: a primeira foi a definição do ingresso na universidade como etapa de suas vidas, juntamente com segunda, que foi a indefinição de um projeto de atuação acadêmica, no qual demonstrou uma perspectiva de formação, porém não atrelada a uma perspectiva de atuação posterior. Em praticamente todos os casos foram demonstrados pelos entrevistados descontentamentos na correlação entre o que se esperava da formação acadêmica e a realidade da universidade com a qual depararam-se.

Tabela 2: Perspectivas

NOME	PREPARAÇÃO P/ VESTIBULAR	PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	PERSPECTIVAS SOBRE UNIVERSIDADE
Amanda	Pré-vestibular	sem definição	Etapa posterior ao ensino médio
Álvaro	-	sem definição	Formação política
Carolina	Pré-vestibular	Carreira acadêmica	Ampliação de conhecimento
Dario	Pré-vestibular	sem definição	Formação política
Fernando	Pré-vestibular	Na área de formação/ sem definição	Etapa posterior ao ensino médio / Formação política
Juraci	-	Área de atuação	Ascensão social
Kátia	Pré-vestibular	Carreira docente	Formação profissional
Letícia	Não se aplica	sem definição	Expectativa familiar (ascensão social)
Liara	Pré-vestibular	sem definição	Ascensão social
Leonidas	-	sem definição	Formação política
Lola	Pré-vestibular	sem definição	Ampliação de conhecimento
Miriam	-	Carreira acadêmica	Ampliação de conhecimento
Tábata	Pré-vestibular	Carreira docente	Ascensão social
Vladimir	-	sem definição	Formação política

Fonte: elaboração do autor.

Em relação aos dados organizados na **Tabela 3**, temos: 1) quatro casos em que foi manifesta a não participação via engajamento em alguma organização política, 2) três aproximações com movimento estudantil, descritas como “breves”, por terem sido passagens sem continuidade, inclusive tendo-se apontado descontentamento com tais formas de organização, e sem menção a outras formas de participação do tipo, 3) três em que houve experiências mais consistentes em organizações de movimento estudantil, 4) dois casos em que houve aproximação com partidos políticos (sendo um comum ao tópico 3), e 5) quatro de experiências em outras formas de engajamento político (sendo que um caso insere-se no tópico 3). Desta forma, tem-se em metade do grupo ausência

de experiências consistentes, anteriores ao GTAA, em organizações de engajamento político. Em relação a experiências acadêmicas, paralelas às disciplinas de graduação, tem-se nove casos de participações em pesquisas ligadas à questão étnico/racial e três casos de participação em políticas de extensão universitária. Estes aspectos, aliados aos relatados e expostos anteriormente, revelam uma centralidade na aproximação com questões políticas através de experiências em pesquisa e em extensão, principalmente no tocante ao tema raça/etnia.

Tabela 3: Experiências

NOME	ACADÊMICAS	ENGAJAMENTO	OUTRAS
Amanda	Pesquisa - Quilombos / Des. Racial (EUA)	Coletivo de Educação e Luta / IACOREQ	-
Álvaro	Pesquisa - NER / Mov. Negro (EUA)	Grupo religioso / Campanha UNE p/ “cotas sociais” (2001) / PT / MTD / LPJ	-
Carolina	BIC / Bolsa trabalho	-	-
Dario	Pesquisa – Quilombos	Mov. de bairro / mov. estudantil (centro acadêmico) – (breve)	-
Fernando	NIT	Mov. estudantil (breve)	-
Juraci	Conexões de Saberes / FERES	-	-
Kátia	Estágio – Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre / Pesquisa – Casas de religião do município	Mov. estudantil (centro acadêmico)	-
Letícia	Pesquisa – Carnaval e Candomblé / NACI	Mov. estudantil (breve)	-
Liara	Educação Anti-Racista - DEDS	AFROUFRGS / IACOREQ	Pré-vestibular Popular
Leonidas	Pesquisa - Quilombos	Coletivo de educação / LPJ	-
Lola	Pesquisa - Quilombos	-	-
Miriam	BIC – escravidão no RS	Mov. estudantil (DCE) / mov. feminista (sem definir organização)	-

Tábata	Conexões de Saberes	-	Pré-vestibular popular
Vladimir	-	Mov. secundarista / Mov. Estudantil (DCE) / PT / PSOL	Pré-vestibular popular

Fonte: elaboração do autor.

Considerando as informações expostas, tem-se que o GTAA teve como característica a composição por membros que ingressaram na universidade sem um projeto definido para o momento em que estivessem graduados e cujas perspectivas de formação passaram por um processo de desencantamento. Na relação entre a presença e ausência de experiências de engajamento político, percebe-se uma correlação entre um passado que conteve aproximações com organizações coletivas de cunho político e as perspectivas de universidade enquanto espaço de formação política. Considerações sobre esta correlação serão retomadas posteriormente.

Estas considerações servem apenas como parte da explicação. Tem-se nesta pesquisa um universo de 14 estudantes, que em comparação com o total de estudantes da instituição é estatisticamente insignificante. As considerações estatísticas expostas anteriormente revelam que os membros do GTAA não possuíam características totalmente alheias aos perfis de estudantes da universidade, mas apenas isso. A correlação entre as experiências destes estudantes, que os(as) caracterizam, e o engajamento no grupo estudado pode conceder explicações sobre suas motivações para participarem do GTAA. Porém, deve-se considerar que naquele contexto houvesse outros(as) (e talvez em número extremamente significativo estatisticamente) estudantes com características semelhantes sobre origem social e experiências prévias. Logo, estas informações não respondem a pergunta “por que estes(as) estudantes e não (também) outros(as)?” e precisam ser relacionadas a questões sobre a situação social na universidade na qual construiu-se um sentido sobre atuar politicamente para reivindicar um sistema de cotas na UFRGS.

A seguir, tratar-se-á sobre outros dados abordados no presente estudo, que posteriormente serão correlacionados a síntese exposta nesta seção.

3.3 Formação do GTAA

A partir das narrativas dos membros entrevistados, foi possível fazer uma reconstituição de como este grupo formou-se. Conforme os indícios, inclusive os já mencionados anteriormente, o processo que levou à formação do GTAA iniciou-se a partir de uma organização formada por alguns estudantes do curso de Ciências Sociais da UFRGS, referido nas entrevistas como “Congresso da Sociais”. Esta organização teria sido formada com o intuito de discutir aspectos da universidade e do curso, mais especificamente, que na opinião de seus membros lhes causavam insatisfações. A partir desta organização, seus participantes organizaram-se em grupos de trabalho, de acordo com os questionamentos de cada um(a). Desta forma, organizaram-se grupos de trabalho com o intuito de pesquisar e debater sobre questões como possibilidades de atuação profissional na área, baixa incidência de oferecimento de bolsas de pesquisa aos estudantes, dentre outros que os(as) próprios entrevistados mencionaram dificuldade em lembrar. De forma paralela, constituía-se o “Coletivo de Educação e Luta”.

Dentre as propostas de grupos de trabalho, surgiu a de organizar-se um grupo relativo às ações afirmativas. Conforme os relatos, esta proposta partiu de estudantes do curso que estavam envolvidos com a organização mencionada no parágrafo anterior.

Basicamente, a adesão ao grupo ocorreu de duas formas básicas: através de convites informais e convites formais, em eventos promovidos pelo grupo, como palestras promovidas na universidade. “Convites informais” aqui define-se por terem sido formas de contato realizada através de vínculos de amizade e coleguismo. Já “convites formais” define-se por terem sido contatos em eventos do grupo e em nome deste, de forma impessoal.

Conforme a **tabela 4**, dos quatorze entrevistados, apenas dois chegaram ao GTAA através de convite formal. As outras formas de contato, informais, tiveram como característica o fato de serem contatos de estudantes do curso de Ciências Sociais com membros de outros grupos com os quais tinham aproximação, como no caso do IACOREQ e do programa Conexões de Saberes. A partir destas outras posições também houve convites informais, mas que se estenderam aos membros do grupo entrevistados nesta pesquisa. Deve-se ter em vista o recorte estabelecido nos critérios da pesquisa para

sobre os tipos de membros que seriam considerados. O GTAA envolveu a participação, em suas reuniões, de membros que não possuíam vínculo com a universidade enquanto discente, mas como funcionários da universidade ou mesmo pessoas sem vínculo formal com a UFRGS.

Tabela 4: Inserção

NOME	TIPO DE CONTATO	VÍNCULO ATRAVÉS DO QUAL FOI CONTATADO¹⁹
Amanda	Informal	Ciências Sociais
Álvaro	Informal	Ciências Sociais
Carolina	Informal	Ciências Sociais
Dario	Informal	Ciências Sociais
Fernando	Informal	Ciências Sociais
Juraci	Informal	Conexões de Saberes
Kátia	Informal	-
Letícia	Informal	-
Liara	Informal	IACOREQ
Leonidas	Informal	Ciências Sociais
Lola	Informal	Ciências Sociais
Miriam	Formal	-
Tábata	Informal	Conexões de Saberes
Vladimir	Formal	DCE

Fonte: elaboração do autor.

3.4 Estratégias, Aliados e Opositores

¹⁹ Remete a posição do membro na conjuntura da universitária através da qual recebeu o convite. Por exemplo, Carolina recebeu convite de quem possuía o mesmo vínculo de estudante do curso de Ciências Sociais, Tábata recebeu de quem tinha também vínculo com o programa Conexões de Saberes e Vladimir recebeu o convite, enquanto membro do DCE, quando membros do GTAA procuraram esta organização estudantil.

Inicialmente, a organização destes estudantes teve como objetivo o estudo sobre a questão das ações afirmativas, porém não estava definido qual seria a modalidade de sistema de cotas. A partir da adesão de membros do programa Conexões de Saberes, dentre outros participantes, o grupo passou a discutir a proposta de cotas e desenvolveu-se a idéia de propor cotas na modalidade étnico/racial, como foco principal (fator gerador de divergências dentro do grupo, que serão abordadas mais adiante). Neste período, desfez-se o Coletivo de Educação e Luta e formava-se naquele período o Levante Popular da Juventude (LPJ), do qual três membros do GTAA faziam parte e cujas ligações tornaram o LPJ um aliado do GTAA.

O estudo sobre ações afirmativas e mais especificamente sobre o sistema de cotas foi realizado com o propósito de vir a formular uma proposta a ser reivindicada na universidade. Quanto o grupo voltou-se para a questão sobre o sistema de cotas, o passo seguinte foi obter apoio. Os relatos mencionaram a inexperiência do grupo neste tipo de organização coletiva, remetendo a necessidade não só de recursos financeiros e de acessos para efetuarem a reivindicação, como também de certa “tutoria” para a construção da proposta. A busca por esta tutoria não foi relacionada somente a inexperiência do grupo, mas também pelo entendimento de que, como a proposta de sistema de cotas era uma demanda já existente em determinados segmentos da sociedade, era necessário buscar tais segmentos para terem definidas quais eram suas reivindicações. “(...) tínhamos que ir atrás dos originais”, como citado em uma das entrevistas.

Importante frisar que o GTAA constituiu-se enquanto projeto de extensão (como mencionado na introdução deste trabalho), sendo esta a primeira referência de fonte de recursos do grupo citada nas entrevistas. Conforme os membros entrevistados, tal “institucionalização” do grupo lhes forneceu verba e espaço para funcionamento, bem como, no seu entender, maior grau de legitimidade para o exercício da reivindicação.

A fase posterior a de estudo foi narrada pelos(as) entrevistados(as) como uma fase por busca de apoio de organizações de movimentos que já haviam pautado anteriormente esta demanda na sociedade brasileira e de outros atores sociais que pudessem prestar apoio. Esta fase ocorreu paralelamente com a construção de estratégias, que foi influenciada pelas alianças obtidas, o que será descrito mais adiante.

O primeiro passo dos membros do GTAA foi realizar um mapeamento de membros do movimento negro existentes no quadro de funcionários da UFRGS, como os quais buscaram contato (o que ocorreu via ASSURGS, conforme os relatos). Foi apontada a existência de um número considerável de pessoas vinculadas a entidades de movimento negro dentre os servidores técnico-administrativos da universidade. Outro passo foi a busca por entidades de movimentos que os membros do GTAA pensaram que pudessem dar apoio ao grupo. Algumas indicações de entidades ocorriam a partir de participantes das reuniões do grupo que possuíam ligação ou ao menos contato com tais entidades, sendo estes participantes estudantes membros do GTAA, dentre os entrevistados, como outros estudantes ou servidores técnico-administrativos participantes das reuniões. Estes fatores remetem a pré-existência de uma rede de contatos, formada em função de experiências anteriores ou paralelas de participantes:

A gente já trabalhava com isso, dentro da questão dos quilombos. Já conhecia o pessoal do IACOREQ. Já existe essa rede, entende, dentro do movimento negro. Já existe essa rede de contatos... e a gente só ia acertando. A gente convidava. Convidava pessoalmente ou ia nas entidades. (entrevista)

Quanto às entidades mencionadas pelos(as) entrevistados(as), tem-se, dentre as de movimento negro: Movimento Negro Unificado (MNU), União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO), a organização de mulheres negras Maria Mulher, a ONG Angolajanga, Instituto Cultural Afro-Sul/Odomodê, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CODENE), IACOREQ. Foram estes contatos, principalmente, os obtidos através de contatos pré-existentes com membros da universidade, principalmente vinculados à Associação dos Servidores da UFRGS (ASSURGS). Militantes de tais entidades, que tiveram aproximação com o GTAA, serviram de ponte para a aproximação do grupo com os sindicatos dos quais faziam parte. O IACOREQ já era contato disponível pela participação prévia de membros do GTAA nesta organização.

Outras entidades com as quais o GTAA aproximou-se foram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), Via Campesina, Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra (MST) - estes dois últimos através do contato via LPJ -, LPJ, movimento de Hip Hop do bairro Bom Jesus, de Porto Alegre (estes dois últimos via membros iniciais do GTAA), Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) - via contato com o DCE -, grêmio estudantil do colégio Júlio de Castilhos (via irmã de uma das entrevistadas, membro deste grêmio), e representantes de comunidades Kaingang (via membros do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas (NIT) da UFRGS que aproximaram-se ao GTAA).

Os movimentos já faziam essa discussão. Mas na hora algumas pessoas tinham contato e entraram em contato. (entrevista)

Eu me lembro que quando o assunto começou a crescer mais, algumas pessoas do GT começaram a convidar outros militantes de outras organizações, mas eles iam eventualmente nas reuniões. Tentavam participar das lutas quando tinha manifestações. (entrevista)

Foram apresentadas nas entrevistas três modalidades de suporte que estas entidades contatadas prestaram ao grupo. Uma constituiu-se como uma espécie de consultoria, em que representantes das entidades repassavam as demandas de suas organizações em relação à política de cotas. Esta modalidade de apoio foi amplamente descrita em relação às entidades de movimento negro, mesmo que outras entidades tenham também repassado suas pautas para o grupo. Deve-se constar que houve membros de determinadas entidades que compareciam mais rotineiramente às reuniões, prestando contribuição não somente de repasse de demandas, como também contribuições para a elaboração estratégica de atuação do grupo. Foi citada por vezes a contribuição de um advogado, militante do MNU, para analisar e redigir documentos. Outra modalidade foi a participação conjunta em eventos promovidos pelo grupo, como passeatas e ocupações. E a terceira modalidade de contribuição foi via recursos materiais: fornecimento de cópias de documentos, panfletos, cartazes, carros de som para passeatas, dentre outros. As entidades associadas não restringiram-se a uma

modalidade de contribuição em específico, bem como o grau de contribuição também foi variado.

A relação com entidades de movimentos sociais e demais organizações associadas descritas, na forma categorizada no parágrafo anterior, ocorreu a partir da iniciativa dos membros do GTAA de contatá-las, bem como desenvolveu-se como uma contribuição distanciada da rotina de organização do grupo. Alguns membros do GTAA entrevistados, mesmo apontando a relevância da contribuição de seus aliados, manifestaram, também em função da inexperiência do grupo, certo descontentamento com este distanciamento das entidades no cotidiano da organização. Em relação a este distanciamento, foi manifesta uma percepção de responsabilização do grupo, por tais entidades, para atuar pelas vias institucionais da universidade com o intuito de reivindicar a proposta de cotas, e apontada uma dificuldade de indivíduos não vinculados formalmente à universidade de atuarem por tais vias.

Então eles sempre falaram “ah, a gente tá bem. As gurias lá da UFRGS cuidam das nossas questões lá, das cotas”. Aí quando a gente... claro que a gente sempre sentia falta desse movimento estando com a gente.(...) Mas às vezes nos sentíamos um pouco sozinhos e com uma responsabilidade bastante grande, “dentro da UFRGS, elas dão conta”. E eu acho que a gente não tinha como dar conta. A gente sempre chamava (...) e eles sempre auxiliaram, juridicamente. (entrevista)

Porque a gente entendia que o movimento tinha que tá junto, tinha que ter uma participação mais sólida na construção, na participação nas reuniões, na construção das lutas. E eu entendo que o movimento negro achava que isso era meio que um encargo nosso. Fazer a luta dentro da universidade era um pouco tarefa de quem tava aqui dentro. Porque a participação do movimento foi um pouco marginal. Tiveram algumas pessoas do movimento negro que tiveram vínculo mais orgânico. (entrevista)

(...) quem teve vínculo orgânico na construção da luta das cotas foram, digamos assim, os membros dos movimentos sociais que tavam estudando na universidade. (entrevista)

Então a gente entende essa questão de que muitas vezes não podiam estar aqui. E estar dentro dessas instâncias também não é qualquer um que pode entrar, enquanto movimento, enquanto representante da comunidade, como eles dizem. Então a gente que tinha que fazer as coisas formais aqui dentro, de encaminhar. (entrevista)

Ao passo em que entidades constituíram-se como aliadas a partir da iniciativa do GTAA de procurá-las, houve também aproximações de determinados atores por iniciativa destes, principalmente na figura de assessores de parlamentares, o que provocou certo descontentamento dos membros do grupo.

Era uma coisa muito disfarçada. Chegavam as pessoas e a gente achava a princípio que a pessoa estava ali por ela mesma, mas daqui a pouco elas começavam a botar as manguinhas de fora, de que eram de outras instituições, por partidos políticos, pessoas que estavam ali que eram assessores políticos de vereadores, secretários e tudo mais. “ah, porque o “fulaninho de tal” disse que se vocês precisarem de xerox vocês podem ir na assembléia”, e tal. Então a gente começou a ver que tava acontecendo uma questão de troca de favores, tipo, eu to aqui dentro então eu posso me apropriar da luta, dizer que eu também fui uma colaboradora, estava lá na questão das cotas, pessoas que começaram a ir lá e depois se candidataram a isso e aquilo. (entrevista)

Só o CPERS que era mais assim de vir junto nas manifestações, trazer carro de som, colocar o nome deles estampado na questão da luta e tudo mais. Os outros eram mais uma questão tipo: “vamos ver, se der certo a gente vai na onda, se não der certo... não vamos aparecer muito”. Daí no dia da votação tava todo mundo lá, tudo que era político tava lá. (entrevista)

Em relação às instâncias da universidade que prestaram apoio, tem-se os já mencionados DCE, programa Conexões de Saberes e ASSURGS. A aproximação com a ASSURGS já foi mencionada anteriormente nesta seção. Em relação ao DCE, foi também uma instância em relação a qual os membros do GTAA tiveram a iniciativa de contato. O entendimento manifesto foi de que tratou-se de uma aliança estratégica, pela legitimidade da organização de representação estudantil na universidade e pelo fato de que no CONSUN há cadeira de representação discente ocupada por membro do DCE.

Então a gente fez esse desenho dessa proposta pra dar mais força e a gente apresentou dentro do conselho universitário. Sendo que antes disso a gente já tinha uma inserção dentro do DCE e um dos conselheiros cedeu sua cadeira, de representante discente. (entrevista)

Conforme os relatos das entrevistas, incluindo o do ex-membro do DCE, além de esta instância ter sido contatada pelo GTAA (através de membros em comum), a iniciativa de participação conjunta, inicialmente, partiu de alguns membros específicos. Mesmo afirmando que sua ligação com o GTAA deu-se enquanto membro do DCE, o entrevistado mencionado diz que não houve participação do DCE enquanto organização na rotina de atuação do GTAA. Conforme os relatos obtidos, houve uma resistência de outros membros do diretório de estudantes em relação à proposição de cotas na modalidade étnica/racial. Foi apontado que a gestão do diretório de estudantes tomou uma postura organizacional de apoio à reivindicação por cotas no momento em que lançou-se, enquanto chapa de oposição para as eleições do DCE, um grupo de estudantes que apresentou como tópico central nas suas proposições a discordância com o sistema de cotas.

A terceira instância da universidade mencionada foi o programa Conexões de Saberes. Alguns membros do GTAA atuavam previamente, e após, conjuntamente neste programa. Basicamente, a contribuição desta instância ocorreu através do fornecimento de recursos materiais. A interpretação dada sobre a relação entre o programa Conexões e o GTAA pode ser sintetizada na fala apresentada abaixo:

O Conexões se utilizou bastante do trabalho do GT dentro da universidade. E essa foi uma relação que teve uma dualidade bastante grande pra mim, porque eu era tanto do GT e tanto do Conexões. Mas ao mesmo tempo eu sabia que o Conexões não tava fazendo nada pelas ações afirmativas.[...] E várias vezes a coordenação falou pra nós que “o Conexões, enquanto grupo, está representado em vocês, dentro do GT”. E a gente sempre disse em reuniões “Não. Nós somos também do GT. Então o Conexões não está no GT. O Conexões tem que estar, porque o Conexões entra com um programa de ações afirmativas e não dá pra vocês negarem isso”. (entrevista)

Até este momento, em relação à dimensão estratégica de atuação do grupo, foram vistos a proposição inicial ao estudo do tema e a busca por alianças, como fonte de recursos e de consultoria para a construção da reivindicação. Outras práticas presentes na rotina do grupo, além da realização de reuniões regulares, foram a

organização de manifestações e passeatas (com apoio dos aliados), intervenções em escolas públicas, com o intuito de informar sobre a questão do sistema de cotas, e diálogo com os membros do CONSUN, bem como a elaboração da proposta a ser apresentada neste conselho.

Os relatos mencionaram uma divisão de tarefas no grupo no que concerne a atuação nas práticas mencionadas no parágrafo anterior. As narrativas categorizaram tais práticas no que seriam dinâmicas de atuação “internas” e “externas” à universidade²⁰. As práticas consideradas “internas” foram as atividades de “convencimento”, que envolveu atividades universitárias, como nas semanas acadêmicas²¹, e na estratégia de diálogo com os membros do CONSUN daquele período, bem como na representação discente no conselho universitário e na proposição pelas vias burocráticas da instituição. Este diálogo com conselheiros ocorreu através de visitas a estes, nas unidades, em que individualmente conversaram com membros do GTAA sobre a política de cotas, envolvendo a argumentação de ser a favor ou contra a política. Os membros do GTAA apontaram que buscaram, nessas visitas, esclarecer dúvidas dos conselheiros sobre o tema e apresentar seus argumentos sobre o sistema de cotas que defenderam. Esta prática não foi adotada em relação aos membros do conselho de já tinham conhecimento de que eram favoráveis à sua proposta. As práticas consideradas “externas” envolveram passeatas, protestos e mesmo ocupações, como uma ocorrida na reitoria da universidade, em 2007, conforme relatado pelos(as) entrevistados(as).

Nas entrevistas estas duas dinâmicas de atuação foram apresentadas como exercidas de forma conjunta, mas também, em parte, por membros distintos do GTAA. Ao mesmo tempo em que parte do grupo entendia a importância de uma atuação “interna” e “externa”, o apoio a uma ou outra forma de atuação gerou tensões dentro do grupo. Os membros identificados como sendo de cada uma dessas vertentes não foram

²⁰ Usa-se aqui estas denominações entre aspas, já que é possível discutir a dificuldade em se delimitar o que é “interno” e “externo” à universidade, já que esta encontra-se inserida em meio à sociedade e é composta por membros que possuem diversas formas de participação social. Mas foi a forma descrita pelos entrevistados e demonstrou-se útil para categorizar as informações fornecidas. Logo, neste momento não entrar-se-á no mérito desta discussão.

²¹ “Semana Acadêmica” constitui-se como atividade corrente na UFRGS. Em uma das semanas de cada semestre letivo, organizam-se atividades, normalmente em cada curso, que envolvem palestras, oficinas, etc. Trata-se de atividade com participação estudantil, tanto como ouvintes como na apresentação de trabalhos e participação em outras atividades que possam ser realizadas.

somente apontado em outras entrevistas, como também assumiram-se dentro de tais posicionamentos.

Os membros identificados como defensores das dinâmicas “externas” do grupo foram denominadas como a ala “radical” do grupo, em que se acreditava nas atuações de pressão, junto com as entidades de movimentos sociais, trazendo estes “atores externos” para o debate na universidade. Para estes, o GTAA teve como principal função a difusão da idéia proposta e a promoção de um debate sobre desigualdade social e étnico/racial na universidade. A aceitação da redução do percentual de cotas que constou na proposta original do grupo - em torno de 30% para a modalidade de oriundos de escola pública e em torno de 20% para negros(as), não inclusa na modalidade anterior – nas negociações com os membros do CONSUN não deveria ser aceita. Já os membros posicionados favoravelmente às práticas “internas”, foram identificados como os que defendiam uma “atuação institucional”. A meta, para estes, era a aprovação da proposta de sistema de cotas na UFRGS, mesmo que para isto tivessem que ceder em relação a determinados critérios. Para estes, determinadas dinâmicas de pressão, como ocupações, poderiam ser prejudiciais para o diálogo e convencimento dos conselheiros, atrapalhando as negociações e podendo impedir a implementação do sistema.

Esta subdivisão do grupo torna-se dado mais relevante quando correlacionado com outros fatores. As tensões que revelaram posicionamentos distintos quanto às táticas de atuação do grupo (entre o que chamaram de “externo” e “interno”), também ocorreram em relação às modalidades de cotas que seriam pesquisadas e reivindicadas. A subdivisão, neste sentido, ocorreu entre a defesa de somente pautar-se às cotas de corte étnico/racial e a defesa de que seria também relevante trabalhar na construção de uma proposta de cotas na modalidade de escola pública. Quanto ao primeiro posicionamento, este fundou-se na interpretação de que o problema étnico/racial possui centralidade, não somente na universidade, como no restante da sociedade, onde o trabalho em torno da proposta de cotas de escola pública seria irrelevante ou ao menos não exigiria esmero por parte dos membros do GTAA, sendo proposta estrategicamente como forma de facilitar a aceitação das cotas étnico/raciais. No outro posicionamento, defendeu-se a pertinência de trabalhar-se nas duas modalidades de proposta, mesmo dissociadas, pois a contestação feita através da reivindicação por cotas de escola pública também seria demanda de outros movimentos sociais, bem como sua motivação

constituiria-se enquanto problema social no Brasil igualmente relevante. Com base nestas informações e nas do parágrafo anterior, viu-se correlação entre as modalidades de cotas apoiadas e as dinâmicas de atuação defendidas, tal como apresentado na **tabela 5**.

Tabela 5: Posição Sobre Cotas e Atuação do Grupo

NOME	CONTATO COM O TEMA	PROPOSTA DE COTAS A SER DEBATIDA²²	FORMA DE ATUAÇÃO²³
Amanda	Mov. Pró-Cotas em Pelotas	Raciais/Sociais	Externa
Álvaro	Campanha da UNE (2001)	Raciais/Sociais	Externa
Carolina	Amigos	Raciais	Interna
Dario	Pesquisa acadêmica	Raciais	Interna
Fernando	Debates na UnB	Raciais	Interna
Juraci	Mídia	Raciais	Interna
Kátia	Estágio	Raciais	Interna
Letícia	NACI / Evento em Salvador (BA)	Raciais	Interna
Liara	Palestra na UFRGS	Raciais	Interna
Leonidas	Mídia e pesquisa acadêmica	Raciais/Sociais	Externa
Lola	Colegas de curso	Raciais	Interna
Miriam	Mídia	Raciais	Interna

²² Este aspecto refere-se ao enfoque para promoção do debate e reivindicação por parte do grupo. Não sugere que o enfoque em um dos tipos de sistema de cotas implique em uma opinião discordante sobre a implementação do outro tipo.

²³ Este aspecto refere-se ao enfoque defendido e a forma de atuação em que o(a) entrevistado(a) engajou-se. A indicação de um tipo de atuação não sugere, necessariamente, que o(a) entrevistado(a) tenha sido contrário ou visto como prejudicial ou desnecessário a outra modalidade de atuação, embora apontamentos nesse sentido tenham aparecido em determinados relatos.

Tábata	Conexões de Saberes	Raciais	Interna
Vladimir	Palestra na UFRGS	Raciais/Sociais	Externa

Fonte: elaboração do autor.

As divergências de posicionamento geraram certo distanciamento dos defensores das práticas “externas” em dado momento. Porém, o fizeram sem deixarem de atuar conjuntamente ao grupo em suas atividades, como no caso de passeatas e na presença em datas de votação no conselho universitário em relação à pauta do sistema de cotas. Com este distanciamento, o grupo permaneceu identificado por um grupo ainda mais reduzido, composto quase que majoritariamente por mulheres. Nisto, se foi explicitado o reconhecimento do grupo como “gurias do GT” (como a menção feita em citações de trechos de entrevistas, presentes neste trabalho), enquanto os outros membros permaneceram identificados por suas ligações com o LPJ (correlação a ser abordada posteriormente).

Em relação a opositores, estes foram pouco descritos. As referências neste sentido foram os membros do CONSUN contrários à proposta do grupo e de um agrupamento de estudantes, identificados como constituintes de uma organização de estudantes chama Movimento Estudantil Liberdade (MEL). As ações dos opositores nos relatos referiram-se, em geral, a divulgação de concepções contrárias às do GTAA, tentativas de impedir votações no CONSUN via requisição judicial e posicionamentos contrários dos conselheiros. Mas foram, de forma geral, oposições que criaram restrições aos objetivos da organização, na instância em que sua pauta seria votada, e não em relação ao exercício de mobilização do grupo. Ao ser questionado, nas entrevistas, sobre a presença de opositores e sobre restrições que demandaram mudanças de estratégia do grupo, algumas respostas foram:

Na minha visão, não. Porque foi isso, isso que eu vejo como uma configuração institucional favorável. (entrevista)

Tinha um debate, mas não era bem um debate. Era mais uma luta de convencimento de pessoas, no caso, que poderiam ser influenciadas. Mas uma discussão mesmo, um debate, com os opositores a ponto de alguém mudar de idéia ou coisa parecida, eu acho que não tinha. (entrevista)

3.5 Síntese

Viu-se que a formação do GTAA desenvolveu-se a partir de um processo de organização coletiva anterior, pautada em questionamentos em relação a dinâmicas da instituição e mais propriamente de um curso em específico (Ciências Sociais). Posteriormente, desenvolveu-se a proposta de estudar-se sobre a questão das ações afirmativas e depois, especificamente, sobre o sistema de cotas. Após a iniciativa de estudantes do curso mencionado, agregaram-se outros atores, posicionados institucionalmente em relação a estes estudantes iniciais, como no caso do contato via programa Conexões de Saberes e IACOREQ. A presença destes outros atores agregou a perspectiva de centralidade da questão étnico/racial, embora esta temática já se fizesse presente por fazer parte de pesquisas acadêmicas nas quais houve ampla participação destes(as) estudantes.

Podem gerar certa confusão as afirmações dos entrevistados, membros iniciais da organização, de que as motivações para a criação do grupo de trabalho de ações afirmativas geraram-se a partir de questionamentos sobre a presença de negros na universidade, enquanto que neste momento inicial alguns entrevistados manifestaram que não havia uma intenção de definição específica de pensar-se sobre a modalidade étnica/racial deste sistema (ver **Anexo I**). Viu-se que no momento inicial não houve uma especificação, nem mesmo em relação à abordagem sobre o sistema de cotas, enquanto uma das medidas de ações afirmativas existentes. O processo de estudo, na fase inicial, desenvolveu-se, incluindo novos membros, como membros oriundos do programa conexões de Saberes, agregando possibilidades e desenvolvendo os parâmetros do grupo. Após ter-se definido que “sistema de cotas” seria o tema a ser trabalhado e pautado na universidade, no grupo passou-se a debater sobre as modalidades possíveis²⁴. Foram frisadas nas entrevistas as mudanças de posicionamento a partir do processo de estudo sobre o tema durante a atuação no grupo. Logo, tem-se que o sistema de cotas de caráter étnico/racial, que caracterizou o grupo em sua fase final, não fez parte da contestação inicial que contribuiu para a formação do grupo. Tem-se, a partir das formas de participação destes estudantes na instituição, que são o

²⁴ Mesmo em relação às cotas ditas “sociais”, pensou-se se o mais o recorte mais apropriado seria em relação à renda ou a formação escolar, bem como em relação às cotas étnico/raciais, se via autodeclaração do candidato no concurso vestibular ou por outro mecanismo de seleção.

curso de Ciências Sociais (e mais especificamente o “Congresso da Sociais”), programa Conexões de Saberes e atuação em pesquisas sobre temáticas étnico/raciais, e da vinculação destas instâncias por participantes em comum, um posicionamento institucional destes estudantes favorável à formação de um grupo como o GTAA.

Em relação às alianças, ficou claro que houve a iniciativa do grupo que compôs o GTAA de buscar outras organizações e instâncias da universidade. Esta procura de aliados por parte do grupo teve como característica não somente a obtenção de recursos materiais, mas também de legitimidade para o seu exercício de reivindicação na universidade. Desta forma, mesmo possuindo membros com antecedentes de participação em entidades coletivas, o GTAA não caracterizou-se como grupo mobilizado por tais entidades e nem mesmo enquanto mediador destas, em função da iniciativa do grupo em estabelecer a ativação de laços nesta rede de relações e pela postura protagonista na reivindicação da proposta (se houve outro segmento fazendo tal reivindicação, este era desconhecido), cuja elaboração envolveu o atendimento à demandas de organizações aliadas distintas. Outro fator que a ser destacado é o da possibilidade de acesso a tais entidades de movimentos sociais através dos membros da universidade.

No referente aos opositores, estes não tiveram destaques nas informações obtidas, como já mencionado. Não foram apontadas pelos(as) entrevistados(as) restrições para o formação do grupo enquanto mobilização e para seu exercício da mobilização. Suas dificuldades manifestas foram em relação à inexperiência do grupo, distanciamento das entidades de movimentos sociais aliadas, e tensões entre os membros do GTAA, sendo estas as características que conferiram restrições ao grupo.

Considerados os aspectos levantados nesta seção, vê-se a constituição de uma estrutura de oportunidades políticas para estes estudantes organizarem-se coletivamente. Esta dimensão de oportunidades envolveu um posicionamento institucional favorável dos que tornaram-se membros do grupo, um posicionamento político de outros atores da instituição e de não vinculados a esta que promoveram facilitações e poucas restrições para o grupo, e a percepção, por parte destes(as) estudantes(as), desta abertura política para reivindicar-se o sistema de cotas na universidade.

3.6 GTAA: Possibilidades e Oportunidades

Neste tópico, far-se-á correlação entre as dimensões das experiências dos membros do GTAA e a da estrutura de condições de atuação defrontadas no contexto da universidade. A correlação entre ambas as dimensões descritas funda-se na perspectiva teórica aqui utilizada de que na situação social, onde defrontam-se experiências prévias e as do contexto, produzem-se os fundamentos para a constituição da ação social.

No que refere-se às experiências individuais dos membros do GTAA, anteriores à mobilização analisada neste estudo, foi apontada como característica central a ausência de um projeto de atuação acadêmica e pós-acadêmica antes do ingresso na universidade. Tal característica apresentou-se através da manifestação de desconhecimento prévio da realidade de vivência acadêmica, mesmo que em certas experiências houvesse presença deste tipo de vivência na família, e ausência de uma perspectiva profissional - que podemos tomar como hipótese de perspectiva socialmente esperada nestes casos, se inclusive tomarmos por base os trabalhos de Albuquerque citados neste trabalho (ALBUQUERQUE, 1977a, 1977b). A perspectiva destes(as) estudantes em relação à universidade referiram-se ao ingresso nesta, mas sem definição de uma etapa posterior.

Quando Marialice Foracchi aborda sobre a transformação do “jovem” em “estudante”, a autora indica um processo de construção de significado da atuação acadêmica discente (FORACCHI, 1965). Gilberto Velho (1999), ao também tratar sobre a noção de “projeto”, apontou as “províncias de significados” como campos onde dispõe-se as possibilidades de construção de projeto em determinado contexto social. Partindo de tais pressupostos, tem-se então que, ao ingressar como discente na universidade, o indivíduo irá construir um significado sobre sua atuação acadêmica, e tal construção ocorrerá na correlação entre suas perspectivas prévias e a situação social defrontada no ambiente acadêmico.

No caso dos membros do GTAA entrevistados, dados os fatores já mencionados sobre experiências prévias e expectativas, vê-se como possível considerar a ocorrência de dois processos centrais: um em que os modelos de projetos de atuação disponíveis para estes indivíduos encontraram-se no ambiente acadêmico, e outro, que também

envolve o primeiro aspecto, mas que acrescenta os modelos a partir de experiências prévias de engajamento político. A partir destes dois processos, desenvolveu-se um terceiro, que foi o de construção da atuação a partir da relação com os modelos dispostos por outros atores sociais com os quais o grupo relacionou-se.

Comparando-se os dados das **Tabelas 3 e 5**, percebe-se uma correlação entre presença ou ausência de engajamento político anterior consistente e a tipologia de ação política considerada relevante, o que inclui a modalidade de cotas considerada pertinente. Teve-se então, de um lado, indivíduos com experiência de engajamento em determinadas entidades de movimentos sociais (indicadas como entidades cujo engajamento tem enfoque na questão de “classe social”), que apoiaram um dispêndio de esforço do grupo para as duas modalidades de cotas mencionadas (as “sociais” e as “étnico/raciais”), de forma dissociada ou paralela (algo que alterou-se durante o processo de participação), e uma forma de atuação caracterizada como “externa”, de acordo com definição anteriormente estabelecida. De outro lado, teve-se indivíduos sem experiência prévia de engajamento político consistente, que defenderam que o foco de atuação fosse em relação às cotas na modalidade “étnico/racial” e em uma dinâmica “interna”, nos termos anteriormente expressos.

Com base nos dados obtidos, tem-se que nas duas instâncias mencionadas houve relação com modelos de atuação política de entidades do movimento negro, tanto através de participação em pesquisas acadêmicas (como nas referentes ao tema dos quilombos), como da presença de militantes de tais entidades vinculados à universidade, com os quais os membros do GTAA tiveram contato na construção do processo de mobilização. Vê-se que a partir da experiência acadêmica, foi possível o contato com tais modelos, sendo que estes relacionavam-se a uma forma de atuação em moldes administrativamente aceitos na instituição em questão (dado o fato de não terem deparado-se com restrições à atividade de mobilização). O diferencial dentro do grupo foi a adoção prévia e concorrente, por parte de alguns membros, de modelos de atuação distintos que apontaram para outra tipologia de ação política dos demais.

A disposição destes(as) estudantes, além de ter propiciado o contato com modelos de atuação política, também, e previamente (embora haja dificuldade em precisar etapas das experiências dentro do período de tempo) esta disposição contribuiu

para o engajamento no momento em que esta contida em uma rede de relações pré-existentes, a partir da qual laços foram ativados no momento em que uma proposta de mobilização começou a disseminar-se. Conforme o que já foi mencionado e que consta na **tabela 4**, a mobilização consistente formou-se, de maneira geral, através de contatos informais, dentro de tal rede previamente existente. A mobilização também derivada do processo de socialização no contexto aparece neste ponto como dado adicional.

Considerando as informações expressas até o momento neste tópico, tem-se o quadro de uma estrutura de oportunidades políticas, através da percepção, por parte de determinados indivíduos, de uma abertura política para a atuação e pela ausência de restrição expressa para a manifestação de descontentamentos neste caso. A disponibilidade de modelos de atuação compõe tal estrutura de oportunidades, porém argumenta-se aqui que este fator também refere-se a um quadro de “possibilidades” de atuação, pois estes modelos encontraram-se atrelados a experiências a partir das quais houve o direcionamento para as insatisfações nos moldes expressos na mobilização. Ou seja, tem-se a construção da própria forma de contestação (considerando o termo como etapa anterior à ação política, como definido no capítulo 1) a partir de tais experiências, e não um aproveitamento de modelos a partir de insatisfações previamente direcionadas. Ademais, este processo compôs, conforme argumenta-se neste trabalho, mais do que a construção do modelo de ação política adotado pelo grupo, como também, e através da mobilização, representou o processo de significação por parte dos membros do GTAA sobre seus projetos de atuação enquanto discentes universitários.

No tocante às experiências prévias e as tipologias de atuação defendidas e expressas nas entrevistas através das tensões geradas no grupo, percebe-se o caráter heterogêneo do GTAA. Tem-se origens sociais e posicionamentos na estrutura da universidade distintos, bem como diferentes concepções de atuação e em relação às modalidades de sistema de cotas a serem reivindicadas. Em meio a esta heterogeneidade, que comportou tensões internas e externas ao grupo, este último manteve-se até a aprovação do sistema de cotas na UFRGS pelo CONSUN, desfazendo-se a partir de tal momento.

Interrogando o objeto de estudo, percebeu-se que o principal fator que manteve a integração do grupo foi o sistema de cotas enquanto pauta a ser reivindicada na

universidade, independente de sua modalidade. Este fator foi resultante de um processo de construção, a partir da defrontação das experiências, expectativas e frustrações destes indivíduos com as oportunidades e possibilidades de atuação presentes e percebidas no contexto da universidade. Desta forma, teve-se um questionamento em relação à universidade, seguida da proposição de reivindicação por sistema de cotas enquanto forma de exercer tal reivindicação.

Pode-se, a partir desta abordagem, inferir que em meio ao processo de construção da concepção sobre a função social da universidade e deu seus lugares nesta, os membros do GTAA adotaram a pauta de cotas enquanto uma possibilidade (percebida como oportuna) de dar significado às suas atuações políticas enquanto discentes. Tem-se este processo como fator que conferiu unidade a esta mobilização. A formação desta unidade ocorreu através da convergência de experiências individuais com elementos dispostos em uma estrutura de relações e de oportunidades presentes e percebidos no ambiente da universidade. Desta forma, tem-se que na situação social representada pelo contexto universitário que se produziram os fundamentos para atuação política através do exercício da mobilização. Vê-se que esta abordagem explica o motivo da ocorrência do fenômeno, englobando explicações em relação aos indivíduos envolvidos, o contexto e período histórico em que ocorreu.

A conclusão teórica, já mencionada, é a de que na situação social produzem-se os fundamentos para a construção da ação social que a essa refere-se. Vê-se este estudo como possibilitando uma percepção da aplicação teórica proposta por Tarrow, porém a partir de um momento prévio do qual este autor toma como referência inicial, ou seja, em relação à forma como as insatisfações são construídas e as motivações manifestas antes do aproveitamento de oportunidades percebidas e da busca por maior mobilização. Inclusive, pensa-se que este estudo demonstrou que os modelos de atuação política disponíveis no contexto social não estão dispostos apenas para um aproveitamento estratégico, mas constituem-se também como fatores que compõe o processo de construção da própria contestação. A dimensão das experiências individuais, aqui apresentadas como em relação à significação da atuação política, expressa não somente esta forma de influência dos modelos pré-existentes, como também motivou o questionamento do processo de “enquadramento interpretativo”, exposto no capítulo 1, de que são nas medidas estratégicas dos grupos constituídos que seus discursos

alinham-se a insatisfações não direcionadas, pertencentes a indivíduos inseridos nos denominados *sentiment pools* (SNOW, BENFORD, WORDEN & ROCHFORD, 1995). Ao comparar-se com esta dinâmica aparentemente racional de movimentos sociais no exercício da mobilização com o caso do GTAA, pode-se inferir que este alinhamento pode ocorrer em mais de uma direção: os próprios indivíduos inseridos nesses “poços de insatisfações não direcionadas” podem assumir a iniciativa de buscarem, dentre os discursos disponíveis, aqueles através dos quais podem direcionar suas insatisfações e darem significados às suas atuações políticas. Como é possível ver no exemplo deste trabalho, que nem todas as pautas sobre questões étnico/raciais reivindicadas são demandadas por entidades de movimento negro em todos os contextos em que ocorrem, nem que todas as mobilizações em torno de tais causas são conseqüências diretas de posturas estratégicas destas entidades.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa abordou a formação do Grupo de Trabalho de Ações Afirmativas (GTAA), enquanto mobilização de estudantes que visou pautar uma proposta de sistema de cotas na UFRGS, formado no final do ano de 2005 e que perdurou até o momento em que esta proposta foi aprovada na referida universidade. O objetivo empírico foi o de buscar explicações sobre as condições para a formação deste grupo, considerando sua composição, momento histórico em que ocorreu e dinâmicas de ação política utilizadas, o que relaciona-se com a indagação teórica sobre as condições sociais para a formação de ações coletivas.

Para o exercício da pesquisa, considerou-se, no plano teórico, as abordagens de Sidney Tarrow (2009) sobre o conceito de “estrutura de oportunidades políticas”, que refere-se às condições estruturais dos contextos sociais para que determinados indivíduos engajem-se coletivamente. Esta abordagem transcende as explicações de ações coletivas que limitam-se à consideração das insatisfações, trajetórias individuais e recursos disponíveis. Para haver uma estrutura de oportunidades políticas, é necessário que haja a percepção, por parte de determinados atores sociais, de oportunidades proporcionadas por elites e autoridades, que são aproveitadas a partir da construção de tipologias de ação política baseadas em modelos construídos pelos grupos e/ou adotados de organizações coletivas anteriores. De forma aliada, a dimensão da experiência também foi considerada nesta pesquisa, em função de que a teoria de Tarrow parte de um ponto específico para a explicação de organizações que denomina como sendo de “movimentos sociais”. A partir do ponto do qual o autor partiu, as lideranças, que constituem-se enquanto atores que percebem as oportunidades de ação e buscam estratégias de mobilização de outros autores, encontram-se já constituídas, e com insatisfações e objetivos previamente definidos. Mesmo que se considere a transformação que as ações coletivas sofrem, em suas ações e objetivos, no decorrer do processo de reivindicação, já encontram-se tais elementos dispostos.

Para a compreensão da formação do GTAA, em que partiu-se da análise de uma etapa anterior à da constituição da insatisfação, fez-se necessário a correlação com teorias referentes ao conceito de “projeto”, a partir das abordagens de Albuquerque (1977a, 1977b), Foracchi (1965) e Velho (1999). O conceito de “projeto”, da forma

utilizada pelos autores mencionados, refere-se à consideração da dimensão das experiências anteriores do indivíduo, que confrontadas com experiências posteriores e em contextos distintos, promovem a formação do significado da atuação social por parte deste indivíduo. Com isto, tomando por base as considerações de Alberto Melucci (1995, 2001), buscou-se interrogar o objeto de pesquisa visando encontrar qual ou quais fatores conferiram ao grupo sua “unidade”, garantindo sua sustentação.

Para dar conta da perspectiva teórica tomada por base, a pesquisa buscou relacionar as experiências anteriores de membros do GTAA, aliando a sua confrontação com o contexto da universidade, e a estrutura de oportunidades políticas existentes e percebidas por estes membros. No plano empírico, foram realizadas entrevistas individuais com os membros do GTAA com os quais conseguiu-se contato e que tiveram maior representatividade de atuação no grupo. A partir dos dados obtidos nas entrevistas, catalogou-se as informações de acordo com as variáveis pré-definidas para darem conta das dimensões das experiências e da estrutura de oportunidades políticas.

A partir dos dados obtidos, percebeu-se que o GTAA foi composto por membros que não diferiam, de forma geral, dos perfis de estudantes da UFRGS. Também foi constatada, em relação às suas experiências, uma intenção definida de ingresso na universidade, seguida de um desconhecimento sobre o funcionamento da mesma, e a ausência de um projeto definido para o momento após conclusão da graduação. As perspectivas em relação à instituição foram difusas, assim como foi manifesto um descontentamento, em geral, com o ambiente da universidade, incluindo o não cumprimento das expectativas. Na análise, percebeu-se que a formação de um grupo de trabalho para o estudo de ações afirmativas ocorreu a partir de um desdobramento de uma organização de estudantes do curso de Ciências Sociais da universidade que pautavam suas críticas em relação à instituição. A partir da divisão desta organização de acordo com as insatisfações dos seus membros, surgiu, por parte de alguns, a idéia de discutir sobre ações afirmativas. Após a agregação de outros indivíduos, provenientes da atuação no mesmo curso de graduação e de programas de extensão universitária, este grupo pontuou o sistema de cotas, dentre as medidas de ações afirmativas.

A composição do GTAA envolveu membros com histórico de participação em pesquisas acadêmicas envolvendo temas de cunho étnico/racial. O grupo também

caracterizou-se por dois posicionamentos distintos que se sobressaíram em suas relações internas, atrelados à experiências prévias de engajamento. Desta forma, teve-se os membros que já haviam atuado ou atuavam em organizações coletivas que pautavam demandas de caráter sócio-econômico. Estes membros defendiam o esforço do grupo na proposição de sistema de cotas nas modalidades étnico/racial e social, bem como uma atuação estratégica definida como “externa” à universidade. De outra parte, membros caracterizados pela ausência de experiências de engajamento em suas trajetórias defenderam que os esforços deveriam ser direcionadas especificamente para a questão étnica/racial, onde a modalidade de cotas sociais seria inclusa na pauta por questões estratégicas de convencimento da comunidade acadêmica, além de defenderem as dinâmicas definidas como “internas” à instituição, através de diálogo com membros do Conselho Universitário (CONSUN) e a realização de proposições pelas vias administrativas da instituição.

Apesar de posições com divergências, o grupo sustentou-se até a aprovação da medida. Verificou-se que o fator através do qual houve tal sustentação convergiu na proposição, em si, de sistema de cotas. Ao fazer-se a correlação entre a relação destes indivíduos com a universidade, foi destacado o descontentamento, a ausência de uma definição de projeto de atuação política e a influência de pesquisas e atores institucionais através dos quais a demanda por questões de caráter étnico/racial apresentaram-se como disponíveis, além da constatação de ausência de repressão por parte de autoridade para o exercício da mobilização.

Chegou-se a conclusão de que, na ausência de projetos de atuação política até então definidos, o contato com determinados modelos de atuação a partir da experiência acadêmica - disponíveis através da inserção de membros de entidades de movimentos sociais na universidade, da existência de pesquisas que envolviam demandas de alguns segmentos, como a questão quilombola, e de projetos de extensão universitária – serviram de base para as construções de significados de atuação política enquanto discentes universitários. A adoção de tais modelos ocorreram na confrontação das expectativas destes estudantes em relação à universidade e sua atuação nesta com as interpretações do contexto com o qual defrontaram-se.

Quanto ao não prosseguimento da mobilização após a aprovação da medida, tem-se como fator central a convergência da solidariedade no grupo em torno da proposição da medida aprovada (mesmo que não tenham sido contempladas de forma geral suas demandas). Outros fatores a serem apontados também referem-se à relação com o contexto e experiências, como o acúmulo de tarefas (curso de graduação e em alguns casos trabalho), as próprias divergências e mesmo a finalização do curso de graduação.

Considerando as conclusões empíricas às quais chegou-se, tem-se, na correlação com a perspectiva teórica abordada, que é na situação social que produzem-se os fundamentos para a construção da ação social que a essa refere-se. Esta produção em referência ocorre na confrontação de experiências dos indivíduos em outras situações, anteriores ou paralelas, com o contexto analisado, que dispõe de opções e oportunidades de atuação resultantes dos processos interativos que nele convergem. Vê-se esta forma de explicação como crucial para o entendimento do surgimento de ações coletivas e demais fenômenos que possam visar ou de fato provoquem mudanças sociais, sendo possível definir as condições através das quais determinados indivíduos envolveram-se, bem como o período histórico, região e modalidade de ação política que englobaram tais fenômenos.

Teoricamente, fez-se alusão ao alcance das abordagens utilizadas como base, vendo-se a necessidade de utilizá-las como complementares para o estudo proposto na presente análise. Entende-se que esta forma de abordagem pode contribuir para pesquisas futuras sobre ações coletivas em cenários onde as formas de atuação política não sejam mais as mesmas que tradicionalmente serviram de base para pesquisas acadêmicas.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Movimento estudantil e consciência na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977a.

_____. Movimento estudantil e classe média no Brasil. In: *Classes médias e políticas no Brasil*. Coordenação de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977b.

BARROZO, Paulo Daflon. *A idéia de igualdade as ações afirmativas*. Lua Nova, São Paulo, n. 63, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452004000300005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12 set. 2009. doi: 10.1590/S0102-64452004000300005. p. 103-141.

BELLINTANI, Leila Pinheiro. *Ação afirmativa e os princípios do direito: a questão das cotas raciais para ingresso no ensino superior no Brasil*. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2006.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Deslocamentos: trajetórias individuais entre sociedade civil e Estado no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FORACCHI, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Editora Nacional, 1965.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa, estratégias pós-Durban. *Observatório da Cidadania-Brasil*: Ibase, Rio de Janeiro, 2002, p. 56.

HOFBAUER, Andreas. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. Lua Nova, São Paulo, n. 68, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000300002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 dez. 2010. doi: 10.1590/S0102-64452006000300002.

JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Editora UnB. Brasília, 2006.

MELUCCI, Alberto. *O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

_____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2001.

_____. The process of collective identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. *Social movements and culture*. Minneapolis, Minn.: University of Minnesota Press, 1995.

MORTADA, Samir Pérez. *De jovem a estudante: apontamentos críticos*. Psicol. Soc. [online]. 2009, vol.21, n.3, pp. 373-382. ISSN 0102-7182. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000300011>>. Acesso em: 12 de Junho de 2010.

OLIVEN, A. C. *Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil*. Educação (Porto Alegre), Porto Alegre - RS, v. 61, p. 29-51, 2007.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Ação afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas: uma etnografia das cotas para negros na Uerj. In: FERES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, Jonas (orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006, p. 9-45.

PROLO, Felipe. *Redes sociais e a mobilização pró-cotas na UFRGS*. Trabalho de conclusão (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas. Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2008. Disponível somente on-line. Biblioteca BSCSH.

SILVA, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, Evelina e TATAGIBA, Luciana (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó. Argos. 2007.

SNOW, David A., ROCHFORD, E. Burke, WORDEN, Steven K., BENFORD, Robert D. *Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation*. In: *American Sociological Review*, vol. 51, n.48, Agosto, 1986, pp. 464-481.

SPOSITO, Marília Pontes. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2000, n.13, pp. 73-94. ISSN 1413-2478. Acesso em: 12 de Junho de 2010.

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1980 a 2007. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília. Ipea, 2008.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 2009.

TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato; BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SANTOS, Nair Iracema Silveira dos Santos; ARENHALDT, Rafael; CARDOSO, Susana (Orgs.). *Por uma política de ações afirmativas: problematizações do Programa Conexões de Saberes/UFRGS*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2008.

TURNER, J. Michael. Pendências no hemisfério ocidental: afro-latinos e programas compensatórios para a inclusão social. In: JÚNIOR, João Feres; ZONINSEIN, Jonas (Orgs.). *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Editora UnB. Brasília, 2006.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1999.

Link: - <<http://www.un.org/wcar/coverage.htm>>. Acesso em 20 de Maio de 2009.

6 ANEXO I: RESUMOS SOBRE AS TRAJETÓRIAS E POSICIONAMENTOS DOS ENTREVISTADOS

Nesta seção, mostra-se uma compilação das informações referentes às trajetórias e posicionamentos individuais que serviram como parte dos indicadores utilizados na pesquisa. Os nomes apresentados são fictícios.

Amanda

Natural de Pelotas (RS), negra. Filha de mãe com ensino médio completo, gerente de uma loja, e pai com ensino fundamental incompleto e aposentado por invalidez, Amanda obteve sua formação escolar no ensino privado. Primeira pessoa da família a ingressar em uma universidade, disse sempre ter tido em vista o ensino superior público, por falta de condições para pagar por um curso em uma instituição particular. Inicialmente, tentou a seleção para o curso de Direito na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, após prepara-se por um ano de curso pré-vestibular após a conclusão do ensino médio. No ano seguinte, estudou por conta e decidiu, juntamente com uma amiga, de ambas tentarem o curso de Ciências Sociais na UFRGS. Nesta última seleção, também prestou provas na Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

Como primeira pessoa da família a ter experiência acadêmica, admite que não teve expectativas a respeito do ingresso na universidade por um total desconhecimento sobre o que se trata tal experiência. Afirma que a convivência na escola com pessoas que tinham o horizonte de ingressar na universidade foi o fator que a estimulou para tanto. Para ela, a universidade era considerada como etapa posterior à formação no ensino médio, porém, não tinha uma perspectiva profissional atrelada. Durante seu curso acadêmico, seus pais contribuíram financeiramente para que esta pudesse sustentar-se e manter seus estudos.

Em sua experiência acadêmica, atuou em pesquisa sobre a temática quilombola a partir do 3º semestre de curso (Ciências Sociais), por intermédio de ex-namorado que

atuava nessa pesquisa. Nesta atuação participou de um curso de formação de professores do programa Educação Anti-Racista, programa vinculado ao DEDS da UFRGS sobre a temática de pesquisa da qual participava. Este contato com quilombos, através da experiência de pesquisa, envolveu a relação da universidade com o INCRA e com o IACOREQ. Após, como bolsista, participou de uma pesquisa em uma universidade norte-americana sobre “diferença e desigualdade na saúde” (entrevistada), com enfoque na questão étnica/racial.

A entrevistada menciona a relação com o IACOREQ como início de uma atuação “militante”. Também teve atuação em um grupo chamado “Coletivo de Educação e Luta”, ao qual chegou através de divulgação do grupo, que convocou interessados para reuniões. Neste grupo conheceu o Álvaro. Conforme a entrevistada, este grupo tornou-se posteriormente o Levante Popular da Juventude (LPJ), no qual também participou (as evidências indicam que o LPJ formou-se em período semelhante ao GTAA, como mencionado em outras entrevistas). Segundo a entrevistada, o “Coletivo de Educação e Luta” envolvia reuniões e debates, enquanto o LPJ envolvia cursos de formação em escolas de periferia. Mencionou nunca ter se vinculado a partido político.

Conforme Amanda, seu primeiro contato com a discussão sobre cotas foi através da atuação de estudantes da UFPel que se propuseram a debater a questão de cotas étnico/raciais. Este grupo realizou visitas a escolas do município com a finalidade de difundir o debate. Após ingresso na UFRGS, diz ter estranhado o fato de que a baixa incidência de negros que via na universidade pública ter sido semelhante a que via na escola particular onde estudou, onde “era normal que fosse a única negra lá dentro porque a população negra não tem uma condição econômica muito boa”.

Descreve sua inserção no GTAA a partir do início da própria organização. Diz que em conversas informais com Álvaro e Leonidas - a partir dos questionamentos mencionados no parágrafo anterior e dos relatos de Amanda sobre o ocorrido na UFPEL - pensaram em discutir a baixa incidência de negros na UFRGS. Afirma que ficaram sabendo da ocorrência de um debate sobre cotas na referida universidade em anos anteriores, mas que não prosseguiu. Conforme a entrevistada, a partir da decisão dela e dos colegas mencionados em organizarem-se para debater tal questão, procuraram um

professor do Departamento de Sociologia para conversarem sobre o assunto e buscarem algum suporte. Após essa conversa, marcaram uma reunião, para a qual convidaram outras pessoas para participarem.

Naquele período, conforme a entrevistada havia um grupo de discussão de alunos de Ciências Sociais dentre estes, Álvaro e Leonidas, chamado “Congresso da Sociais” (onde a interação ocorria via email), onde se propôs um debate sobre questões relacionadas ao curso, como mercado de trabalho na área, verba de pesquisa, dentre outras questões. Nesta organização, dividiram-se grupos de trabalho onde os estudantes interessados participariam no grupo com a temática com a qual mais se aproximavam. Após estas conversas informais mencionadas anteriormente, foi criado um grupo de trabalho para discutir ações afirmativas. Mas, conforme a entrevistada, o debate sobre cotas teve vinculação breve com esta discussão do curso, que não perdurou e pouco repercutiu. O grupo de trabalho de ações afirmativas (GTAA), que constituiu-se, prosseguiu de forma independente.

Posicionando-se sobre o tema das cotas, Amanda crê na necessidade de cotas raciais e sociais (sendo ambos os critérios independentes). Entende que a desigualdade não é só racial, mas também sócio-econômica e que, independentemente desta última condição, o racismo praticado e sofrido é o mesmo, podendo somente variar em intensidade.

Sua concepção de universidade formulada após ter ingressado é a de que nesta deve-se levar em conta o “conhecimento popular”. A finalidade da universidade seria considerar a realidade social e ter mecanismos para que o conhecimento desenvolvido na universidade seja difundido para os demais cidadãos. Em sua visão, a universidade utiliza-se demasiadamente dos recursos que o restante da população lhe concede, em relação ao retorno social que propicia. Por isto, a universidade deveria dialogar com as entidades de movimentos sociais, alegando que na universidade existem membros de tais movimentos, o que precisaria ser reconhecido pela instituição. Menciona que esta perspectiva é correlata com a intenção do grupo (GTAA) em buscar a aprovação das cotas, de trazer para a universidade a perspectiva cultural dos(as) negros(as) brasileiros(as).

Sobre a atuação do GT, afirma que perdeu-se tempo na discussão sobre o foco da reivindicação entre cotas étnico/raciais e sociais. Considerou inadequada a atitude de defesa de que a questão das cotas de caráter sócio-econômico fosse deixada em segundo plano. Em sua visão, o grupo era dividido entre os mais “radicais” (no qual incluiu-se ao mencionar), que defendiam atuações “externas”, como ocupações e passeatas, enquanto outro defendia a centralidade do “diálogo”. Devido a tensões no grupo, em dado momento afastou-se, atuando a partir do LPJ. Para Amanda, mesmo que não tivessem sido aprovadas as cotas, a atuação do grupo já teria demonstrado resultados ao “trazer o debate” para a UFRGS.

Álvaro

Natural de Porto Alegre (RS), branco. Filho de mãe com ensino superior incompleto, bancária aposentada, e pai com ensino médio completo, trabalhador autônomo. Sua formação escolar ocorreu em escola particular, na qual teve bolsa de estudos. Sem preparo adicional para o vestibular, além da formação escolar, ingressou no curso de Ciências Sociais na UFRGS. Teve apoio financeiro da mãe para seguir os estudos acadêmicos, mas durante esta trajetória trabalhou em parte do tempo, por iniciativa própria.

Ao ser questionado sobre alguma experiência de engajamento político anteriormente ao GTAA, Álvaro relatou que sua primeira experiência ocorreu na participação em um grupo religioso, que envolvia um grupo de estudos, no qual iniciou aos treze anos idade. Aos quinze, percebendo uma polarização na escola durante a campanha eleitoral para governo do estado do RS, entre Olívio e Brito, interessou-se sobre o assunto e buscou aproximação com o Partido dos Trabalhadores (PT), no qual participou de cursos de formação. Na escola, durante o ensino médio, participou do grêmio estudantil. Menciona que estas participações tratavam-se de uma busca por orientação de atuação política: “Mas ainda assim sem muita noção do que estava fazendo, era um jovem querendo fazer alguma coisa de legal”.

Afirma que, em 2001, participou de uma campanha da UNE que defendia cotas de corte socioeconômico nas universidades públicas. Apesar da aproximação do tema, diz não ter relacionado esta experiência com a do GTAA e inclusive que após a experiência da UNE, não seguiu informando-se sobre o tema.

Em 2002, ingressou no curso de Ciências Sociais. Afirma ter ingressado na universidade com um “romantismo” em relação ao curso de Ciências Sociais. Imaginou que o curso seria uma continuação ao processo de formação política, mesmo que de forma distinta do em que participava através do partido ao qual era vinculado. Pensou que o curso serviria como base para intervenção social. Afirma que a escola não o preparou no sentido de saber de que se trata a universidade. Havia pensado na possibilidade de ser professor, mas admite que não tinha perspectiva profissional definida.

Era meio inescapável isso, desde o fim do primeiro grau aquilo já se colocava pra nós, tanto no colégio quanto na família. Não tinha opção senão tentar entrar na UFRGS quando terminasse o segundo grau. Teve alguns momentos em que foi meio tenso, por achar que não tinha condições. Meu colégio era meio fraco, não era um colégio preparatório pro vestibular, nesse sentido ele investia menos. Era uma capacitação mais humanista do que de conteúdo.”

Sobre a relação entre o que esperava e o que encontrou na universidade, menciona um desencantamento com a prática militante neste espaço, percebendo-a como “fragmentária” e com disputas prejudiciais ao processo de engajamento. Mesmo afirmando que era militante do PT, dizia ser reconhecido como da ala “anarquista” dos estudantes da universidade:

eu compreendia que na tática a gente precisava agir de acordo com a forma como a conjuntura tá colocada, então concretamente, aqui por exemplo tinha toda uma disputa: auto gestão, eleição, e eu enxergava naquele momento, o primeiro ano que eu tinha entrado aqui, que não tinha problema, e até seria melhor se nós tivéssemos um processo tipo auto gestão, que era aquela lógica de organizar por pequenos grupos temáticos e trabalhar a partir deles, porque assim todos que tivessem interessados no assunto iam poder trabalhar juntos, inclusive os militantes de partido,

podiam inclusive da linha, não era esse o problema. A questão era abrir o espaço pra todo mundo participar. E havia que com eleições parecia que separava sabe, isolava, e a maioria não se envolvia. Então essa relação por um lado me afastou muito da militância partidária na universidade. Aí foi um período também, já estava entrando o governo Lula, várias crises de tu ver o que é um partido eleitoral, né, um partido com uma hegemonia social democrata dentro de um governo.”

Mesmo que esta experiência o tenha distanciado do partido, atribui que lhe conferiu um “amadurecimento” na relação com outros militantes do PT.

Aí depois teve um processo mais objetivo que foi quando concretamente eu conheci os movimentos sociais, pude me aproximar, que aí o meu tempo, a minha prática, o meu cotidiano, vamos dizer, começaram a se ocupar mais com uma prática objetiva assim, de outro tipo, o que engraçado que por um lado me distanciou organicamente do PT, mas por outro na prática acabou me permitindo ter uma relação mais madura né, de contato com quem é militante do PT, com os companheiros que estão em diferentes correntes, porque aí, nos movimentos a gente tem um outro tipo de relação, menos emocional.

Nesta fase de desencantamento em relação à questão partidária, teve aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), através de um colega. Na ocasião da entrevista, disse que ainda militava nesta organização.

Na universidade, teve experiências extracurriculares através da participação no núcleo de Antropologia da Religião (NER) da UFRGS. Ao final do curso, trabalhou com um professor que pesquisa a questão dos movimentos sociais. Através do departamento de Antropologia da UFRGS, atuou em um projeto nos Estados Unidos sobre movimentos religiosos daquele país, onde passou também a pesquisar sobre entidades de movimento negro nos EUA.

Sobre o contato com o tema das cotas, disse que por volta do ano de 2003 uma gestão do DCE da UFRGS promoveu debates sobre cotas, em momento em que havia repercussão deste tema inclusive na mídia, mas que nesta ocasião participou apenas de um debate e não teve maior envolvimento. Inclusive, aponta que este debate não teve grande repercussão: “não conseguiram acumular como movimento de luta, de pressão, e

aí ficou só no debate”. Posteriormente, aponta um momento em que havia uma “desorganização” no curso de Ciências Sociais, em que não havia diretório acadêmico organizado no curso. A partir de inquietações, proporcionadas inclusive com questionamentos de um professor sobre o não engajamento dos estudantes do curso, em comparação com épocas passadas, Álvaro e outros colegas de curso organizaram-se para montar grupos de trabalho para discutir questões sobre o curso, como pesquisa, extensão, dentre outros. A descrição do entrevistado corresponde ao que foi denominado em outras entrevistas como “Congresso da Sociais”. Álvaro afirma que duas pessoas propuseram e incentivaram a criação de um grupo de trabalho sobre cotas, no caso, foram Amanda e Leonidas, colegas de curso.

Álvaro disse que lembra-se de ter conhecido Leonidas anteriormente à ligação via ambiente acadêmico do curso, mas sem saber precisar de que forma (Amanda mencionou esta vinculação, via participação em um organização). Aborda que nas “situações de aula” desenvolveram uma relação de amizade, sendo colegas de disciplinas e que tinham aproximações quanto a experiências de vida (afirma que Leonidas teve proximidade com o PT, mas não soube dizer se “organicamente”) e “assuntos parecidos”. Álvaro disse ter conhecido Amanda através de Leonidas, namorado dela na época. Em sua participação no MTD, Álvaro disse que em dado momento organizou-se neste grupo uma organização de “educadores populares”, com o objetivo de trabalhar com famílias beneficiárias do programa Fome Zero, do governo federal. Este coletivo chamou-se, conforme Álvaro, “Coletivo de Educadores Populares”, no qual Leonidas passou a participar através do contato informal entre ambos. Mencionou que Amanda participou de algumas reuniões desta organização. Segundo Álvaro, foi a partir deste grupo que formou-se o LPJ.

Ao ser questionado na entrevista se este grupo de trabalho sobre cotas iniciou-se abordando a perspectiva de cotas sociais ou étnico/raciais, disse lembrar vagamente, mas que tinha em mente que o debate seria sobre a questão sócio-econômica. Disse que na época tinha pouco conhecimento sobre as discussões envolvendo o tema de raça/etnia, algo com o qual Leonidas e Amanda já tinham maior envolvimento, pois atuavam em pesquisas relacionadas a esta temática.

Apesar de sua aproximação o LPJ, Álvaro disse sempre ter feito parte do GTAA, até o momento da aprovação. Como mencionado anteriormente, o entrevistado ingressou no grupo com a perspectiva de discussão sobre cotas sociais, mas afirma que passou a defender também as cotas étnico/raciais a partir dos conhecimentos adquiridos em sua experiência com o grupo. Confere à atuação do GTAA a relevância de ter promovido uma “discussão racial” tanto na UFRGS como em entidades de ação coletiva que focam suas reivindicações em relação ao fator sócio-econômico.

Quanto ao grupo do GTAA, sua exposição coloca uma divisão em dois segmentos. Havia o que chamou de “grupo dos movimentos sociais”, que defenderam a difusão do debate para “fora” da universidade e uma atuação “externa”, exercendo pressão sobre os dirigentes administrativos da instituição. Álvaro colocou-se como pertencente a este segmento. O outro referiu-se ao que priorizava um “debate institucional”, no qual entendeu-se que ações “externas”, de pressão, poderiam prejudicar as negociações do grupo. Álvaro resume que as tensões do grupo referiram-se a questões “táticas”.

Para Álvaro, a universidade pública deveria ser “um espaço de sistematização do conhecimento que a sociedade produz”. Por esta perspectiva, a universidade deveria atender às demandas da população. A interpretação que o entrevistado faz especificamente sobre o curso de Ciências Sociais pode ser resumida na citação abaixo:

Hoje, sinceramente, eu tenho a compreensão que a Sociologia, as Ciências Sociais como ciência, acadêmica, foram desenvolvidas para superar, senão combater, a ciência feita pelos trabalhadores.

O entrevistado afirmou que a política de cotas serve como uma brecha para que segmentos “historicamente excluídos” possam também ter acesso ao conhecimento produzido na academia, lhes propiciando o uso de tal recurso para construírem suas reivindicações.

Natural de Porto Alegre (RS), branca. Filha de mãe com ensino superior completo, funcionária pública, e pai com ensino médio completo, comerciante autônomo. Carolina teve sua formação escolar em parte no setor público e em parte no privado. Após preparação via curso pré-vestibular, ingressou no curso de Ciências Sociais na UFRGS, tendo contribuição financeira dos pais para seguir seus estudos acadêmicos.

Carolina conta que entrou na UFRGS almejando ser uma antropóloga. Na universidade, atuou em bolsas de pesquisa, envolvendo a questão étnica, e em bolsas que de trabalho em setores administrativos da universidade. Outras experiências em seu curso acadêmico envolveram contato com organizações voltadas para a questão agrária, como ONGs, através de amigos que atuavam na área da Agronomia e grupo de pesquisa que envolveu trabalho com pescadores – atuou nesta pesquisa como bolsista do Programa de Iniciação Científica (BIC) da universidade. Este contato mencionado não correspondeu a uma vinculação formal com tais entidades. Ao ser indagada sobre atuações junto a movimentos sociais, Carolina define da seguinte forma:

Eu me considero militante de movimento no sentido que o Abdias do Nascimento fala de movimento, que é qualquer pessoa, instituição local, que lute, no caso, que reflita sobre a questão do negro e do branco, das relações raciais no Brasil.

Afirma que a experiência universitária envolveu aspectos positivos e negativos, mais especificamente em relação ao curso de Ciências Sociais. Positivos no sentido de oferecer “outras formas de pensar a realidade”. Negativos pelo fato do curso ter “deixado de responder” questionamentos que tinha sobre a realidade. A mudança de curso para o de Artes Visuais foi, conforme a entrevistada, motivada mais por questões de “conhecimento” do que por perspectivas profissionais. Em sua concepção, a universidade deveria ter uma relação mais “próxima e respeitosa” com entidades de movimentos sociais, considerando o conhecimento produzido “fora” da universidade.

Carolina afirma que tomou conhecimento do tema das cotas através de amigos de faculdade. Porém, conforme a entrevistada, esta apresentação do tema ocorreu através do vínculo de amizade e “fora do ambiente acadêmico”. Para Carolina, há uma grande desigualdade racial no ensino superior, que não é resultado de uma desigualdade socioeconômica. A entrevistada afirma que essa dissociação entre condição socioeconômica e étnico/racial desenvolveu-se durante sua participação no GTAA.

Sua participação no GTAA iniciou através de convite ocorrido em conversas informais com colegas em uma disciplina na faculdade. Amanda, Leonidas e Lola. Conforme Carolina, estes já faziam parte do GTAA, que a convidaram para participar de uma reunião. A entrevistada conta que participou do grupo até a data da aprovação da proposta de cotas. Define-se em sua participação como “estudante da UFRGS, interessada em discutir o assunto”.

Sobre a atuação do grupo, entende que a partir de um ponto o foco da atuação foi mais “de diálogo” com membros da comunidade acadêmica do que propriamente colocando-se enquanto “grupo de pressão”. Apontou tensões no grupo, que teriam sido motivadas por divergências de posicionamento sobre a reivindicação (em relação a discussão sobre cotas “étnico/raciais” e “sociais”).

Dario

Natural de Porto Alegre (RS), branco. Sua formação escolar envolveu tanto instituição de ensino pública como privada (formou-se no ensino médio via curso supletivo). Filho de pai contador e mãe dona de casa, ambos formados no ensino superior, fez curso pré-vestibular em sua preparação para o ingresso na universidade. Em sua experiência acadêmica, não obteve apoio financeiro dos pais, dependendo da assistência estudantil da universidade.

Dario ingressou na UFRGS sem saber que atuação profissional buscava. Afirma que suas motivações para ingressar na universidade foi o fato de ser pública (o que, em sua visão, influenciava também na qualidade do curso pretendido) e pela influência de leituras “libertárias”, como de autores marxistas. A partir desses aspectos e também de

uma proximidade com o PT, optou pelo curso de Ciências Sociais. Sobre sua experiência, comenta:

tem coisas que me deixam muito preocupado, tem coisas até que me decepcionaram. Talvez se eu fosse como a maioria, não fazendo uma crítica nem nada, mas talvez se eu fosse igual a maioria que só vem aí e estuda, vem pra sua aula e vai pra sua casa, enfim, vai viver a sua vida, poderia até ter mais crítica mas com certeza estaria mais realizado assim.

Pensa que o conhecimento produzido nos movimentos sociais deve ser considerado no ambiente universitário. Como este último constitui-se enquanto espaço que legitima os saberes, neste se deveria dar oportunidade para essas outras formas de conhecimento. Este processo, em sua visão, resultaria em uma equiparação de um nível de capacidade de “defesa” dos distintos posicionamentos políticos.

Em sua experiência acadêmica, diz ter participado de pesquisa envolvendo a questão quilombola. Sobre outras experiências, mencionou participação em organizações de bairro na Vila Safira, em Porto Alegre. Estas organizações envolviam grupos de Hip Hop, Rap e grafiteiros.

Dario disse que tomou conhecimento sobre o tema das cotas através de um professor do seu curso, como o qual trabalhou na pesquisa sobre quilombos, por volta do ano de 2002. Ao ter o primeiro contato, mostrou-se contrário à política. Disse que em 2003 procurou informar-se mais sobre o tema (menciona debate sobre cotas nesse ano, promovida pela gestão do DCE da época). Após, disse que seu interesse sobre o tema “esfriou” por um tempo, sendo retomado no período de atuação no GTAA. Em sua visão, “o processo do capitalismo (...) vem com o racismo”. Apontando exemplo de países colonizados, associou a desigualdade racial à desigualdade sócio-econômica, mas não incluindo a primeira como parte da segunda. Falou que há “dívida étnico-racial no Brasil” e que crê na política de cotas como promotora da “pluralização” do corpo discente e de diversificação do conhecimento produzido na universidade.

Conforme sua entrevista, as reuniões do que se tornou o GTAA iniciaram-se a partir da iniciativa de estudantes do curso de Ciências Sociais (mencionou que talvez tivessem sido membros da gestão do Diretório Acadêmico do curso na época). Através da difusão da notícia de que haveria reunião do grupo, tomou conhecimento e iniciou sua participação. Dario afirmou que, afora um afastamento durante o processo, motivado por discordância da aproximação de determinadas pessoas envolvidas com partidos políticos, mas retornou e atuou conjuntamente até o momento da aprovação da proposta de cotas.

Em sua visão, o GTAA envolveu dois posicionamentos centrais: um relacionado a “interesses eleitorais”, como no caso de participantes vinculados ao DCE, e outro em contraposição de interesses, envolvendo o que definiu como engajamento na “questão da luta, do movimento negro”. Disse crer que o GT deveria ter prosseguido, atuando institucionalmente de forma semelhante a departamentos como o DEDS (Departamento de Educação e Des. Social) e que o “Fórum de Acompanhamento” que formou-se após a aprovação não teria o mesmo potencial de apoio aos cotistas como o GTAA teria. Acredita que a existência do programa Conexões de Saberes foi fator fundamental para ao surgimento da mobilização. Apontou também que, mesmo deixando-o descontente naquele momento em função de sua posição política, a “aliança estratégica” do GTAA com o DCE também mostrou-se importante para a relação do grupo com os membros do CONSUN.

Fernando

Natural de Carazinho (RS), branco. Filho de professora e de agricultor, ambos formados no ensino superior, teve sua formação escolar no setor privado. Após preparação via curso pré-vestibular, ingressou na universidade pública, tendo contribuição financeira da família pra os estudos. Disse sempre ter considerado o ingresso na universidade como etapa posterior à formação escolar. Primeiramente, ingressou na Universidade Federal de Brasília (UnB), no curso de Veterinária, com a perspectiva de trabalhar nos negócios do pai. Durante a experiência acadêmica, aponta que a proximidade com o movimento estudantil na instituição o fez optar pelo curso de

Ciências Sociais na UFRGS, no qual teve uma aproximação breve com a organização de diretório acadêmico do curso: “(...) muito rápido. Fui uma, duas reuniões, e já larguei”.

Após formar-se na graduação, ingressou no curso de mestrado em Antropologia, na mesma universidade. Neste, participou de núcleo de pesquisa do departamento de Antropologia, o Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas Tradicionais (NIT).

Fernando disse que seu primeiro contato com o tema das cotas ocorreu ainda na UnB, quando havia discussões internas a respeito deste tipo de sistema na referida universidade. O entrevistado mencionou uma aproximação com um grupo de estudantes que buscou promover um debate sobre cotas na UFRGS, alguns anos antes do surgimento do GTAA, envolvendo alguns estudantes “brancos”, mas que não teve prosseguimento. Em outro período, compareceu em reunião divulgada para discutir a questão das cotas, nessa disse ter visto de diferente a presença de meninas negras. A partir desta reunião, passou a envolver-se, sendo que colegas mencionados, participantes das discussões anteriores, haviam se afastado.

O entrevistado descreve sua participação como distanciada em relação à dos demais em função de seu vínculo com a universidade.

(...) movimento estudantil é algo que é feito quando o cara é estudante mesmo. Enquanto tu é estudante, tu é estudante [...] e acaba quando se forma. Depois que se forma tu vai fazer outra coisa [...] já saindo da universidade, eu saí, né? [...] no mestrado a questão do GT apareceu quando eu já estava saindo, quando eu já tava buscando foco. Já tava no mestrado, a minha dedicação quase integral à pesquisa foi durante o mestrado. Então talvez a minha vivência... eu tenha visto a questão o GT muito... fria, pontual. O objetivo ali não era movimento, que tivesse um entrosamento.

Fernando apontou que, para ele, o GTAA não foi uma espécie de “movimento”, mas sim “grupo de trabalho”, como indica o próprio nome designado ao grupo. Disse ter acompanhado as reuniões até a aprovação, com algumas ausências, mas sempre colocando-se afastado de uma posição protagonista. Para o entrevistado, o debate sobre cotas na universidade tem “um nível fraco”. Para ele, a aprovação da política de cotas poderia ser fator promotor de uma debate mais amplo sobre ações afirmativas. Em sua opinião, a “aceitação” por parte de membros da reitoria e do CONSUN da universidade ocorreu mais por “interesses institucionais” do que propriamente por uma “aceitação da

questão étnico/racial”.

Em relação à política de cotas, o entrevistado disse que a viu como possibilidade para que a universidade (espaço que reproduziria exclusão racial) passe também a ser vista como espaço possível de participação dos negros e de outros segmentos da população. Em sua exposição, considerou a pertinência de cotas sociais como étnico/raciais, mas desconsidera a submissão de uma à outra.

Para o entrevistado, a função da universidade é formar pesquisadores com “qualidade” e que a pesquisa deve estar associada à intervenção nos espaços sociais explorados. Entende que é uma perspectiva próxima da experiência que teve em pesquisa na área de Antropologia, enquanto esteve na UFRGS. Por este viés, indica que uma aproximação da universidade com outros setores da sociedade envolvam também uma intervenção, no sentido de uma contribuição prática para estes setores estudados, onde essa “aproximação institucional” não seria descolada da prática de pesquisa acadêmica.

Juraci

Natural de Porto Alegre (RS), negra. Filha de metalúrgico e auxiliar de enfermagem, respectivamente com ensinos fundamental incompleto de fundamental completo, Juraci teve sua formação escolar no setor público. Sem menção a preparação adicional para o vestibular, a entrevistada ingressou na UFRGS, tendo ajuda financeira dos pais complementar à renda oriunda de estágios feitos na e fora da universidade.

Juraci disse que sempre teve motivação para formar-se em curso superior. Primeiramente quis o curso de Medicina. Após dois vestibulares para este curso, optou por fazer a seleção seguinte para o curso de Enfermagem, pois não teria mais condições de pagar por curso pré-vestibular para preparar-se. Aponta que ficou satisfeita com a mudança de opção, pois em sua visão acha que “o cuidar é melhor que o diagnosticar”. Também coloca que:

Sempre fui motivada, tanto pelos meus pais quanto pelos professores que me acompanharam. Eu tive uma professora de matemática, que sempre falo dela, em todas as entrevistas, porque ela foi uma das pessoas que mais me motivaram a seguir o ensino superior. Ela me dava aula particular na casa dela, gratuitamente. Então ela sempre me motivou a buscar o ensino superior. Então eu sempre fui motivada, sempre... por mais que me dissessem “não, tu não vai conseguir”, nunca pensei o contrário.

Sobre esta citação, afirma que a desmotivação proveio de familiares, em função de ser filha dos mais pobres e com menos estudos da família, e de colegas de escola, que lhe diziam coisas como “negros não estudam na UFRGS”.

Na universidade, suas experiências extracurriculares envolveram sua participação no programa Conexões de Saberes, onde realizou trabalhos sobre a questão das ações afirmativas, inclusive participando de ações no FERES, em escolas do bairro Restinga de Porto Alegre, abordando a temática das ações afirmativas. Quanto à experiências de engajamento político, a entrevistada afirmou que o GTAA foi sua primeira experiência do tipo.

Em relação à universidade, tanto suas expectativas como suas críticas referem-se à composição da mesma. Disse que esperava encontrar, na UFRGS, pessoas “diferenciadas”. Esperava poder trazer seus questionamentos sobre a realidade e buscar respostas a partir de teorias desenvolvidas academicamente. Ao ingressar, afirma ter enxergado que em geral “as pessoas tinha uma bagagem cultural”, mas que ao mesmo tempo seriam “preconceituosas”. Este último aspecto, segundo a entrevistada, direcionava o viés das pesquisas de acordo com o rumo desejado pelo pesquisador, no que se refere aos resultados a serem obtidos. De forma atrelada, diz ter percebido na universidade que ao propor temáticas de pesquisa distintas das comumente adotadas “tu é rechaçado aqui dentro”. Entende que a função da universidade deva ser “política”, no sentido de desenvolver pesquisas e teorias em função das demandas da sociedade, em uma perspectiva de intervenção.

Juraci informou que seu primeiro contato com o tema das cotas foi através da mídia. Conforme a entrevistada, seus familiares conversavam sobre o tema, o que foi um ambiente de discussão que vivenciou antes da experiência do GTAA. Quanto ao seu

posicionamento sobre a questão, Juraci disse crer nas ações afirmativas enquanto meio de transformação social e de questionamento do conhecimento produzido. O sistema de cotas seria um meio para as “comunidades populares” levarem à universidade suas formas de conhecimento e propiciar seu reconhecimento.

Sobre sua inserção no GTAA, disse que foi partir do vínculo como bolsista do programa Conexões de Saberes. Dentre os bolsistas havia estudantes do curso de Ciências Sociais, que tinham conhecimento e ligação com o grupo que estava já organizando reuniões para discutir a questão das cotas. Através dessa ligação, os bolsistas do programa que eram oriundos de outros cursos foram convidados para participarem das reuniões. A partir deste convite, ela e algumas colegas da bolsa, bem como algumas amigas com as quais dividia apartamento, compareceram à primeira reunião.

Descreve sua participação inicial como sendo das pessoas que levaram a questão étnico/racial para o debate sobre cotas nas reuniões do grupo. Dentre as amigas mencionadas anteriormente, apenas Tábata foi mencionada na continuidade de atuação. Disse entender (e afirmou também compartilhar tal entendimento com parte do grupo do GTAA) que as cotas sociais seriam de fácil aceitação, sem oposição. Por isso, o foco da discussão deveria ser cotas raciais, tendo a proposta de cotas sociais como algo paralelo, mas para o qual não seria necessário “investir grandes esforços”. Em sua visão, parte do grupo era adepta ao método “pé na porta”: de fazer “ocupações” e eventos com as “massas”. Mas disse entender que o debate ficou muito preso ao interior da instituição e que essas “massas” estariam, portanto, alheias à discussão. Além disso, uma postura mais “radical” seria menos efetiva e barraria no “conservadorismo” da administração universitária. Para a entrevistada (e conforme ela, para parte do grupo), o meio para reivindicar deveria ser pela inserção nos “meios institucionais”.

Kátia

Natural de Porto Alegre (RS), negra. Filha de funcionário público e de funcionária de loja (não foram obtidas informações sobre formação escolar), Kátia teve sua formação em parte no ensino público e em parte no ensino privado, subsidiada com bolsa de estudos. Após preparar-se via curso pré-vestibular, teve apoio financeiro dos

pais para seguir estudando, sendo que começou a trabalhar por opção, após ter concluído o ensino médio.

Kátia teve duas experiências acadêmicas. Primeiramente, estudou História na FAPA. Foi durante esse vínculo que aproximou-se do GTAA. Após, ingressou no curso de mestrado em Sociologia na UFRGS. A entrevistada demonstrou que teve uma perspectiva de universidade atrelada à formação profissional. Ingressou com a intenção de formar-se em licenciatura em História com o objetivo de qualificar-se para atuar como professora na área. Em sua experiência acadêmica, disse ter percebido uma restrição de incentivo para a área de licenciatura, que a fez pensar na necessidade de qualificação para algum outro tipo de atuação, e nisto surgiu a perspectiva de trabalhar com pesquisa, através de curso de pós-graduação.

Em relação a experiências extracurriculares, Foi estagiária no Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre, durante a graduação. Após terminar a graduação, no mesmo órgão, participou na coordenação de uma pesquisa que envolvia o mapeamento de casas de religião de Porto Alegre. Esta última atividade ocorreu conjuntamente à participação no GT.

A entrevista afirmou que seu contato com a discussão sobre cotas ocorreu em meados do ano de 2003, na FAPA, em função da repercussão da notícia de implantação do sistema de cotas na UERJ. No ano de 2006, Kátia disse ter feito uma disciplina na UFRGS como aluna especial (modalidade de matrícula para estudantes não vinculados à universidade). Neste ano, freqüentando a referida universidade, teve conhecimento e assistiu a um debate organizado pelo GTAA sobre o sistema de cotas. Após esse debate, teve conhecimento de um evento chamado “Calouradas” (evento comumente organizado pelo DCE), que envolveu oficinas e cursos sobre diversos temas, no qual inscreveu-se e participou. Durante o evento, teve conversas informais com pessoas que compunham o GTAA naquele momento, inclusive com Letícia, que já conhecia. A partir deste contato, começou a participar das reuniões do grupo. Kátia associou sua participação no GTAA com sua trajetória pessoal - “enquanto mulher e negra”, por ter morado em Alvorada (RS) e por ter sido a única aluna negra da turma quando estudou em escola particular - em que “a questão racial sempre esteve presente”.

Sobre seu posicionamento em relação à política de cotas, a entrevistada apontou a necessidade de políticas pontuais para reduzir as desigualdades raciais. Mas no caso das cotas, estas teriam maior efetividade em termos de pluralização do meio acadêmico, que resultaria em uma diversificação do conhecimento produzido, do que como fator que em si traria uma redução das desigualdades raciais.

Em sua concepção de universidade, a entrevistada definiu que esta exerce uma contribuição à sociedade através de projetos de extensão, por exemplo, mas que esta intervenção ainda seria insuficiente, pois não se estaria levando em conta os conhecimentos produzidos na sociedade. A relação com os movimentos sociais não é “estreita”, da forma que entende que deveria ser. Kátia considera a universidade como meio de aperfeiçoamento profissional, possibilitando garantir um “diferencial” no mercado de trabalho. Para a entrevistada, a universidade deve atender às demandas dos diversos segmentos da sociedade. Mas afirmou entender que essa perspectiva apresenta um empecilho por, de um lado, haver a especificidade e o caráter imediato das demandas dos movimentos sociais, e de outro, o tempo gasto na produção de conhecimento na universidade.

Apesar da proposta aprovada não ser do seu agrado, Kátia viu como importante o debate sobre a questão racial que o processo de reivindicação suscitou na universidade. Sua expectativa sobre o GTAA era justamente que durasse até a aprovação, pois direcionava-se especificamente para este objetivo. Disse entender que, após a aprovação, seria necessário outro tipo de “estrutura” para lidar com a questão. Também apontou o entendimento de que o processo de reivindicação por cotas gerou aproximação da universidade com os movimentos sociais. A entrevistada frisou a importância do diálogo, através de “instâncias institucionalmente reconhecidas”, como forma de o grupo buscar seu objetivo. Mas também apontou que atos como ocupações também tiveram importância no processo.

Letícia

Natural de Argentina, branca. Filha de professora com ensino superior completo e vendedor com ensino superior incompleto, Letícia teve sua formação escolar na rede de ensino público em seu país de origem. Disse que na Argentina a forma de acesso à

universidade não é via vestibular, sendo que preparações semelhantes às que existem no Brasil, de cursos pré-vestibulares, não se aplica em seu caso. Em termos de condições de permanência na universidade, a entrevistada afirmou ter trabalhado durante todo o período de sua graduação.

Atribuiu ligação entre sua perspectiva de ingressar na universidade com a expectativa da mãe de que isto ocorresse. Apontou que foi a primeira pessoa da família a ingressar na universidade. Primeiramente, começou o curso de Arquitetura, que abandonou por questões financeiras e de afinidade. Depois ingressou no de Antropologia, que passou a apreciar depois de ter contato com a questão da pesquisa. Após a graduação, devido à crise econômica que ocorria em seu país, que lhe conferia instabilidade no emprego (em um banco), decidiu tentar o ingresso na pós-graduação no Brasil, inclusive pela perspectiva de ganhar bolsa de estudos.

Sobre suas experiências acadêmicas, relatou que durante graduação na Argentina, participou de pesquisas sobre carnaval e Candomblé. Em 2003, já vinculada à UFRGS, teve contato com a questão quilombola através do Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI). Afirmou que este contato foi restrito, pois não havia identificação de sua parte com a forma abordada, que era “despolitizada”, na sua interpretação. Afirmou que nesta experiência teve seu primeiro contato com o tema do sistema de cotas. Um contato mais aprofundado com o tema ocorreu em 2004, ao assistir uma palestra de professor da UnB, sobre o tema, e em 2005, em um curso chamado “Fábrica de Idéias”, que ocorreu na cidade de Salvador (BA), onde participou de um grupo de discussão que tratou da questão de cotas de caráter étnico/racial. Nesta participação, fez amizade com uma aluna negra do curso de Ciências Sociais da UFRGS, que “já conhecia de vista”. Através deste contato, conheceu Liara, que a convidou para a segunda reunião do GTAA. A partir desta reunião, passou a participar do grupo até a aprovação da implantação do sistema na universidade.

Em relação a experiências de engajamento político, Letícia mencionou uma breve experiência com o movimento estudantil na Argentina, no qual decidiu não dar continuidade. No Brasil, diz que sua primeira experiência de engajamento foi com o GTAA, através do qual aproximou-se do movimento estudantil local.

A entrevistada disse que, ao entrar na universidade, não entendeu qual era a finalidade da instituição, nem mesmo tinha definidos seus objetivos quanto à participação nesta. Trabalhou durante a graduação e somente passou a ter mais interesse e identificação com a academia quando começou a participar de pesquisas. Nisto, passou a considerar como rumo profissional a atuação enquanto pesquisadora. Quanto à experiência com pesquisa, afirma que sempre buscou aliar esta atuação com ação política.

Ao ingressar na universidade brasileira, disse ter se decepcionado ao encontrar uma baixa presença de estudantes negros, bem como de pesquisas voltadas para a questão étnica. Também apontou ter percebido a universidade como “conservadora” e posicionou-se criticamente quanto à legitimidade conferida à atuação dos antropólogos, que teriam autoridade para “falar sobre o que for”. Afirmou que esta postura é distinta da postura dos profissionais desta área oriundos de outros países latino-americanos.

Em sua concepção, a universidade deve ser um “espaço de formação de olhares críticos”, que deve ocorrer na relação com entidades de movimentos sociais, pois a universidade não seria o único espaço na sociedade onde forma-se esse “olhar”. Em sua visão, a universidade deve levar em conta o conhecimento científico e o conhecimento popular, “refletindo” a realidade brasileira. Disse entender que o conhecimento produzido na academia deve ser aplicado na sociedade.

Em sua visão, a proposta de cotas combate o que viu como a “invisibilização” dos problemas raciais, algo que afirmou ter percebido tanto em sua experiência no Brasil como na Argentina. Entendeu que cotas tem o sentido de reparação histórica, mas, além disso, disse pensar na política pela perspectiva de inclusão e de “transformação” das instituições.

Sobre o GTAA, entendeu que este atuou como mediador das demandas dos movimentos sociais para o debate na universidade. Disse ver o GTAA como algo distinto de um “movimento estudantil”, tanto em relação aos objetivos como em relação ao discurso. Manifestou também identificação com a atuação no GT, onde sentia-se à vontade em afirmar-se enquanto branca e defensora das ações afirmativas, algo que não possuía em relação a um “movimento negro”, pela questão da representatividade. Em

sua visão, no GT foi “bem trabalhada” a questão de “quem representava quem”, onde a representatividade dos movimentos sociais era respeitada.

Liara

Natural de Porto Alegre (RS), negra. Filha de mãe cozinheira, com ensino médio completo e pai com ensino superior incompleto (profissão não informada), Liara teve sua formação escolar no setor de ensino público. Teve ajuda financeira para seus estudos. Apesar disso, afirmou ter começado a trabalhar desde período anterior ao seu ingresso na universidade, processo para o qual preparou-se através de curso pré-vestibular (no qual obteve bolsa para estudar).

Liara afirmou que sempre desejou ingressar na universidade. A opção pela universidade pública ocorreu por questões financeiras:

Pensava em poder trabalhar no que queria. Era apenas esse meu desejo. Cansei de ver minha mãe, avó e tias trabalhando sempre em serviço doméstico e dando muito duro para sustentar a família, sem nunca poder guardar um realzinho sequer. Eu queria algo diferente, trabalhar em outra coisa.

Afirmou que teve bom aproveitamento no curso e um encantamento com a universidade após a participação em pesquisa. Disse também que seu rendimento acadêmico melhorou após aliar suas experiências políticas na questão quilombola e atuação no cursinho pré-vestibular popular com suas pesquisas acadêmicas.

Sobre suas experiências durante seu curso acadêmico, informou que, em 2002, através do contato de uma cabeleireira, atuou em curso pré-vestibular para negros carentes que funcionava no colégio Rosário. Durante este período, também trabalhava horas semanais em estágio. Em 2005, atuou em bolsa de monitoria no curso de Letras, da qual migrou para uma bolsa no programa Educação Anti-Racista, do DEDS-UFRGS. Nos dois primeiros anos de faculdade, períodos que envolveram as experiências mencionadas anteriormente, devido ao acúmulo de atividades (afirmou que fazia em torno de quatro disciplinas por semestre, dada a rotina), afirmou que teve pouca ligação com pesquisa e mesmo com colegas de curso.

No momento em que passou a atuar em bolsa na universidade, começou a ter ajuda financeira da mãe, devido à queda de remuneração, e passou a matricular-se em cerca de seis ou sete disciplinas por semestre. Sua participação em bolsa na Letras envolveu uma pesquisa sobre variação lingüística no sul do Brasil. Por convite de um professor de Sociologia da UFRGS, o qual conhecia a professora coordenadora da pesquisa mencionada, veio a participar do IACOREQ.

A entrevistada afirmou que em sua participação junto ao IACOREQ, mencionada como sua primeira experiência de engajamento político, fez determinados contatos com membros de outras organizações, como o MNU e UNEGRO. Mencionou que nesta experiência com o IACOREQ percebeu este grupo como “muito acadêmico e ao mesmo tempo com um intenso comprometimento político”. Em Janeiro de 2005, juntamente com outra estudante da universidade, organizou o grupo AFROUFRGS. Tratou-se de um grupo em que jovens negros discutiam a questão racial, buscando relacionar tal questão com suas pesquisas acadêmicas.

Liara afirma que seu contato com o tema das cotas através de uma palestra ministrada na UFRGS sobre o tema. Após esta palestra, interessou-se pelo e buscou informar-se de forma mais aprofundada. Apontou que em Novembro de 2005 recebeu convite de Amanda e Leonidas, que conheceu via participação no IACOREQ, para participar de discussões sobre ações afirmativas que ocorriam numa organização dos estudantes do curso de Ciências Sociais da UFRGS (conforme as informações, seria o “Congresso da Sociais”, mencionado em outras entrevistas. A partir deste convite, veio a participar do grupo que posteriormente tornou-se o GTAA. Através de seu contato, outros membros do AFROUFRGS também participaram de reuniões do grupo.

Quando indagada sobre seu posicionamento em relação ao sistema de cotas, a entrevistada apontou:

Penso que a reserva de vagas no ensino superior é, por um lado, uma forma de redistribuir renda e capital cultural a populações historicamente excluídas do espaço da produção acadêmica, tendo em vista que a formação universitária é o único nível educativo que possibilita uma ascensão social. Por outro lado, o ingresso de um novo público aos bancos acadêmicos promove uma diversificação nos olhares para o campo teórico baseado em novas e distintas experiências que podem propiciar

uma produção do conhecimento menos eurocêntrica e mais sensível aos grupos sociais vulneráveis.

Em sua visão, a universidade deveria ter uma relação de “retroalimentação” com os movimentos sociais. Segundo Liara, estes já não olhariam a universidade com rejeição, mas sim a percebendo como um novo espaço de luta.

Sobre o GTAA afirmou que no começo o grupo pesquisou sobre ações afirmativas e cotas, sendo que a maioria das leituras referia-se à raça e racismo, sendo pouco material referente a questões de “classe social”. Disse que a influência das manifestações públicas do professor José Jorge Carvalho, da UnB, tiveram grande influência na concepção do grupo de reivindicar cotas raciais diretas (não inseridas nas “cotas sociais”), também por entenderem que a grande dificuldade seria convencer a comunidade acadêmica sobre a questão racial. Liara também afirmou que as divergências no grupo ocorreram em função de “metodologias de luta”, onde uma parte do grupo seguiu uma metodologia de ação política do movimento negro e outra parte, composta por quem teve ligação com movimentos sociais com enfoque na questão de “classe social” se opôs a tal método.

Leonidas

Natural de Porto Alegre (RS), branco. Filho de funcionária pública aposentada (formação não informada) e pai jornalista aposentado, com ensino superior completo, Leonidas teve sua formação escolar em parte na rede pública e em parte na rede privada de ensino. Sem preparação adicional para o vestibular, além do ensino médio, ingressou na UFRGS, no curso de Ciências Sociais, tendo contribuição familiar para seguir os estudos.

Quando indagado sobre suas perspectivas profissionais, afirmou:

(...)eu sempre tive muito claro essa questão de me profissionalizar, de fazer vestibular. Os pais sempre estimularam isso. Até por isso saí duma escola pública e fui fazer ensino médio numa privada pra me preparar pro

vestibular. Meu horizonte era entrar na universidade, só não sabia bem o quê.

O entrevistado apontou que houve influência de um professor seu de História, de sua escola, na sua opção pelo o curso de Ciências Sociais. Afirmou que entrou na universidade com a ambição de que o curso de Ciências Sociais lhe forneceria instrumentos para “intervir na realidade”. Antes de entrar no curso, tinha a perspectiva de atuar em gestão pública. Durante a vivência no curso, esta perspectiva de intervenção passou a ser direcionada para a atuação militante, “fora da esfera estatal”.

Em relação a experiências de engajamento, o entrevistado disse que durante o ensino médio fez parte de um pequeno grupo que organizou-se para questionar a retaliação ao Afeganistão após o atentado de 11/09 de 2001 nos EUA. Citou como um grupo de alunos que procurou discutir e divulgar algum material, mas algo de pouco alcance. Também citou participação em um “Fórum Municipal da Juventude”, que ocorreu durante o governo Raul Pont, frisando nunca ter militado no PT. Após a participação neste fórum, teve relação breve com o centro acadêmico de estudantes de Ciências Sociais da UFRGS (CECS): “foi uma participação muito marginal, não cheguei a me envolver diretamente, tava com o nome lá, mas não cheguei a fazer uma militância nessa área. Logo em seguida me desvinculei do CECS”.

À descrição de sua participação no centro acadêmico segue uma mudança de perspectiva de atuação na universidade:

Depois comecei a me voltar mais pra dentro da universidade, comecei a estudar bastante, até eu conhecer o **Álvaro [grifo do autor]**. Fiz uma cadeira com ele, que já era namorada da Amanda, nossa colega. E aí comecei a trocar bastante idéia com ele e me identifiquei bastante. Tivemos umas idéias. Uma delas era do coletivo de educação popular, que era uma proposta de reunir estudantes da universidade pra fazer trabalho de base nas comunidades de periferia. Aí a gente começou a organizar esse coletivo, que durou acho que um ano e pouco. Aí começamos a fazer esse trabalho, atuar nas comunidades. Ficou um pouco essa mudança do fórum pro coletivo, numa perspectiva de que não é via política públicas que a gente vai conseguir alcançar as expectativas que eu tinha em relação à transformação política. No coletivo era essa perspectiva: de organizar pessoas pra poder gerar um processo de

conscientização, e esse processo, enfim, pra mobilização e luta pra que se conseguisse atingir... reivindicar por direitos básicos.

Conforme Leonidas, este coletivo de educação popular desestruturou-se, onde vários membros passaram a se envolver com o LPJ (inclusive o próprio entrevistado), que estava formando-se. Após a experiência do coletivo de educação popular, Leonidas apontou que foi incitado por Álvaro, que tinha questionamentos sobre questões do curso de Ciências Sociais, a organizarem um grupo para debater problemas vistos no curso referido, o que veio a ser denominado como “Congresso da Sociais”. Nesta experiência que formou-se o grupo de passou a debater sobre sistema de cotas e uma possível implementação desta política na UFRGS.

O entrevistado afirma que o primeiro contato com o tema das cotas ocorreu através da imprensa, antes de ingressar na universidade. Posteriormente, ao participar como bolsista de uma pesquisa que envolveu a elaboração de relatórios técnicos para comunidades quilombolas, teve maior aprofundamento na questão, principalmente pela perspectiva étnico/racial. Leonidas disse sempre ter sido favorável a cotas para negros, mas não “dava centralidade” para tal aspecto. Inicialmente, via as cotas raciais como subsumidas às “sociais”. No decorrer da experiência no GTAA, passou a considerar os dois aspectos como independentes.

Sobre sua concepção de universidade, Leonidas disse crer que deve-se questionar o caráter da universidade. Defende que este questionamento deve ser feito em um debate sobre “uma universidade pública e popular”, ao invés de uma universidade “pública e de qualidade” (concepção que o entrevistado atribuiu ser a concepção historicamente difundida pelo movimento estudantil). Afirmou ver a universidade como um sistema de exclusão, que na verdade deveria servir às demandas populares. Questionou a formação acadêmica colocando uma contraposição entre “investimento público” e “acumulação privada”. Criticou também uma não integração entre as ações institucionais que envolvem pesquisa, ensino e extensão que, na relação com movimentos sociais, são atualmente marginais e assistencialistas.

No que se referiu ao seu posicionamento em relação à reivindicação do sistema de cotas, afirmou que:

A luta das cotas era uma luta pra discutir o caráter da universidade. A partir dessa questão do acesso, de debater a composição social dos estudantes no espaço acadêmico, se faria um debate sobre pra que serve esse espaço. Sempre teve isso. Não se tinha grandes ilusões, do tipo “nós vamos colocar cotas e vamos ter uma universidade includente”. Mas as cotas estavam na perspectiva de que, a partir da mobilização através daquela pauta específica, se geraria um processo de reflexão sobre coisas que estavam além daquela pauta.

O entrevistado referiu-se às tensões dentro do grupo como “disputas de estratégias”, em relação ao foco da reivindicação, entre cotas “sociais” e “raciais”. Leonidas disse entender que o GTAA deveria ter persistido após a aprovação do sistema de cotas, pois entendeu que assim perdeu-se a capacidade de defesa por direitos étnico/raciais na universidade. Considerou o GTAA o espaço de organização política mais “horizontal” do qual participou. Em sua concepção, o grupo dividiu-se em duas “facções”. Uma, da qual diz ter feito parte, foi a em que acreditava-se na “pressão externa”: com atos, ocupações, articulando-se com entidades e alunos de escolas de periferia, que seriam o público alvo da política. A outra foi a em que defendeu-se uma “articulação pelas vias institucionais”, que foi a facção das “gurias do GT”, onde a prioridade foi o diálogo com os membros do CONSUN. Sobre sua concepção de atuação na primeira “facção”, diz que “A nossa prioridade era essa, fazer com que houvesse uma efervescência social em torno dessa questão”. Quanto à outra “facção”, fala que uma “cisma” pela aprovação das cotas a levou a fazer concessões em pontos da proposta.

Leonidas disse que, apesar das tensões, foi um movimento bem organizado, com material farto para promover a discussão. Também apontou que o grupo “surpreendeu” aqueles com quem dialogou, pois a temática que propuseram, até então na UFRGS, era uma “não questão”. Afirmou que a questão étnica afetou a legitimidade nas decisões nas reuniões do GT, mas que uma “demonstração de compromisso”, com o tempo, causou uma “diluição” nesse aspecto.

Lola

Natural de Porto Alegre (RS), branca. Filha de professora, com ensino superior completo, e de funcionário público (sem informação sobre formação), teve sua formação escolar em parte na rede pública e em parte na rede privada de ensino. Através do contato de uma amiga, conseguiu desconto para preparar-se via curso pré-vestibular para a seleção na UFRGS.

Ao escolher o curso no qual tentaria o ingresso, disse ter ficado dividida entre suas habilidades com matemática e suas “inquietações” quanto a questões sociais, acabando por pender para o segundo aspecto e escolhendo o curso de Ciências Sociais, pois seria o curso de ciências humanas que teria maior afinidade com os seus questionamentos. Ao entrar no curso, sua expectativa e impressão foram:

Eu esperava ajudar as pessoas. Esperava poder fazer alguma coisa pra mudar a sociedade. Mudar as coisas. Eu queria uma coisa que me possibilitasse mudança, que me instrumentalizasse pra mudar alguma coisa, poder ajudar as pessoas. Não achava que o mundo em que eu vivia era ideal, tava pronto. E achava que com as ciências sociais eu poderia fazer alguma coisa. Mas depois que eu entrei, na primeira semana, vi que não ia ser muito isso, porque é um curso de teoria, não é um curso de prática.

A partir do 3º semestre de curso, buscou oportunidades de pesquisa, de acordo com temáticas que seriam de seu interesse. Naquela época, interessou-se pelas questões indígenas e das religiões afro-brasileiras, com as quais teve contato através do namorado, na época, que pertencia a uma religião afro-brasileira. Ao perceber que no estudo de religiões afro o que a interessava mais a questão étnica do que a religiosa, buscou por uma bolsa com um professor que trabalhava nessa linha, especificamente, com o tema dos quilombos, com o qual atuou como bolsista em pesquisas durante três anos. Mesmo tendo experiências de pesquisa envolvendo questões étnicas, só teve contato com a questão do sistema de cotas na sua participação no GTAA, no qual ingressou através de convite via contatos informais com colegas do curso de Ciências Sociais, como Leonidas.

A entrevistada afirmou que inicialmente teve questionamentos em relação à proposta de cotas, passando a ser favorável durante sua experiência no GTAA. Lola

afirma que existe uma histórica e atual sofrida pela população negra. Passou a defender o sistema de cotas como medida de reparação e inserção deste grupo no ambiente acadêmico, independente se acarretará ou não em redução do racismo. A seu ver, a questão racial tem centralidade dentre os problemas referentes às desigualdades sociais no Brasil.

Lola disse nunca ter vinculado-se formalmente à organizações de movimentos, apesar do envolvimento com a questão quilombola. A partir da participação em pesquisa sobre religiões afro-brasileiras, passou a fazer parte de uma organização Rastafari, bem como do GTAA.

Sobre a atuação do GTAA, afirmou que este não poderia construir sozinho a proposta, mas deveria recorrer às entidades de movimentos as quais “pertencia” a demanda das cotas (postura que ocorreu no GTAA, conforme todos os relatos). Entendeu que o foco do GTAA foi a discussão sobre a questão étnica/racial, sendo que as divisões no interior do grupo ocorreram entre os que defenderam e os que não defenderam que se debatesse a questão das “cotas sociais”, posicionando-se enquanto integrante deste segundo subgrupo. Para a entrevistada, entendeu a inclusão da proposta de “cotas sociais” na pauta reivindicada pelo grupo como medida estratégica para alcançar o objetivo da implementação do sistema de cotas, mesmo considerando desnecessário o empenho em sua formulação. Lola frisou a inexperiência do grupo neste tipo de atuação como influente nas dificuldades encontradas. A entrevistada comentou que, apesar de ter sido formalizado enquanto “projeto de extensão”, o GTAA nunca o foi, mas sim ocorreu enquanto “um movimento social que tinha como objetivo a inclusão dos negros na universidade, em especial na UFRGS”.

Para a entrevistada, a universidade deveria ser um espaço de construção de conhecimento em um processo no qual outros segmentos da sociedade deveriam fazer parte, não sendo tomados “apenas como objetos de pesquisa”. Disse que a extensão universitária deve fazer esse papel de ligação com o “restante da sociedade”, mas afirma ter percebido pouca atuação neste sentido, e que a intervenção teria um viés “assistencialista”, com o qual discorda. Em contraposição ao que entende que deveria ser a universidade, diz que esta acaba por atuar como um espaço de reprodução de uma

elite, grupo que tem predominância no acesso à instituição, já que inclusive teria sido “criada pra isto”.

Miriam

Natural de Bagé (RS), branca. Filha de médico (sem informação sobre profissão e formação da mãe), Miriam teve sua formação escolar na rede de ensino privada. Sem preparo para o vestibular complementar ao ensino médio, teve apoio financeiro dos pais para seguir seus estudos acadêmicos. Ao contar sobre sua origem familiar, a entrevistada frisa o fato de seu pai ser mestiço, natural da Bahia, que sofreu preconceito durante sua vida quando veio morar no Rio Grande do Sul.

Na família do meu pai sempre se comentou que os mais pretos da família tinham sempre mais dificuldades em tudo, e que o mais branco (o meu pai) foi o que teve mais oportunidades de ascender socialmente. E meu pai realmente ascendeu, de retirante nordestino para médico, mas nunca disfarçou suas origens. Na família da minha mãe, sempre lembram de como não queriam o namoro e se assustaram com o cabelão e a calça boca de sino cor-de-rosa do meu pai (...)

Miriam teve experiência em duas universidades, UFRGS e PUC-RS. Disse ter optado pela UFRGS por influência do namorado, que falava da universidade pública como instituição “contra o capital e pelo pensamento livre”. Comentou que apreciou mais a UFRGS do que PUC, em função da “conscientização das pessoas” e pela “dedicação a faculdade”. Mas esta visão seria mais específica em relação ao curso de História, já que considerou “difícil falar da UFRGS como um todo”. Apontou uma distinção entre a formação em ciências humanas, voltada para o conhecimento, e a formação em outros cursos que seria voltada para “ganhar dinheiro”. Afirmou que ingressou no curso de História com a perspectiva de seguir carreira acadêmica na área.

Suas experiências durante a vivência acadêmica foram como bolsista de iniciação científica em 2005, em um projeto vinculado ao curso de História, sobre o tema da escravidão no RS, e no DCE. Definiu que sua experiência de engajamento político ocorreu via movimento feminista, com o qual teve contato através de grupo de pesquisa na universidade, e movimento estudantil, através do DCE da UFRGS.

Miriam afirmou que teve seu primeiro contato com o tema das cotas através da mídia. Apontou que nesse contato posicionou-se favoravelmente à proposta, posicionamento este reforçado após uma palestra de um professor da UnB, sobre o tema, em 2004. A partir desta palestra, passou a defender a posição de que cotas sociais e étnico/raciais deveriam ser implementadas de forma independente uma da outra e passou a considerar a questão das cotas raciais como de maior importância. Neste evento, informou que o GTAA passou uma lista para que espectadores interessados em participar das reuniões do grupo colocassem suas informações de contato. Foi por esta via que iniciou sua participação na organização. Conforme a entrevistada, a partir de sua participação no GTAA, passou a intervir na organização do DCE, no qual também atuava, para que neste grupo também se discutisse sobre o sistema de cotas.

Na concepção da informante, o GTAA dividiu-se em “grupos”, de acordo com as diferentes perspectivas sobre a forma de reivindicação. Entendeu que atos como ocupações, em certos momentos, poderiam prejudicar a negociação do grupo com o CONSUN. Disse crer que as cotas foram aprovadas devido a dois processos, em sua visão: por atuação “interna”, de diálogo com os conselheiros e outra “externa”, como através de passeatas e ocupações. Apontou que o GT passou a ser visualizado como a organização responsável pelo debate institucional, o que restringiu a adesão de novos participantes e lhes incumbiu da responsabilidade de pressionar “internamente” na universidade.

Miriam apontou que o “núcleo” do GTAA foi constituído por mulheres e associa tal fato à história do movimento negro, em que, no seu entendimento, existiu um protagonismo feminino maior do que em “movimentos de classe”, através de discussões que foram além da questão socioeconômica. Entendeu que uma atuação do tipo seria mais facilmente organizada por mulheres, por não estarem (novamente associando ao histórico dos movimentos), “tão obcecadas pelas questões de classe”. Além disso, alia a

uma visão de que homens negros, na UFRGS, não exaltariam sua “negritude” e “luta antirracista” para conseguirem a inserção “na turma de colegas brancos”, principalmente no que se refere a relacionamentos amorosos.

Em sua concepção, a universidade deveria ser “mais aberta ao diálogo” com entidades de movimentos sociais. Para a entrevistada, tais entidades deveriam ter participação na universidade semelhante a das organizações como a FIERGS (segundo a informante, esta organização era representada no CONSUN).

Tábata

Natural de Canoas (RS), negra. Filha de professora, com formação no ensino superior (não foram obtidas informações sobre o pai), Tábata teve sua formação escolar no ensino público. Informou que trabalha desde os 13 anos de idade, e passou a receber pensão após o falecimento da mãe. Após preparação via curso pré-vestibular, ingressou na UFRGS. Quando entrou na faculdade, por incompatibilidade de horários, optou por abrir mão do trabalho para estudar. Em sua experiência acadêmica, atuou como professora em dois cursos de pré-vestibular populares, organizados por estudantes da UFRGS.

Em sua experiência acadêmica, teve “certo envolvimento”, como a própria entrevistada disse, com o movimento de “cursinhos populares”, através da participação em reuniões o grupo. Conforme a entrevistada, só teve experiência como bolsista ao atuar no programa Conexões de Saberes, cuja seleção envolvia critérios como perfil socioeconômico, e não avaliação de conceitos obtidos no curso.

A entrevistada mencionou que seu contato com o movimento de cursinhos populares foi sua primeira experiência militante, e afirma nunca ter participado formalmente em nenhuma outra organização, como movimento estudantil e partido político, por exemplo. Comentou, em tom de brincadeira, que sua experiência política anterior no cursinho e no GTAA ocorreu ao acompanhar sua mãe, professora, em greves de professores(as) do município de Porto Alegre.

Tábata afirmou que sempre teve vontade de ingressar em uma universidade. Diz não que não havia expectativas de como seria tal experiência devido ao desconhecimento do que seria a universidade. Mas afirmou que esperava encontrar no seu curso colegas “diferentes” dos com quem realmente deparou-se ao ingressar na UFRGS.

(...)o pessoal tem uma vidinha totalmente diferente, cada um com uma trajetória de vida. Mas a deles era mais, assim, um... uma coisa que eles falavam em viagem. “Ah, porque eu fui pra Inglaterra”. Outro diz que foi pra Israel, foi pra Austrália. E eu nem... fui ali em Cidreira (risos).

Ao ingressar no curso de Biologia, disse ter encontrado um ambiente “hostil”. Esta hostilidade seria referente a uma tensão entre a sua condição econômica e social com a dos(as) colegas e professores(as) de curso. Um exemplo seria a questão de professores(as) requisitarem materiais, mas estes estarem disponíveis via xerox, numa situação em que às vezes não tinha condição de pagar, e por vezes não estarem disponíveis nas bibliotecas da universidade. Outro ponto é por vezes lhe terem sido passadas leituras em inglês nas aulas, nas quais tinha dificuldades. Apontou que era uma das poucas pessoas negras no curso e também das poucas que trabalhava paralelamente à atuação acadêmica. Disse ter tido muitas dificuldades de integração com as pessoas de seu curso.

A entrevistada comentou que seu desânimo com o curso afetou seu desempenho, chegando a pensar em abandoná-lo após um período de dois anos. Em função disto, não chegou a conseguir bolsa na universidade enquanto cursou Biologia.

Tábata disse ter encontrado maior ânimo na universidade ao começar a participar de um curso pré-vestibular popular organizado por alunos da universidade:

Mas tu via, assim, que o público do cursinho - era aqui no Alternativa - era uma coisa totalmente diferente, nossa! Eram assim, pessoas com quem eu me identificava. E eu sempre senti falta de pessoas iguais na

universidade, por isso até que eu fui dar aula no cursinho, que era uma coisa assim, que parecia que tinha uma vontade de pegar e trazer, sabe.

A estudante acabou por abandonar o curso de Biologia antes de sua conclusão, ao ingressar no curso de Ciências Sociais, desejo este que surgiu durante a graduação anterior. Justificou tal mudança em função de questões de sociabilidade, por ter se identificado com estudantes deste segundo curso.

Tábata afirmou que passou a ter conhecimento do debate sobre cotas em sua participação no programa Conexões de Saberes. Inicialmente, posicionava-se em favor de cotas dirigidas para o público oriundo de escolas públicas. Após assistir uma palestra de um professor da UnB, José Jorge Carvalho, tratando do tema das cotas, disse ter passado a considerar as cotas de caráter étnico/racial como de maior relevância.

Sobre seu ingresso no grupo, Tábata afirmou que ocorreu pela mediação de uma estudante de Ciências Sociais que também era bolsista do programa Conexões de Saberes. Através desta estudante, o grupo do programa Conexões tomou conhecimento sobre as reuniões do GTAA (que ainda não tinha esse nome), e parte deste grupo passou a frequentar tais reuniões, incluindo a própria entrevistada. A estudante frisa o fato de que tal participação não foi por um interesse dos componentes do programa Conexões como um todo, mas por iniciativas individuais de alguns bolsistas.

A entrevista afirmou que o grupo, influenciado pelas palestras do professor da UnB, decidiu “centrar fogo” na questão das cotas raciais. Aponta que não opuseram-se às cotas sociais, mas consideraram desnecessário um debate a respeito, tanto por questões de relevância do tema, como considerarem as cotas sociais como de fácil aceitação na UFRGS.

A estudante considerou-se motivada em reivindicar devido a uma “sede de justiça” em relação a uma “experiência histórica enquanto mulher e negra”. Disse ter “ajudado mais o grupo das gurias”, que seria a parcela do GTAA focada na prática de diálogo com conselheiros, ao invés da intervenção via práticas como ocupações.

Na concepção da entrevistada, um fator que talvez tenha prejudicado a mobilização de mais estudantes no GTAA foi o de que, em dado momento, o grupo, ao ter uma posição e uma argumentação formada, não teve a mesma perspectiva de diálogo

e de “convencimento” em relação àqueles que posteriormente participaram de reuniões do GTAA que possuíam discordâncias em relação à questão de cotas raciais e sociais.

A entrevistada expôs a concepção de que a universidade deve ser um local de produção de conhecimento. Disse que este conhecimento deve atender às demandas de toda a sociedade, e não de “setores específicos”. Criticou o um fato que percebeu na universidade, que é o embasamento em teorias desenvolvidas na Europa e Estados Unidos:

Não é o conhecimento autêntico, como diria o Guerreiro Ramos, um conhecimento que emerge da relação entre pensamentos e fatos. É uma coisa que sempre vem um terceiro que tá entre tu e teu objeto[...]confrontando minha experiência social, coletiva, dessa sociedade com aquilo que nos é ensinado aqui, tu vê que não sai do acordo, não adianta a gente querer pensar senão a gente vai tá sempre colocando aquele negócio do “atrasado”[...] Então ao mesmo tempo em que eu consegui instrumentos pra me autoconhecer, como um ser social, também a gente vê que esses instrumentos, eles nos dizem coisas que a gente... “não, eu não sou isso aqui”, “não é assim que funciona”. E às vezes parece que tu questionar isso é uma heresia.

A estudante revelou pensar que a universidade poderia ter uma relação de “parceria” com os movimentos sociais, algo que ela percebe haver como na participação de representantes da FIERGS no CONSUN. Também defende que a universidade deveria considerar os conhecimentos produzidos nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que deveria contribuir com os conhecimentos produzidos na universidade junto aos movimentos, em uma relação de “troca”. Diz ver que o que ocorre é apenas parte disso: que a universidade utilizar-se-ia do que é produzido nas entidades dos movimentos sociais, mas em dar uma contribuição em troca. Segundo ela, esta parceria proposta não resultaria em uma “ideologização” da universidade, pois isto já ocorreria, mas em relação a determinados setores que teriam suas demandas atendidas pelas pesquisas acadêmicas, citando como exemplo o campo da Agronomia.

Vladimir

Natural de Porto Alegre (RS), branco. Tanto sua mãe como seu pai possuem formação no ensino superior. A mãe é professora. A profissão do pai não foi especificada. Vladimir teve sua formação escolar em parte na rede pública e em parte na rede privada de ensino. Se menção a preparação adicional ao ensino médio para o vestibular, o entrevistado ingressou no curso de História na UFRGS.

O entrevistado afirmou que pensou no seu ingresso na universidade mais por uma expectativa de “vivência do curso”, “de aprender ali o que fazer ali”, do que por uma expectativa de formação para o mercado de trabalho. Mencionou que cogitava a profissão docente, atuando conjuntamente em pesquisa acadêmica. Quanto à opção pelo curso de História, disse que este interesse foi motivado pelas relações em seu círculo de amizades, que envolveram “uma militância de esquerda”, além da influência de familiares que atuaram em cursos universitários na área de ciências humanas.

No seu percurso acadêmico, participou do Centro Acadêmico dos Estudantes de História – CHIST e do DCE. Disse que na experiência com o DCE teve aproximação com determinadas entidades de organizações sociais, como um movimento contra o aumento das passagens intermunicipais (envolvendo Porto Alegre e região metropolitana), sem mencionar um nome para tal organização. Sobre sua experiência no DCE também afirmou que era formado por um grupo que englobava pessoas com posicionamentos políticos distintos, mas que convergiam em um pensamento político de esquerda e com uma postura crítica ao governo Lula. Também atuou em dois cursos de pré-vestibular populares. Dentre as várias palestras que assistiu na UFRGS, antes de sua participação no DCE, lembrou de ter assistido uma sobre cotas, por volta do ano de 2003 (ano em que supôs que tenha ocorrido).

Vladimir mencionou engajado-se politicamente desde a escola, através de grêmio estudantil e junto ao Partido dos Trabalhadores - PT. Outra atuação mencionada foi com um movimento contra aumento das passagens de ônibus municipais e intermunicipais no município de Guaíba, entre 2004 e 2005. Durante a atuação no período acadêmico, mudou sua vinculação partidária do PT para o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL.

Conforme o entrevistado, sua aproximação com o GTAA ocorreu através de conversas com Liara, Juraci e Tábata. Os indícios são de que este contato ocorreu através de uma aproximação dos membros do GTAA com o DCE para obter apoio na reivindicação. Nisto, não participou das reuniões iniciais da organização. Revela que a partir desse contato, passou a atuar conjuntamente com o GTAA, mas frisando que sua participação no grupo ocorreu enquanto membro do DCE: “Acho que, em grande medida, minha própria participação nisso e a própria identificação dessa participação foi muito mais enquanto membro do DCE do que enquanto membro do GT”.

Vladimir afirmou que passou a considerar necessárias as cotas étnico/raciais após o contato com o GTAA. Disse entender que em um primeiro contato com o tema, sem uma reflexão profunda sobre a questão racial, seria normal uma não aceitação deste tipo de política. Na sua visão, as discussões sobre cotas étnico/raciais e sociais devem ocorrer conjuntamente, onde o isolamento de ambos os temas seria prejudicial. Para o entrevistado, a política de cotas tem como finalidade a diversificação da composição do quadro discente da universidade, o que em sua opinião ampliaria a quantidade de membros passíveis de engajarem-se por “questões sociais” na universidade.

Na opinião do entrevistado, a questão das cotas não estava colocada na universidade anteriormente ao surgimento do GTAA. Em relação às questões internas do grupo, viu disputas de concepção, entre os que posicionaram-se a favor de centralização da abordagem sobre as cotas étnico/raciais, para que estas não fossem subsumidas às cotas sociais, e os que consideravam a pertinência de uma abordagem sobre as cotas sociais como forma “estratégia de convencimento” em que a elucidação de cotas raciais como necessidade seria um processo resultante. Mesmo apontando dois posicionamentos, afirma que o grupo não cristalizou-se em uma subdivisão, mas que foram questões que “atravessaram o debate interno”. Vladimir frisa sua atuação no GTAA na prática de visita a escolas para “levar o debate” e na contribuição para mobilização de diversos grupos para exercer “pressão” na universidade.

Na opinião do entrevistado, a universidade deve ter proximidade com os demais segmentos da sociedade, mas mantendo sua autonomia para poder tanto pensar sobre como a sociedade “é”, como o que ela “pode vir à ser”. Para ele, não há como a universidade “não ter relação com a sociedade”. A proximidade com os movimentos

sociais seria feito via cursos que teriam maior proximidade com tais tipos de organizações, assim como outros cursos teriam com empresas. Apontou, nisto, que não a universidade não é algo homogêneo, mas sim algo que engloba contradições que seriam reflexos de contradições da sociedade. Defendeu que se deva “construir uma universidade pública e popular”, para se pensar “com quais setores da sociedade a idéia é estimular essa relação e com quais outras não seria.”

7 ANEXO II: TABELA DE CITAÇÕES

ÍNDICE DE CITAÇÕES	FREQUÊNCIA DE CITAÇÕES	ENTREVISTADOS(AS)
1	17	-
2	6	-
3	1	-
4	3	2
5	2	2
6	0	-
7	3	3
8	2	2
9	2	2
10	1	1
11	1	1
12	1	1
13	0	0